

UH

revista
urbanização
& habitação

Belo Horizonte | Junho.2016 | Ano III | Nº 3
Cia. Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel

O MEU LUGAR

Programa de Regularização Fundiária beneficia milhares de famílias

CULTURA

Muita arte e som no Morro das Pedras

ARTIGO

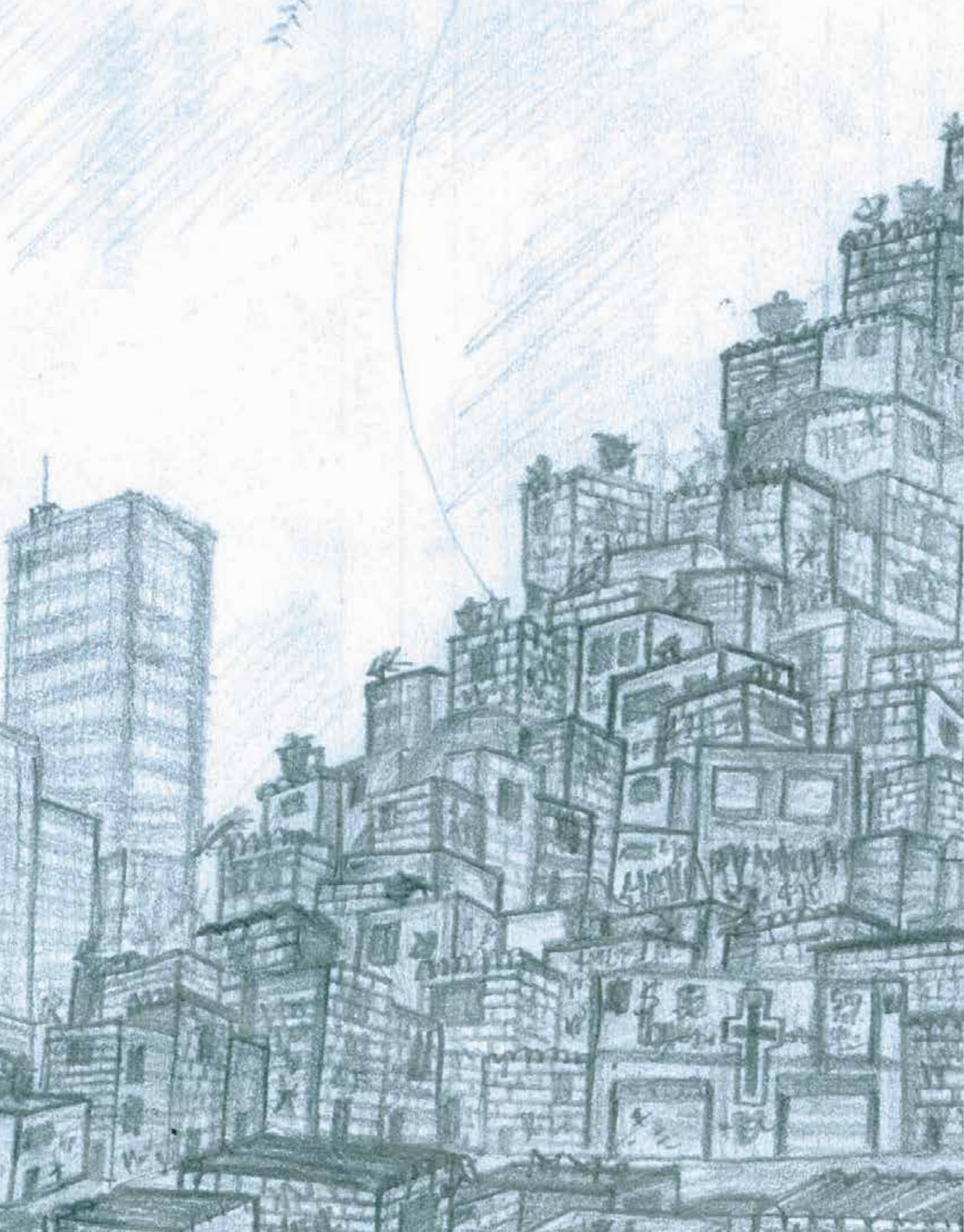
Espaço e criminalidade em favelas de BH

OPINIÃO

Obras para reduzir riscos de inundação na cidade

ENTREVISTA

Sistema de Defesa Civil apresenta bons resultados



A CONTINUIDADE DE UM TRABALHO RECONHECIDO PELA CIDADE

Iniciar a 3ª edição da Revista Urbanização e Habitação com os bons resultados obtidos pela equipe da Urbel é sempre uma notícia positiva, pois reflete o trabalho consolidado que a empresa tem executado.

O Programa de Regularização Fundiária em Belo Horizonte, por exemplo, tem garantido o direito social à moradia e integração à cidade. Desde a criação das leis que instituem critérios para regularização de lotes e conjuntos habitacionais produzidos pelo município, foi promovida a regularização de mais de 24 mil lotes e conjuntos.

Neste contexto, apresentamos uma novidade: a Regularização Jurídica dos loteamentos irregulares, classificados como Aeis-2, que passou a ser realizada pela equipe da Diretoria de Regularização Fundiária da Urbel. Somam-se aproximadamente 1.700 lotes que se encontram em processo de regularização jurídica. Ou seja, mais de três mil famílias estão prestes a regularizar suas moradias. Um desafio que os técnicos da empresa vêm desempenhando com muita competência.

Outro destaque, não menos importante, são as ações de prevenção para o período chuvoso, realizadas durante todo o ano. Há treze anos não há registro de acidentes fatais provocados por deslizamento de terras, que ocorriam, principalmente, nas vilas e favelas da capital. Esse resultado é fruto de um trabalho intenso executado pelo Sistema Municipal de Defesa Civil, que unifica todos os órgãos da Prefeitura, cada um fazendo a sua parte para evitar ou minimizar os desastres.

A relação entre a criminalidade e a configuração socioespacial das favelas de Belo Horizonte e a importância do fortalecimento dos Núcleos de Defesa Civil na redução do risco geológico são estudos relevantes produzidos por funcionários da Urbel que também estampam as páginas desta revista.



Boa leitura e até a próxima edição.

Genedempsey Bicalho Cruz
Diretor-Presidente da Urbel

EXPEDIENTE

REVISTA URBANIZAÇÃO & HABITAÇÃO: Publicação da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) | **Capa:** João Batista e Maria Niula Coleta (moradores do Conjunto Paulo VI). Foto: Vander Brás | **Conselho Editorial:** Genedempsey Bicalho Cruz (Presidente), Juliana Capobianco (Editora Geral), Alessandra Duarte, Aluísio Rocha, Ana Flávia Martins, Andrea Scalon, Bárbara Barros, Isabel Volponi, Maria Cristina Magalhães, Maria Lúcia Veloso, Pablo Gontijo, Patrícia de Castro | **Editora:** Juliana Capobianco (Reg. profissional/MTB: 63799/SP) | **Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:** Paulo Andrade | **Redação:** Jordana Flávia, Juliana Capobianco e Juliana Mota | **Produção:** Ana Fonseca | **Revisão:** Cybele Souza | **Fotografia:** Carlos Reinesch, João Taqueda, Roger Victor, Vander Brás, Vera Cristina Lima e Arquivo Urbel | **Endereço da Urbel:** Av. do Contorno, 6664, Savassi - BH - MG - CEP 30110-928 - Tel.: (31) 3277-6407 - E-mail: urbel@pbh.gov.br | **Assessoria de Comunicação e Imprensa da Urbel:** 3277-8235 e 3277-6459 | E-mail: urbnucs@pbh.gov.br | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** Gráfica Rede | **Belo Horizonte, junho de 2016.**

PREFEITO: Marcio Araújo de Lacerda | **DIRETORIA DA URBEL:** **Diretor-Presidente:** Genedempsey Bicalho Cruz | **Diretora de Manutenção e Áreas de Risco:** Isabel Eustáquia Queiroz Volponi | **Diretora de Planejamento:** Maria Cristina Fonseca de Magalhães | **Diretora de Obras:** Patrícia de Castro Batista | **Diretor de Projetos:** Pablo Gontijo Resende | **Diretor Administrativo Financeiro:** Mário Luís Santos Vilela.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Genedempsey Bicalho Cruz (Presidente) | Aderbal Geraldo de Freitas | Afonso Celso Renan Barbosa | Júlio Onofre Mendes de Oliveira | Santiago Faulhaber Campos | Sidnei Bispo | Thiago Alexander Costa Grego.

CONSELHO FISCAL - Titulares: Denise de Magalhães Matos | Francisco Rodrigues dos Santos | Leonidas José de Oliveira | Manoel Barbosa Leite | Pier Giorgio Senesi Filho. **Suplentes:** Geraldo Antônio Lage Pessoa | Janete Maria de Souza | Nourival de Souza Resende Filho | Reinaldo Antônio de Castro Ferreira.

AGRADECIMENTOS: Ana Cristina Vieira, Augusto Victor, Centro Cultural Flor do Cascalho, Madalena Pimentel, Maria Cristina Fonseca de Magalhães, Maria Lúcia Veloso e todas as pessoas que colaboraram com esta publicação.

Publicação de artigos na Revista da Urbel

A Revista UH – Urbanização & Habitação está recebendo artigos técnicos e acadêmicos para a próxima edição, e convida você que é professor, pesquisador, técnico, profissional liberal ou agente público para participar desta publicação! Os interessados devem enviar trabalhos relacionados ao tema da habitação de interesse social ou urbanização de assentamentos precários até o dia 31 de outubro de 2016, para o endereço eletrônico urbnucs@pbh.gov.br.

Mais informações sobre como se inscrever, padrões para os trabalhos e critérios de seleção, no endereço www.pbh.gov.br/urbel.



41

NUDEC

Fortalecimento dos Núcleos de Defesa Civil



50

ESPECIAL

O Programa de Regularização Fundiária em BH



66

ENTREVISTA

Coronel Alexandre Lucas



74

BACANA DA MENTE

O poder transformador da arte

04

ARTIGO

Impactos das intervenções em assentamentos precários

19

ARTIGO

Espaço e criminalidade em favelas de BH

29

ARTIGO

Planejamento em assentamentos informais

62

OPINIÃO

Obras para redução de alagamentos

69

MOSAICO

Giro Urbano

70

CULTURA

O Centro Artístico e Cultural do Morro das Pedras

76

DICAS

Para ler

78

GALERIA

Vilas do Aglomerado da Serra

Resumo

Este artigo apresenta, sinteticamente, o conjunto de estudos realizados no âmbito de uma pesquisa de mestrado que, entre os anos de 2012 e 2015, analisou os efeitos socioeconômicos e imobiliários das intervenções em assentamentos precários sobre a rotina de famílias reassentadas e remanejadas em virtude das reurbanizações, com base no estudo de caso de dez áreas localizadas em seis municípios na Região Metropolitana de São Paulo. Os fenômenos foram estudados à luz dos estudos existentes sobre a segregação metropolitana, entendida como consequência de disputas entre classes sociais distintas por localizações urbanas contemporâneas, com a mediação do mercado imobiliário. Foram revelados alguns dados sobre a forma pela qual as políticas públicas de integração urbanística e a regularização fundiária de assentamentos, dependendo de variáveis diversas, impactam o cotidiano local e do entorno das áreas afetadas pela intervenção. As conclusões do estudo poderão contribuir para pesquisas futuras sobre a transformação das condições de moradores afetados por projetos dessa natureza, e sobre a valorização imobiliária decorrente de tais processos, em um caminho que, entre outros possíveis, busca dirimir as controvérsias hoje existentes sobre o controle de comercializações pós-intervenção.

Introdução

As ações relativas à integração urbanística e fundiária de assentamentos ocupados por famílias de baixa renda, como parte de políticas urbanas e habitacionais mais abrangentes, têm convivido, nas últimas décadas, com as contradições presentes nas relações pelas quais o Estado e o mercado medeiam os conflitos entre classes econômicas díspares, num contexto marcado pela segregação territorial. Essa simultaneidade revela uma relação ambígua de simbiose e conflito entre os tecidos ocupados por famílias de mais alta e mais baixa renda em regiões metropolitanas como a de São Paulo, onde o mercado imobiliário, na formalidade ou na informalidade, concretiza, pela distribuição das localizações dos atores envolvidos na ocupação urbana, uma espécie de cadeia hierárquica de decisões. Torna-se, então, cada vez mais necessário avaliar que tipo de relação se estabelece entre as intervenções em assentamentos precários promovidas

pelo Poder Público e a reorganização dos bairros direta e indiretamente afetados, para, então, verificar em que medida as políticas pretensamente integradoras podem ser vetores de alteração das dinâmicas locais, impactando a vida dos moradores e induzindo uma nova forma de entrelaçamento entre as áreas consolidadas, as áreas de reassentamento ou de remanejamento e o entorno.

A pesquisa que orienta este artigo confrontou uma interpretação bibliográfica sobre os processos urbanos metropolitanos com dados colhidos mediante pesquisa de campo em dez áreas de assentamentos precários reurbanizados ou em fase de reurbanização, espalhadas em seis municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), na tentativa de obter dados que contribuíssem para a problematização a respeito das hipóteses de confirmação dos efeitos esperados no que tange à integração socioeconômica dos moradores que são atingidos em intervenções como urbanizações e reurbanizações (DENALDI, 2003), ou se, contraditoriamente, elas provocam a pressão por sua expulsão, resultando em um efeito final que acentua a segregação territorial metropolitana. O estudo do cotidiano de reassentados, em diferentes momentos pós-intervenção, e de suas expectativas decorrentes da posse de uma nova reserva de valor (imóvel), é um viés que traduz a premissa inicial da pesquisa: o entendimento de que as mediações do mercado são estruturantes na escolha das localizações residenciais dos atores da dinâmica urbana.

Com base nesse contexto, as pesquisas amostrais e entrevistas realizadas com lideranças, técnicos do Poder Público e com representantes de famílias remanejadas e reassentadas nos dez recortes selecionados constituíram, apesar das reconhecidas limitações deste trabalho, importantes elementos para que se encontrem indicadores mais significativos sobre os efeitos provocados pelas intervenções urbanístico-fundiárias e pelo trabalho social realizado no âmbito das intervenções em assentamentos precários.

Justificativa e contextualização do problema

A história da propriedade da terra no Brasil, sobretudo a partir do final do ciclo da colônia, e particularmente na transição da economia cafeeira para a industrial (MARTINS, 1979; ROLNIK, 1997; FERREIRA, 2005), é uma questão fundadora para os processos de segregação urbana metropolitana. Como exemplo do ocorrido nas demais economias do mundo, quando da transição do capitalismo de acumulação



Vista do Complexo Colinas/Portais, em Osasco – São Paulo

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E IMOBILIÁRIOS DAS INTERVENÇÕES EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Um estudo do cotidiano de famílias remanejadas e reassentadas na Região Metropolitana de São Paulo

João Carlos Santos Taqueda
João Sette Whitaker Ferreira

primitiva para sua organização trinitária (MARX, 1996, p. 277), a terra foi, como nos demais processos capitalistas, gradualmente transformada em parte do processo fetichizante que eleva tudo ao patamar de mercadoria (POLANYI, 1980), resultando na dominância da dimensão econômica (reserva de valor e renda) sobre as demais.

Acompanhando tendências de organização internacional da produção desde o século XIX, e preservando sedimentos coloniais associados a elementos mais modernos da lógica capitalista, São Paulo incorporou de maneira *sui generis* a fórmula trinitária de obtenção de renda no Brasil, principalmente a partir do final do século XIX, num contexto de modernização com características específicas e peculiares, quando comparadas com as da organização internacional do capitalismo, em que a modernidade e o arcaísmo convivem de forma simbiótica enquanto formas sociais e econômicas (OLIVEIRA, 2003). Essas adaptações tiveram implicações urbanas profundas no espaço metropolitano e no controle de sua ocupação no caso brasileiro, pois resultaram em uma apropriação do espaço que, de alguma forma, concretiza a desigualdade social persistente desde a transição do rural para o industrial, em que a propriedade da terra e dos meios de produção sob poucos e a exploração e espoliação da força de trabalho representada pelos demais são determinações estruturantes.

As raízes da operação do mercado imobiliário em São Paulo se formam nessa conjuntura, em que, mediada de alguma forma pelo Estado, amadurece a cisão social provocada pelos mecanismos de dominação das elites e pela incorporação da mão de obra imigrante em detrimento dos antigos escravos (PEREIRA, 2004; BEIGUELMANN, 2005). Surge, nesse contexto, uma classe média que acessa a mercadoria imobiliária mediante o crédito, ao mesmo tempo que, às camadas de mais baixa renda, restam as formas alternativas de aquisição da moradia, como o aluguel nos cortiços e as ocupações irregulares. Concretiza-se, assim, a autoconstrução como imagem mais marcante da precariedade urbana.

Acompanhando essa evolução, a distribuição territorial das classes sociais começa a se concretizar em São Paulo, sobretudo a partir dos anos 1970, em um modelo radioconcêntrico, em que o uso residencial segregado das elites se desenvolveria por meio do vetor sudeste (VILLAÇA, 2001), mesmo após o fenômeno de dispersão metropolitana (REIS, 2006). Concomitantemente, a localização, conceito fundamentado na teoria marxista da renda da terra com as devidas adaptações para a produção imobiliária, passa a ser

elemento estruturador das disputas urbanas. Consubstancia-se por meio dessas disputas a fundação de novas subcentralidades metropolitanas, que mais tarde derivariam para um processo de dispersão industrial e residencial nas zonas periurbanas, que hoje tornam ainda mais complexos os paradigmas da organização espacial, para além das dicotomias clássicas que relacionam dialeticamente o centro e as periferias urbanas (TANAKA, 2006).

Paulatinamente, as metrópoles se desenvolvem nas últimas décadas de forma que o atraso conviva em simbiose com o moderno (OLIVEIRA, 2003), na mesma medida em que a precariedade está em relação orgânica, dialética e por muitas vezes simbiótica com o tecido urbano formal. Numa coordenação espacial que não se dá com mediações neutras, conforme mostra análise heterodoxa dos pressupostos da Escola de Chicago feita por Abramo (2001; 2007), e que pressupõe as desigualdades sociais de seus ocupantes, define-se, com a mediação do Estado e do mercado, uma espécie de hierarquia decisória, marcada por escolhas interdependentes das classes na disputa por localizações urbanas, pautando, assim, uma segregação territorial que se sofisticava cada vez mais nas formas condominiais e em outros enclaves, por oposição às condições sub-humanas dos assentamentos de baixa renda, muitos dos quais incrustados no interior desses tecidos formais.

A conformação de uma metrópole capitalista como São Paulo é a concretude dos fenômenos que foram amplamente discutidos pela Sociologia Urbana Francesa entre os anos 1960 e 1970¹. Segundo essa corrente, dada sua natureza agregadora de relações econômicas e sociais, a cidade exerce uma pressão sobre o campo, atraindo a concentração em seu território, mas essa força de atração comporta, em virtude das desigualdades provocadas no âmbito do capitalismo, um mecanismo autodestrutivo pelo qual a cidade acaba por ser, nas palavras de Lefebvre (1999, p. 147), “a sede deste vasto processo contraditório”, pelo qual ela se torna ao mesmo tempo suporte para a realização das rendas capitalistas e para a reprodução da força de trabalho, explorada e espoliada (KOWARIC, 1979), e de seus empregadores. Nesse novo elo da cidade com o capital, não se distingue mais a terra como limite imposto à produção, e essa é a chave mágica que confere uma aparência equilibrada e naturalizada à organização territorial dos conflitos. No entanto, sobretudo a partir dos anos 1960, a Escola Francesa de Sociologia Urbana (TOPALOV, 1988), associada a outras correntes intelectuais, influenciaria intelectuais brasileiros a analisar sem esses feti-

ches o planejamento econômico e urbano na América Latina e no Brasil, dando força à necessidade do estudo crítico da dominação de classes nos seus países, como reflexo das heranças culturais colonialistas, entre outras. Crescem nesses locais as formas de pressão de movimentos populares e de outros segmentos progressistas nos meios intelectuais, nas igrejas e sindicatos, pela Reforma Urbana (DENALDI, 2003; TANAKA, 2006; MARICATO, 2011; SANTO AMORE, 2014), tentando formular em sua luta um novo papel para o Estado em termos de políticas públicas em torno do direito democrático e universal à cidade (LEFEBVRE, 1969; 1999). Após algumas décadas, os resultados dessa luta estariam concretizados, no caso brasileiro, em importantes artigos da Constituição Federal de 1988 que, entre outras diretrizes, relativizam a propriedade absoluta da terra em detrimento de sua função social, e os capítulos mais discricionários do Estatuto da Cidade, aprovado como a Lei 10.257/2001, que reúnem ferramentas para dirimir o conflito e a segregação urbana, muito embora sua eficácia seja discutida, entre outros, nos trabalhos de Maricato (2011) e Santo Amore (2013). Paralelamente, ações pioneiras descentralizadas, entre as quais

podem ser destacadas as de Diadema, Belo Horizonte, São Paulo e Santo André (DENALDI, 2003), consequência da autonomia dos entes federativos pressuposta pela própria Constituição, subvertem a cultura até então predominante, de erradicação de assentamentos precários, e dada insuficiência na produção de habitação em massa para camadas de baixa renda (BONDUKI, 2004), tenta garantir o direito à moradia mediante consolidação e integração de tais assentamentos. A disseminação dessa nova cultura de integração urbana culminaria com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e de uma agenda nacional intensificada de formulação de programas de integração, requalificação e regularização de assentamentos precários associados a políticas de fomento ao crédito para mutuários, e empresas de construção do chamado “segmento econômico” ou “de mercado” (SHIMBO, 2012), complementado com dotações de grande vulto a municípios, vistas hoje em ações nacionais integradas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No entanto, esse caminho tortuoso das políticas urbanas e de habitação está, hoje, entrelaçado com decisões conjunturais das políticas econômicas, como a criação de



Vista aérea da Pedreira Prado Lopes, um dos primeiros assentamentos a serem reconhecidos na cidade de Belo Horizonte

mecanismos anticíclicos para superação de crises internacionais, como aquela deflagrada em 2008 (MARICATO, 2011), associadas a políticas de crédito imobiliário. O resultado mais notável desse processo recente é o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que garante subsídios maciços para a construção de unidades habitacionais gerenciadas por empresas, e com demandas para baixa renda indicadas pelos municípios. Estudos recentes, como os apresentados por Ferreira (2012), Fix (2011) e Maricato (2011), têm mostrado, no entanto, que esse programa deixa a desejar enquanto diretriz urbana e habitacional, marginalizando as localizações das camadas de baixa renda, as quais não conseguem se consolidar, num plano hierárquico de decisões, próximas a centralidades ou mesmo ao seu local de emprego. Além desses fatores mais gerais, associados ao arrefecimento dos antigos movimentos de luta que funcionavam como controle social da produção do Estado (MARICATO, 2011), pode-se dizer que as políticas hoje existentes, no sentido da integração de assentamentos precários já consolidados, podem carregar em si sementes da segregação urbana. Isso porque, dependendo de sua formulação e vinculação com os valores econômicos da organização capitalista, eventualmente transformam as áreas requalificadas em zonas de expulsão velada das famílias de baixa renda, justamente em virtude das contradições provocadas pela alta rentabilidade do mercado informal (SMOLKA, 2003; FERNANDES, 2007). Isso representaria, em grande medida, a derrota de ferramentas como planos diretores com delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (MARICATO, 2011; SANTO AMORE, 2013) e os limites postos à priorização das políticas públicas para fomento à moradia das camadas de baixa renda em função do preço da terra e da tradição patrimonialista que pressiona os preços das terras.

O mercado imobiliário e seus atores são a estrutura mais relevante da segregação urbana fundada na desigualdade, uma vez que é pela sua mediação que parte dos agentes fazem decisões combinadas que se decidem as ocupações e as zonas homogêneas caracterizadas em uma disputa hierárquica por localizações. A bibliografia pesquisada sobre o tema, no entanto, orientou para que se fizesse uma distinção, mesmo que abstrata (uma vez que os mercados, na prática, agem simultaneamente, e atrelados), de duas vertentes complementares desse mercado: o formal e o informal, nos termos postos por Abramo (2009). Ambos pressionam as áreas ocupadas por assentamentos precários e suas adjacências, sobretudo quando há intervenções com vistas à sua

regularização e integração urbana, contribuindo para que as relações socioeconômicas nesses locais se tornem ainda mais complexas.

No dito mercado imobiliário formal, que opera dentro dos limites da legalização da propriedade e de sua comercialização, a trajetória da organização da produção e da realização dos valores e preços, cuja lógica de formação foi estudada, entre outros, por Pereira (2011), Tone (2010), Ferreira (2007) e Fix (2011), é historicamente focada nas classes médias, que possuem alguma capacidade de comprometimento de sua renda com habitação, muito embora, conforme demonstra Shimbo (2012), o chamado “segmento econômico” tenha ganho cada vez mais representatividade nas últimas décadas, aquecido pela priorização governamental do Sistema Financeiro Habitacional e o Sistema Financeiro Imobiliário, além de uma gama nova de instrumentos jurídicos que garantiram segurança ao ramo da construção, em que a abertura crescente de empresas do ramo para o mercado financeiro tem sido a tônica (SHIMBO, 2012; FIX, 2011). Predomina, ainda, de qualquer forma, no regime formal, a aquisição de propriedades recém-construídas e a comercialização e adensamento dos estoques existentes.

Já no chamado mercado informal, conforme pesquisas de Abramo (2001; 2003; 2003b; 2006; 2008; 2009), Silva (2000), Souza (2007) e Baltrusis (2005), o regime ori-

ginário da necessidade, a ausência do mercado oficial e de parâmetros e de regulação jurídica para a produção orientam as ocupações irregulares em terrenos públicos ou particulares alheios, ação resultante da dificuldade de acesso à mercadoria imobiliária no ambiente formal. Criam-se, assim, os submercados de loteamentos, de áreas consolidadas e de locação, que dão atividade a agentes imobiliários diversos, entre particulares, lideranças comunitárias e até mesmo ligados ao narcotráfico, os quais, estimulando cada vez mais o adensamento das ocupações, e livres de mediações legais, conseguem obter grandes margens de lucro, com valores de transação que, paulatinamente, vão mimetizando os valores formais, em virtude das semelhanças de localização. Desse modo, o mercado informal, concentrado principalmente nas áreas ocupadas por assentamentos precários, orienta decisões de famílias com base no capital social e humano quase incensuráveis, acumulado nos territórios da informalidade em virtude das benfeitorias produzidas coletivamente, além de outras eventuais trazidas pelo Poder Público.

O entrelaçamento desses mercados é algo a se amadurecer em termos de pesquisa. O que se sabe sobre eles é que há uma complexa forma de integração entre as classes sociais que se segregam em zonas adjacentes: para cada grupo social definido homogênea, a presença do outro é uma externalidade, ora positiva, ora negativa, a depender

da relação simbiótica ou conflituosa estabelecida entre elas. Em virtude das diferenças de poder econômico entre os grupos sociais segregados, a relação, segundo as conclusões do trabalho que embasa este ensaio, pode ser simbiótica, mas hierárquica, sustentando nesse caso a tolerância entre as classes sociais, mas marcadas por fronteiras condominiais. Eventualmente, essa simbiose pode ser cortada por alguma mediação violenta, quando agentes ligados ao poder econômico induzem ações do Estado no sentido da retirada forçada dos tecidos informais das macrozonas de segregação de elites. Isso é o que se viu nos casos estudados por Fix (2000), D’Andrea (2012) e Macedo (2014), em que favelas localizadas em áreas de interesse de grandes Operações Urbanas foram violentamente extirpadas dessas áreas, sem que se oferecessem soluções sustentáveis para boa parte dos moradores removidos. Quando, no entanto, ocorre uma mediação específica do Estado, em que melhorias urbanas como as reurbanizações têm caráter integrador, esse novo elo pode funcionar como uma ressignificação das externalidades. É nesse território ontológico específico que encaixamos as hipóteses que levaram ao levantamento de indicadores de pesquisa que serão apresentados no item subsequente.

Pesquisa de campo em assentamentos reurbanizados da RMSP

As consequências das ações pretensamente integradoras do Poder Público quando das urbanizações de assentamentos precários são ainda pouco mensuradas ou estudadas qualitativamente², que separe os efeitos das intervenções do Poder Público decorrentes delas. Com a finalidade de contribuir nesses estudos, iniciou-se, entre 2012 e 2015, uma coleta de dados preliminares sobre o cotidiano pós-integração urbanística de assentamentos precários em seis municípios da RMSP, conforme se pode visualizar na Tabela 1 a seguir, para que se obtivessem impressões de diversos atores e em diferentes estágios desses processos. Foram realizadas 23 visitas no estágio de contato inicial com os representantes das gestões (municipais e estaduais), 11 visitas a campo para a realização de entrevistas gravadas com lideranças e representantes de moradores das áreas-objeto de intervenção, para colher depoimentos, e, por fim, outras 22 visitas específicas para a pesquisa domiciliar amostral, resultando, na aplicação e análise de 154 instrumentais respondidos pelas famílias reassentadas e remanejadas, coletavam dados sobre o perfil e as avaliações dos moradores sobre tais processos.



Empreendimento Sapé A1, entregue em outubro de 2014, em São Paulo

Nas entrevistas realizadas com os técnicos e com os 18 representantes das áreas pesquisadas, constatou-se, primeiramente, que os municípios e suas respectivas gestões, apesar de muitos avanços na adaptação à agenda nacional de reforma urbana, ainda não estão bem estruturados para empreender programas de grande porte, salvo exceções, quiçá realizar monitoramentos pós-ocupação no viés do que trata esta pesquisa.

Figura 1 – Síntese do processo de pesquisa de campo – Amostral

Município	Embu	Embu	Embu	Taboão da Serra	Osasco	Guarulhos	Guarulhos	São Bernardo do Campo	São Paulo	São Paulo	
Nome	Vazame	Vila Bonfim	Valo Verde	Por do Sol/ Acampamento – Embrões	Portais e Colinas D'Oeste	Santo Agostinho	Vila Flórida	Sítio Bom Jesus	Jardim Matarazzo – Jacuí “A1”	Sapé A e B	
Programa e/ou fonte de recursos	Fumefi/ PSH/PAC e próprios	PSH e próprios	PSH e próprios	HBB e próprios	PAC-1 e próprios	PAC-1 e próprios	Próprios e federais diversos	PAC-1 e próprios	Estaduais diversos e PAC	Próprios e estaduais (Sabesp)	
Total de famílias cadastradas em toda a área de intervenção	Desconhecido	64	540	Demandas de diversas áreas	10.534	102	516	749	Desconhecido	2.427	
Nº de famílias consolidadas ou a serem consolidadas no tecido original após o término da intervenção	Desconhecido	32	367	0	9.582	0	0	226	0	982	
Famílias reassentadas ou remanejadas	13	32	63	46	582	120	248	443	592	75	
Famílias a reassentar (casos de intervenção incompleta até a pesquisa)	0	32	110	0	370	0	0	80	0	985	
Titulação	Alienação com subsídio parcial	Alienação com subsídio parcial	Alienação com subsídio parcial	Concessão não onerosa	Não definida	Concessão	Concessão	Alienação com subsídio parcial	Alienação com subsídio parcial	Alienação com subsídio parcial	
Data de conclusão da intervenção ou de entrega das unidades concluídas	2011	2005 a 2008*	2008 a 2011*	2007	2010 a 2013*	2012	2001	2012	2001	2014	
Recorte pesquisado	13 unidades assobradadas de reassentamento	32 sobrados sobrepostos da primeira fase	63 sobrados de remanejamento	46 embrões de remanejamento	582 unidades de tipologias diversas* de planejamento	Fase 1 dos remanejamentos – Blocos 1 a 4 (80 apartamentos)	Fase 1 dos remanejamentos – apartamentos – Blocos 1 a 3	Fase 1 dos remanejamentos – 212 apartamentos	Ruas 11 a 13 – Sobrados	Sapé A – Bloco A1 – apartamentos	
Número de lideranças entrevistadas	1	1	3	0	6	0	3	1	3	0	18
Universo considerado (unidades entregues no recorte escolhido)	13	32	63	46	582	80	84	212	158	42	1.312
Nº de entrevistas amostrais domiciliares realizadas no recorte	8	14	12	10	48	9	10	23	12	8	154
Percentual (amostra) %	61,54	43,75	19,05	21,74	8,25	11,25	11,90	10,85	7,59	19,05	11,74

* Pendia nesse núcleo, até a data da pesquisa, a entrega de mais unidades para completar o processo de urbanização.

Fonte: Dados de campo pessoais, levantados com os órgãos públicos e em visitas de campo ao longo dos anos de 2012 a 2015.

É clara também, entre os técnicos e gestores do Poder Público, a opinião de que o amadurecimento da discussão sobre controle da titulação nas áreas urbanizadas, mediante comparação entre os potenciais dos diferentes mecanismos (alienação, concessão e outros) no que tange à manutenção do caráter integrador das intervenções sob o ponto de vista socioeconômico, careceria de um espaço amostral mais consistente (o que não foi alcançado nos limites de recursos e de tempo disponíveis para a pesquisa de mestrado), que resultasse em indicadores eficientes para a elaboração de metodologias de controle de comercializações, a despeito da controvérsia que isso pode gerar nos meios institucionais e acadêmicos. Verificou-se, também, o consenso quanto à importância do Cadastro Único de Beneficiários, para evitar uso especulativo da moradia subsidiada pelo Estado.

Já na opinião dos representantes e lideranças das áreas há uma grande coincidência em relação à satisfação geral mostrada pelos moradores que responderam à pesquisa amostral quanto à redução da precariedade, provocada pela nova moradia. Em que pese uma resistência inicial em relação às unidades verticalizadas e outras formas condominiais, os moradores reassentados e/ou remanejados ponderam, por outro lado, que, além da melhoria na salubridade e conforto, a segurança na posse e o endereço formalizado são fatores importantes para a garantia de novos empregos, embora a pesquisa amostral tenha carecido de um horizonte temporal maior de análise pós-ocupação para mensurar esse dado, que seria um importante indicador de mobilidade social a médio e a longo prazos. Além disso, houve no geral, como poderá ser visto na tabulação subsequente, um bom nível geral de satisfação com as obras de infraestrutura e requalificação urbana, bem como uma percepção generalizada de valorização e de comercializações intensificadas no entorno consolidado. As poucas comercializações de imóveis identificadas, quando ocorreram, concentraram-se em áreas de maior tempo pós-intervenção, e também nas áreas em que houve alienação dos imóveis (ou transferência de propriedade). Em algumas áreas, o limite posto pelos técnicos do Poder Público quanto às comercializações foi fator decisivo no controle dessas vendas, segundo as lideranças. Sobretudo em casos de concessões de direito real de uso ou de uso especial para fins de moradia, ou mesmo no caso das unidades a serem alienadas,

as carências impostas para comercialização antes da quitação, em vista dos subsídios maciços do governo municipal e/ou federal na produção dessas unidades, as próprias regras colocadas nos termos dos contratos acabam de certa forma assombrando muitos moradores, que esperam que essas situações se consolidem até que possam tomar alguma decisão quanto à permanência ou saída da área. De alguma forma, porém, essa reticência acaba potencializando o caráter reserva de valor desses imóveis.

Os representantes também revelaram uma dificuldade visível na adaptação dos moradores com aspectos como a convivência e as despesas de condomínio, o que pode ser um fator que contribui para as intenções de venda e saída, até mesmo para uma outra área irregular ou de risco. Em alguns casos, é visível também na fala das lideranças uma realidade de dependência da “tutela” do Poder Público na manutenção das benfeitorias realizadas, e maior independência em casos em que processos participativos lograram de forma mais efetiva. Cabe revelar ainda, nesse quesito que, tanto representantes e lideranças como também os moradores entrevistados na pesquisa amostral, mostraram desconhecer atividades formais de imobiliárias sobre as áreas de reassentamento e remanejamento, ficando as poucas transações captadas restritas a acordos entre particulares.

As pesquisas amostrais, por fim, foram traduzidas em um total de 25 campos ou temas estatísticos, pode-se fazer a síntese na Figura 2 e nos comentários subsequentes³.

Figura 2 – Tabela-síntese das pesquisas amostrais das 10 áreas

Tema	Resultado global predominante	%	Segundo maior resultado global*	%	Terceiro maior resultado global*	%	Área com resultado mais próximo do global		Área com resultado predominante discrepante do resultado global (ou exemplo relevante de afastamento)			
							Área	%	Área	Percentual de incidência do resultado válido mais frequente na amostra global na área discrepante*	Resultado válido predominante na área ou outro resultado relevante*	%
Gênero do(a) representante familiar	Masculino	71	Feminino	29	Inexistente	--	Osasco: Colinas/Portais	69	Embu: Vazante	50	Feminino	12
Faixa etária do(a) representante familiar	40 a 49 anos	32	30 a 99 anos	22	50 a 59 anos	19	Embu: Vila Bonfim	36	Guarulhos: Vila Flórida	20	50 a 59 anos	40
Nº de moradores no domicílio	4 moradores	23	3 moradores	21	2 moradores	17	Embu: Vila Bonfim	22	São Paulo: Sapé – Bloco A1	0	7 moradores	37
Renda familiar por faixa	1 a 3 salários mínimos	37	Sem renda definida	25	Até 1 salário mínimo	25	Guarulhos: Santo Agostinho	33	São Paulo: Sapé – Bloco A1	12	Não declarado ou sem renda definida	50
Domicílio anterior fora do bairro	Em outro bairro do município	47	Fora do Estado de SP	21	No bairro ou adjacências da intervenção	7	São Bernardo: Sítio Bom Jesus	44	Guarulhos: Vila Flórida	20	Fora do Estado de SP	30

Tema	Resultado global predominante	%	Segundo maior resultado global*	%	Terceiro maior resultado global*	%	Área com resultado mais próximo do global		Área com resultado predominante discrepante do resultado global (ou exemplo relevante de afastamento)			
							Área	%	Área	Percentual de incidência do resultado válido mais frequente na amostra global na área discrepante*	Resultado válido predominante na área ou outro resultado relevante*	%
Origem (nascimento) do representante de família	Região Nordeste	38	Região Sudeste	33	Região Norte	2	São Paulo: Sapé – Bloco A1**	38	São Bernardo: Sítio Bom Jesus	31	Região Sudeste	48
Ocupação do(a) representante de família	Assalariado do comércio ou de serviços	18	Desempregado	17	Autônomo	15	Osasco: Colinas/Portais	17	Vila Bonfim	7	Desempregado	29
Local de trabalho do(a) representante de família	Indefinido ou não fixo	45	Fora do entorno da intervenção e no mesmo município	16	No entorno imediato à área de intervenção	11	Osasco: Colinas/Portais	44	Embu: Valo Verde	0	Em região central do município de São Paulo***	20
Forma de deslocamento do(a) representante de família até o trabalho	Indefinido ou não informado	43	Até meia-hora, a pé	18	Até meia-hora, de ônibus a pé	10	Osasco: Colinas/Portais	42	Embu: Valo Verde	0	De uma a duas horas, de ônibus e a pé	22
Aquisição do imóvel	Beneficiário original	89	Comprador	10	Inquilino	1	Embu: Vila Bonfim	93	Guarulhos: Vila Flórida***	60	--	--
Avaliação atual do bairro em termos de serviços privados	Neutras ou não opinou	61	Positivas	34	Negativas	5	Osasco: Colinas/Portais	67	São Bernardo: Sítio Bom Jesus	35	Positivas	61
Avaliação atual do bairro em termos de equipamentos de educação	Neutras ou não opinou	78	Positivas	18	Negativas	4	São Bernardo: Sítio Bom Jesus	78	São Paulo: Jardim Matarazzo – Jacuí A****	42	--	--
Avaliação atual do bairro em termos de equipamentos de saúde	Neutras ou não opinou	88	Positivas	6	Negativas	6	Guarulhos: Vila Flórida	90	Taboão da Serra: Por do Sol	40	Negativas	60
Avaliação atual do bairro em termos de equipamentos de lazer	Neutras ou não opinou	92	Negativas	5	Positivas	3	Embu: Valo Verde	92	São Paulo: Jardim Matarazzo – Jacuí A****	75	Positivas	8
Avaliação das alterações no bairro em termos de segurança	Neutras ou não opinou	51	Positivas	27	Negativas	22	Embu: Vazame	50	Embu: Valo Verde	25	Positivas	75
Avaliação das alterações no bairro em termos de infraestrutura	Positivas	60	Neutras ou não opinou	36	Negativas	4	São Paulo: Sapé – Bloco A1	63	Guarulhos: Vila Flórida	10	Neutras ou não opinou	90
Avaliação das alterações no bairro em termos de convivência	Neutras ou não opinou	45	Positivas	38	Negativas	17	Guarulhos: Vila Flórida	50	Guarulhos: Santo Agostinho	0	Negativas	56
Percepção geral da alteração no bairro após intervenção	Positivas	70	Neutras ou não opinou	27	Negativas	3	São Paulo: Jardim Matarazzo – Jacuí A	67	Guarulhos: Vila Flórida	10	Neutras ou não opinou	80
Percepções da melhoria em virtude do domicílio novo	Positivas	70	Neutras ou não opinou	27	Negativas	3	Embu: Valo Verde	67	Embu: Vazame	13	Neutras ou não opinou	87
Percepções da melhoria no convívio com a vizinhança	Neutras ou não opinou	52	Positivas	39	Negativas	9	São Paulo: Jardim Matarazzo – Jacuí A	50	Taboão da Serra: Por do Sol	30	Positivas	60
Intenção de comercialização futura do imóvel adquirido	Não pretende vender porque valoriza a conquista	24	Não pretende vender porque é investimento para a vida	20	Poderá vender a médio ou longo prazo, sobretudo após quitar	18	Guarulhos: Santo Agostinho	22	Embu: Vazame	0	Poderá vender a médio ou longo prazo, sobretudo após quitar	62

Tema	Resultado global predominante	%	Segundo maior resultado global*	%	Terceiro maior resultado global*	%	Área com resultado mais próximo do global		Área com resultado predominante discrepante do resultado global (ou exemplo relevante de afastamento)			
							Área	%	Área	Percentual de incidência do resultado válido mais frequente na amostra global na área discrepante*	Resultado válido predominante na área ou outro resultado relevante*	%
Maior vantagem apontada na vida atual	Melhorias no bairro	46	Melhoria no domicílio	20	Melhorias gerais na qualidade de vida	15	Osasco: Colinas/Portais	46	Guarulhos: Vila Flórida	0	Melhoria do domicílio	50
Maior desvantagem apontada na vida atual	Falta de segurança	23	Convivência com vizinhos	12	Problemas físicos no domicílio	12	Guarulhos: Santo Antônio	22	Embu: Vila Bonfim	0	Problemas físicos no domicílio	29
Avaliação da presença do Poder Público	Nada presente	25	Pouco presente	11	Presente de forma esporádica, mas suficiente	1	São Paulo: Jardim Matarazzo – Jacuí A	25	Guarulhos: Santo Agostinho	22	Pouco presente	67
Completo o acabamento do novo domicílio	Sim	59	Parcialmente	5	Não	3	Osasco: Colinas/Portais	60	São Paulo: Sapé – Bloco A1	12	Parcial	38

*Consideram-se dos universos, em casos específicos, os percentuais de “não informado”, pois eles podem se referir também a casos em que a pergunta foi omitida por falha na aplicação do instrumental.
**Apesar da aproximação percentual desse resultado na área do Sapé, comparando-se com a amostra global, na região nordeste não foi, ali, a origem predominante, e sim a região sudeste, com 62% dos entrevistados.
***Percentual empatado com o de “fora do entorno da intervenção, mas no mesmo município”.
****Nesse caso, o resultado predominante, mesmo da área mais discrepante, coincidiu com o da amostra global.

Fonte: TAQUEDA, 2015, p. 223-248.

Analisando a Figura 2, verifica-se, primeiramente, a predominância declarada de representantes de família do sexo masculino (71%) na amostra global, e mais representantes mulheres em áreas de pesquisa que foram consideradas distantes de centralidades locais (industriais e comerciais). Quanto às faixas etárias mais comuns entre os entrevistados, o perfil das famílias reassentadas nos recortes pesquisados é relativamente jovem, mas há uma presença mais maciça de famílias com representantes de 40 e 49 anos (32%), já formadas há mais de 10 anos, havendo poucos casais sem filhos. Muitas dessas famílias, pelo seu amadurecimento, apresentam histórico longo de luta para conseguir consolidar a segurança na posse, como foi visto também em alguns relatos.

Pode-se observar também, quanto ao número de moradores por unidade habitacional, que houve grande dispersão de dados, apesar da predominância da média do núcleo familiar brasileiro pesquisado pelo IBGE (4 habitantes). As unidades mais adensadas (com mais de 5 habitantes) predominaram onde havia tipologias variadas (caso de Osasco) ou maiores (caso do Sapé – Bloco A1). Notava-se, porém, nos relatos, o desconforto de núcleos familiares aumentados, quando se trata de um reassentamento, pois, não fosse o “gesso” da tipologia, os moradores teriam, não raro, feito ampliações para comportar esse aumento. Os dados coleta-

dos mostraram também uma maior concentração de renda de famílias reassentadas ou remanejadas em áreas próximas a centralidades (Caso do Sapé “A”) ou indústrias (SBC), à exceção do Valo Verde, em Embu das Artes, onde, eventualmente, a emancipação podia ser vista mais claramente, em face do trabalho social notadamente reconhecido por todos os entrevistados (inclusive pelos gestores) na área. A análise da mobilidade social dos moradores e sua possível relação com a nova condição urbana e habitacional ficou impedida pelo curto prazo de maturação dos processos estudados (salvo em áreas como as do CDHU e do Vila Flórida), o que constituiu uma reconhecida limitação deste estudo. Esse dado é reforçado pelo único indicador mais consistente levantado a respeito, que mostra que a maior parte dos moradores (37%) ainda se enquadra, em termos de renda, na média nacional para o perfil de moradores de assentamentos precários, que é de 1 a 3 salários mínimos. Cabe, no entanto, salientar que, embora não mensurada ou tabulada, a melhoria das condições dos moradores foi bastante notada nos depoimentos, em que os moradores mais jovens, não raro, destacavam que a existência de um endereço fixo e formal garantida pela nova moradia é um fator importante para a aquisição de novos empregos.

No que tange aos campos relativos à moradia mais recente dos moradores reassentados ou remanejados, a pesquisa mostrou que a maior parte das famílias entrevistadas foi para a área devido a dificuldades de se manter no bairro anterior (sendo que 47%, antes de irem para a área-objeto de intervenção, moravam em outros bairros do município), mas preferiu ficar nas suas adjacências, por meio de ocupação irregular, ou veio de outras regiões do país (21% vieram de outro Estado), diretamente para a área ocupada. A origem da maior parte das famílias é do Nordeste (38% dos representantes). A análise da amostra revela também a tendência dos representantes das famílias de baixa renda, quando empregados, a se concentrarem em atividades terciárias, vinculadas aos serviços e ao comércio local (18% dos entrevistados da amostra global) ou, em menor proporção, com atividades autônomas (15%), seguidos dos empregados em empresas de outras regiões da metrópole. Há também concentração de desempregados nas áreas (17%). Os locais de trabalho mais comuns na amostra global, na verdade, são os indefinidos (45%), talvez em virtude da alta concentração de profissionais de transporte e autônomos, ou também pela omissão do dado em muitas entrevistas. Ressalta-se, também, quanto a esse aspecto, que quando existe uma intensa atividade comercial na área de intervenção (caso de Osasco – Colinas e Portais e do Sapé “A”, por exemplo), geram-se muitos empregos locais, que reduzem o deslocamento dos chefes de famílias, conforme visto no campo relativo aos deslocamentos. De qualquer forma, mesmo na amostra global, houve uma predominância surpreendente de deslocamentos curtos por parte da força de trabalho (18%), exceção feita às metropolitanas, como as do Embu e de Guarulhos.

No campo das questões relativas às intenções dos moradores quanto à comercialização de seus imóveis, pode-se verificar, ser baixo o percentual geral de vendas encontrado (10% apenas eram compradores, contra 90% de beneficiários originais do programa de urbanização mostrados no campo 10), o que pode ser explicado pelo fato de que a maior parte das intervenções ainda era relativamente recente. Houve maior incidência de vendas em unidades entregues há mais tempo, e, predominantemente, aquelas em que a titulação se dá por alienação – casos do Vila Flórida, em Guarulhos, e do Jardim Matarazzo (Jacuí A), em São Paulo. A reduzida amostra não permitiu aferir uma eventual correlação entre as vantagens locais novas dos bairros, ou o mecanismo de titulação, e o percentual de permanência, mas fica forte a hipótese de que o trabalho de conscientização

feito pelo Poder Público em muitos casos, quanto às regras de comercialização, foi uma externalidade importante para incentivar a permanência (dado visível em casos como o do Colinas /Portais, em Osasco, e nas áreas estudadas de Embu das Artes, São Bernardo do Campo e Taboão da Serra). No caso do Sapé – Bloco A1, em São Paulo, as entregas de unidades eram muito recentes para permitir qualquer avaliação.

Já nos campos que revelam o grau de satisfação atual dos moradores, nota-se que, no cômputo global, há uma percepção mais positiva das melhorias gerais no bairro (70%) e também em virtude do novo domicílio (70%), apesar de todas as adaptações. Seguem essas unanimidades a percepção positiva quanto à infraestrutura trazida pelas intervenções (60%), e também quanto aos serviços privados (61%), o que era esperado, em face da natureza das intervenções ocorridas, que valorizam a área. Observa-se, porém, uma avaliação menos positiva em relação ao convívio com o entorno, à segurança e à convivência (52%, 51% e 45% respectivamente). No que tange à questão da segurança pública, apesar de termos percebido uma sensível melhora, ela ainda é apontada por 23% dos moradores como maior problema remanescente, e por isso fica claro que a violência é um problema que transcende o plano da intervenção, que acaba favorecendo acessibilidade para todos os atores desse confronto. Serviços não necessariamente trazidos pela intervenção, como os de saúde e os de educação (salvo em áreas como Osasco e Jardim Matarazzo), acabam não tendo avaliação positiva dos moradores, conforme demonstrado, e a percepção negativa quanto à melhoria dos equipamentos de lazer pode ocorrer em virtude do fato de que essa benfeitoria tem sido comumente tratada, nos projetos, como acessória ou não prioritária. A questão da convivência, como grande fator de desapontamento (12% das primeiras respostas) refletiu, provavelmente, a realidade das dificuldades de adaptação condominial de parte dos moradores, sobretudo quando se tratavam de novos apartamentos. Problemas físicos no domicílio também apareceram com grande percentual de maior desapontamento (12%), apesar de diversas unidades serem novas. A pesquisa resultou, também, na constatação de que o trabalho social e a qualidade das áreas comuns das tipologias projetadas influem na percepção positiva dos moradores, podendo estreitar mais seus vínculos de permanência.

Quanto às expectativas de comercialização, cabe considerar que, embora um percentual de moradores da amostra global a vejam como possibilidade em longo prazo (18%), a pouca incidência de vendas mostra a hipótese de que



João Taqueda, autor da pesquisa, ao lado de uma das famílias reassentadas no Complexo Colinas/Portais, em Osasco – São Paulo

o trabalho de monitoramento as regras contra as vendas de unidades não tituladas ou quitadas, conforme constatado nas entrevistas com lideranças, acaba sendo um controle velado dessas ações.

Quanto à presença do Poder Público após a intervenção, notou-se que na maior parte dos casos de obras já concluídas, as prefeituras ou órgãos envolvidos não têm mais capacidade operacional para continuar atendendo às diversas demandas, muitas das quais individuais, dos moradores. Exceção é feita a áreas como a do Colinas, em Osasco, e a do Santo Agostinho, em Guarulhos, onde havia um plantão de atendimento social.

Na precária análise feita sobre os preços ofertados, declarados e efetivados na dinâmica imobiliária pós-ocupação, pôde-se verificar de antemão que as pouquíssimas transações havidas, se comparamos os seus valores médios, nota-se que eles foram efetivados pela metade do valor médio de oferta especulado (média de R\$ 39 mil nos valores de transações efetuadas e declaradas em entrevistas, contra R\$ 91 mil de preço médio de oferta). Comparando tanto os preços transacionados como os declarados (ou ofertados) com os da sucinta pesquisa imobiliária feita no entorno e nas centralidades dos municípios em que os recortes estão localizados, cuja íntegra está mostrada no trabalho de Taqueda (2015, p.

249-254), foi possível verificar que, apesar de os preços do mercado informal nas favelas reurbanizadas ainda estarem relativamente baixos se comparados com os do mercado formal em bairros mais centrais e valorizados (um imóvel do mercado formal de perfil semelhante em tecidos adjacentes, conforme pesquisa, custava entre R\$ 100 e 150 mil em centralidades locais, como preço de oferta), houve uma valorização gritante e uma forte tendência à mimetização dos preços formais de localizações equivalentes em mercados formais, corroborando a hipótese de que a simbiose entre as áreas gera uma espécie de uniformização.

Considerações finais

A experiência de ingressar em um campo novo de pesquisa, como o relatado neste artigo, mostra o quão árdua a tarefa de se elencarem dados suficientes para a compreensão fenomenológica dos processos pós-intervenção em favelas reurbanizadas e em seu entorno imediato, o que tornou esta contribuição algo ainda tímido, mesmo como parte de um front ainda incipiente no campo acadêmico. Do cruzamento de alguns dados obtidos com a interpretação feita por meio da pesquisa bibliográfica, é preciso primeiramente dizer que a hipótese da dispersão na compreensão do ambiente espacial

metropolitano organiza a necessidade de uma nova epistemologia do urbano que dê conta de estudar mais precisamente essa condição, para então partirmos para o desvelo da inserção urbana e socioeconômica dos assentamentos precários nesse universo. Simultaneamente, a generalização da forma mercadoria, em uma sociedade fundada na desigualdade e no pressuposto do “desigual e combinado” (OLIVEIRA, 2003), resulta em um modelo de organização socioeconômica em que a propriedade privada da terra não configura entrave ou obstáculo ao acesso à moradia, mas define, entre as classes sociais, as prioridades na distribuição territorial (o que a geografia urbana marxista denomina segregação), num sistema hierárquico e conflituoso de decisões na disputa por localizações. Nesse contexto, o Estado hoje apresenta iniciativas integradoras que carregam contradições intrínsecas, ao mesclá-las com políticas econômicas, em que a lógica da lucratividade capitalista é priorizada.

A pesquisa empírica, dadas as suas limitações em termos de amostragem, não obteve boa parte dos resultados esperados quanto à abrangência do tema (questões socioe-

conômicas e imobiliárias), a ponto de garantir consistência estatística para a formulação de indicadores mais seguros dos efeitos de longo prazo das intervenções em favelas nos aspectos imobiliários do local e do entorno, ou na mobilidade social e econômica dos beneficiários. No entanto, algumas conclusões puderam ser ensaiadas.

Primeiramente, pode ser destacada a de que os mercados ditos formal e informal, quando das ações pretensamente integradoras, se redinamizam, mas parecem manter em seu estatuto a pressuposição da hierarquia decisória apontada na análise bibliográfica, embora a ponderação da positividade das externalidades, quando inter-relacionadas, se altere substancialmente (a favela urbanizada contribui para sua própria valorização e para a do entorno). Além disso, verificou-se na análise da pequena amostragem que, em virtude das melhorias urbanas, trazidas pelos programas de urbanização e reurbanização, as intervenções, por algum tempo, deixam o rastro “fantasmagórico” da presença do Poder Público, enquanto controle social subjacente, inibindo, na maior parte dos casos, as comercializações (ainda que a

questão da permanência compulsória seja objeto de grande controvérsia). Nota-se, ainda, que a valorização é um dado inexorável enquanto consequências quase imediatas das intervenções em assentamentos precários, resultando em saltos substanciais de preço dos imóveis e no jogo especulativo dos moradores, mesmo no caso dos reassentados em “tipologias engessadas”, ou sem o título de propriedade. A valorização, nesse caso, vira um processo pelo qual a “porta de entrada de novos pobres” numa favela reurbanizada se feche em definitivo.

Os resultados da pesquisa feita orientam, também, para estudos futuros, uma metodologia que contribua para o aprimoramento das políticas complementares de integração social dos beneficiários de programas urbanos como as urbanizações e reurbanizações de assentamentos precários, entendendo que o monitoramento do período pós-intervenção tem, para além do viés controverso do controle, a função de um entendimento mais aprofundado das novas dinâmizações provocadas por esses processos. 🏠

AUTORES

João Carlos Santos Taqueda – Arquiteto e urbanista, graduado e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), na área de concentração de Habitat. Tem experiência anterior em gestão de projetos e obras, entre os quais os de urbanização de favelas e de habitação de interesse social. Atualmente, trabalha como arquiteto na Gerência de Concepção de Projetos Cíveis da Companhia do Metropolitano de São Paulo. E-mail: jotaqueda@gmail.com

João Sette Whitaker Ferreira – (Orientador da pesquisa de mestrado). Arquiteto e urbanista, graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), e em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP (2003), e livre-docente também pela FAUUSP (2013). É professor associado nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da FAUUSP, coordenador e pesquisador sênior do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP. Foi professor visitante 2011-2012 no Institut de Hautes Études de l’Amérique Latine – IHEAL, Université de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, e em 2014 da Université Jean Monnet, em St Etienne, na França, e professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP de 2003 a 2013. Atualmente é Secretário Municipal de Habitação de São Paulo. Autor, entre outros, do livro *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano* (Vozes, 2007). E-mail: whitaker@usp.br

NOTAS

- 1) Onde se destacaram Lefebvre, Lojkin, Topalov, Castells, entre outros.
- 2) Os estudos que serviram de base bibliográfica e metodológica para a pesquisa de mestrado, que orienta este artigo, foram os de Abramo (2001;

2003; 2003b; 2006; 2008; 2009), Baltrusis (2005), Spinazzola (2008) e Souza (2007).

3) A Figura 2 totaliza 25 dos 27 campos, considerados mais relevantes. A totalidade dos resultados estatísticos da pesquisa amostral está apresentada na dissertação (TAQUEDA, 2015).

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro (Org.). *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre: ANTAC, 2009.

ABRAMO, Pedro. *A cidade caleidoscópica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ABRAMO, Pedro. *A dinâmica do mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres*. Rio de Janeiro: IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003b. Convênio IPP/Prefeitura do Rio de Janeiro. (Coleção Estudos Cariocas).

ABRAMO, Pedro. A teoria econômica da favela – quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In: ABRAMO, Pedro (Org.). *A cidade da informalidade*. Rio de Janeiro: Sete Letras; FAPERJ, 2003.

ABRAMO, Pedro. *Mercado ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BALTRUSIS, Nelson. *Mercado imobiliário informal em favelas e o processo de estruturação da cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas da Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 2005.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

BONDUKI, Nabil G. *Origens da habitação social no Brasil*. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

D’ANDREA, Tiarajú. O real panorama da polis: conflitos na produção do espaço em favelas localizadas em bairros de elite de São Paulo. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, v. 19, n. 31, jun. 2012.

DENALDI, Rosana. *Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FAUUSP, 2003.

FERNANDES, Edésio V. Regularização de assentamentos informais: o grande desafio dos municípios, da sociedade e dos juristas brasileiros. In: ROLNIK, Raquel (Org.) *Regularização fundiária plena: referências conceituais*. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

FERREIRA, João Sette Whitaker (Org.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil*: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

Área de lazer urbanizada no Sítio Bom Jesus, em São Bernardo do Campo



FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: *Anais do Simpósio "Interfaces das representações urbanas em tempos da globalização"*. Bauru: Unesp/Sesc, 21 a 25 de agosto de 2005. Disponível em: <<http://cidadesparaquem.org/textos-acadmicos>>.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FIX, Mariana A. B. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. (Tese de Doutorado). Campinas: Unicamp, 2011.

FIX, Mariana A. B. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma 'nova cidade' em São Paulo*: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010 e mapas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOWARIC, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

MACEDO, Sara Messaggi. A eficácia do sistema indenizatório no programa de reassentamento de famílias vulneráveis para as obras de expansão do Metrô: Linha 17 – Ouro. In: 1º. SEMINÁRIO NACIONAL DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS. São Bernardo do Campo/UFABC, 2014.

MARICATO, Ermínia T. M. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARX, Karl. *O Capital (Livros I e III)*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, Paulo César Xavier. Agentes imobiliários e reestruturação: interesses e conflitos na construção da cidade contemporânea. In: XAVIER PEREIRA, Paulo César (Org.); HIDALGO, R.; VIDAL-KOPPMANN, S.; LENCIONI, S.. *Negócios imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina*. São Paulo: FAUUSP, 2011.

PEREIRA, Paulo César Xavier. *São Paulo, a construção da Cidade, 1872 – 1914*. São Carlos: Rima, 2004.

POLANYI, Karl. O mercado auto-regulável e as mercadorias fictícias: trabalho, terra e dinheiro. In: *A grande transformação – As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1997.

SANTO AMORE, Caio. *Entre o nó e o fato consumado, o lugar dos pobres na cidade: um estudo sobre as ZEIS e os impasses da reforma urbana na atualidade*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FAUUSP, 2013.

SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: Editora Arte, 2012.

SILVA, Helena Menna Barreto. *Programas de urbanização e desenvolvimento do mercado em favelas brasileiras*. Paper preparado para o Lincoln Institute of Land Policy. São Paulo: LABHAB – FAUUSP, 2000. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/equipe/dp07.html>>

SMOLKA, Martin. Regularização da ocupação do solo urbano: a solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução. In: ABRAMO, Pedro (Org.). *A cidade da informalidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras; FAPERJ, 2003b.

SOUZA, Marcos Barcellos de. *Capitalismo e clandestinidade: os subcircuitos ilegais da economia urbana metropolitana*. (Dissertação de Mestrado em Economia Regional e Urbana). Campinas: UNICAMP, 2007.

TANAKA, Gisele Megumi Martino. *Periferia: conceito, práticas e discurso: práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. (Tese de Mestrado). São Paulo: FAUUSP, 2006.

TAQUEDA, João Carlos Santos. *Análise de impactos socioeconômicos e imobiliários das intervenções em favelas na Região Metropolitana de São Paulo: o cotidiano de famílias reassentadas e remanejadas*. (Dissertação de Mestrado) (Orientador: João Sette Whitaker Ferreira). São Paulo: FAUUSP, 2015.

TAQUEDA, João Carlos Santos. Notas de reuniões para apresentação da pesquisa e coleta mediante entrevistas e acesso a dados técnicos dos órgãos Públicos municipais (Secretarias de Habitação) de Embu das Artes, Diadema, Taboão da Serra, Osasco, Guarulhos, São Bernardo do Campo e São Paulo, além de notas e entrevistas colhidas junto a representantes diversos da CDHU (SP), e entrevistas com moradores diversos, entre 2012 e 2015.

TONE, Beatriz Bezerra. *Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do Capital fictício*. (Tese de Mestrado). São Paulo: FAUUSP, 2010.

TOPALOV, C. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Revista Espaço & Debates*, n. 23, 1988.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL E CRIMINALIDADE EM FAVELAS DE BELO HORIZONTE¹

Vera Cristina de Sousa Lima

Resumo

Este trabalho visa discutir as relações entre a configuração socioespacial e a criminalidade em favelas de Belo Horizonte, considerando a condição interna dos assentamentos e suas condições de inserção no meio urbano. Normalmente segregadas em relação ao entorno, porém ricas em relação à apropriação dos espaços e às relações sociais internas, as favelas apresentam uma configuração socioespacial que parece funcionar de maneira ambígua em relação aos diversos tipos de crime. O seu espaço, com suas diversas formas de apropriação, favorece a vigilância natural exercida pelos próprios moradores, porém é bastante desfavorável à presença de estranhos, por ser pouco acessível e de difícil compreensão. Se por um lado parece inibir certos tipos de crimes, como os furtos e assaltos, por outro parece propiciar a emergência de territorialidades e a reversão de atributos propícios ao controle social a favor de grupos criminosos, como os ligados ao tráfico de drogas.



Vista do Beco Beira Alta (de baixo), na Vila Santa Rosa

Introdução

Nas décadas de 1990 e 2000, Belo Horizonte passou por um processo de agravamento da violência, com um grande crescimento nas taxas de homicídio, repetindo o que havia ocorrido no Rio de Janeiro e São Paulo a partir de meados da década de 1980. Assim como em outros centros urbanos, em Belo Horizonte a distribuição espacial e temporal dos crimes é heterogênea: os crimes contra o patrimônio se concentram nas áreas mais centrais e de mais alta renda, e os crimes contra a pessoa nas áreas homogeneamente pobres, com concentração dos homicídios em algumas vilas e favelas da cidade (BEATO et al., 2008).

Este trabalho se baseia na dissertação de mestrado *Espaço e criminalidade em favelas de Belo Horizonte. Um estudo sob a ótica da segregação e do controle socioespaciais* (LIMA, 2010) e pretende discutir as relações entre a criminalidade e a configuração socioespacial das favelas – entendida como o arranjo do espaço e das pessoas no espaço, por meio de suas diversas formas de apropriação –, considerando sua configuração interna e sua relação com o entorno. Após uma discussão teórica acerca dos processos de segregação socioespacial e das relações entre configuração socioespacial e criminalidade, o trabalho foca nas favelas de Belo Horizonte e apresenta os resultados de um estudo empírico realizado na Vila Santa Rosa.

Os processos de segregação socioespacial nos grandes centros urbanos

A partir da década de 1980, tem-se observado um processo de reestruturação espacial nos grandes centros urbanos brasileiros, com a emergência de um novo padrão de segregação socioespacial marcado por ilhas urbanas vigiadas e/ou fortificadas e por uma arquitetura internalizada e de grande escala, decorrentes da combinação de fatores como a desenfreada sensação de medo, a obsessão com a segurança, o desejo de isolamento social e a manutenção dos privilégios pelas classes mais altas, conforme abordado por autores como Davis (1993), Soja (2000) e Caldeira (2000). Caldeira denomina *enclaves fortificados* os empreendimentos urbanos privados para uso coletivo, seja para fins residenciais, de trabalho, consumo ou lazer, que se caracterizam pela combinação de diversos aspectos, como: ênfase no valor do que é privado; busca da homogeneidade social; demarcação e iso-

lamento físico por meio de muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos; interiorização das edificações e corte do diálogo com a rua, símbolo da vida pública rejeitada; controle e vigilância, com imposição de regras de inclusão e exclusão; autonomia e independência em relação ao seu entorno. Esses espaços reforçam e valorizam desigualdades e separações, a negação e a ruptura com o resto da cidade e com o espaço público acessível. Segundo Caldeira, esse padrão é mais complexo que o padrão centro-periferia, pois as classes sociais, embora muitas vezes mais próximas no espaço, são separadas por barreiras físicas e sociais ostensivas, representadas pelos altos muros, pelos dispositivos de segurança e mecanismos de vigilância e de controle.

As características desse novo padrão de segregação vão ao encontro das diferentes lógicas e estratégias de produção e reprodução de espaços socialmente segregados discutidos por Hillier e Hanson (1984). Segundo os autores, o sistema, baseado na segregação socioespacial, precisa, para se reproduzir, de restrições a encontros e de regras e limites espaciais muito fortes, tendendo à exclusividade e, no longo prazo, ao fortalecimento do grupo local em detrimento do sistema global. Em um sistema integrado, diferentemente, a manutenção da diversidade depende da não exclusividade, as

regras e limites precisam ser mais fracos, com uma abertura nas relações entre *habitantes* e entre *habitantes e estranhos*², tendendo, assim, a reforçar tanto o sistema global quanto o grupo local.

Os grandes centros urbanos brasileiros, por outro lado, caracterizam-se também pelos enclaves de moradia das classes mais pobres, decorrentes não da implantação deliberada visando à segregação, mas de processos de exclusão socioterritorial. No caso das favelas, além dos preconceitos relativos aos seus moradores e ao tipo de assentamento – com sua paisagem contrastante, o que por si já suscita uma série de estigmas, como os associados à desorganização social –, contribui também para seu isolamento certos aspectos de sua configuração espacial, como o seu traçado complexo e a escala reduzida de seus espaços públicos. Em situações extremas, essas características levam a uma ruptura nas linhas de movimento e a um espaço peculiar, de difícil leitura, que acaba por excluir espontaneamente os estranhos, favorecendo seu isolamento e empobrecendo as trocas sociais, culturais e econômicas no local.

Estudos têm mostrado como a homogeneização espacial da pobreza leva a um aprofundamento das desigualdades, principalmente em contextos urbanos, em que as de-

sigualdades e o isolamento social são exacerbados, em que se reduzem as possibilidades de contatos e encontros entre diferentes, e onde os pobres e seus locais de moradia são estigmatizados e associados ao crime. A falta de diversidade socioeconômica presente em enclaves marginalizados limita as possibilidades de ascensão social das famílias pobres ali segregadas, impactando negativamente as possibilidades de uma melhor instrução e de conquista de emprego. O local de moradia, a despeito de outras variáveis socioeconômicas, influencia em fatores como o desemprego, a baixa instrução, a taxa de fecundidade, o perfil das famílias e a delinquência (CARDIA, 2004; KAZTMAN et al, 2007; ROLNIK, 2004). Embora o estigma associado às favelas seja antigo, nas últimas décadas a situação se agravou devido à escalada da criminalidade violenta nas grandes cidades e à identificação da população pobre, particularmente das favelas, com a figura do bandido, do traficante. Segundo Zaluar (1994), o estigma de pertencer “ao antro de vagabundos, malandros e bandidos” tem impactos profundos sobre a vida dos moradores desses locais, constituindo-se em um dos fatores que levam muitos jovens ao ingresso na criminalidade.

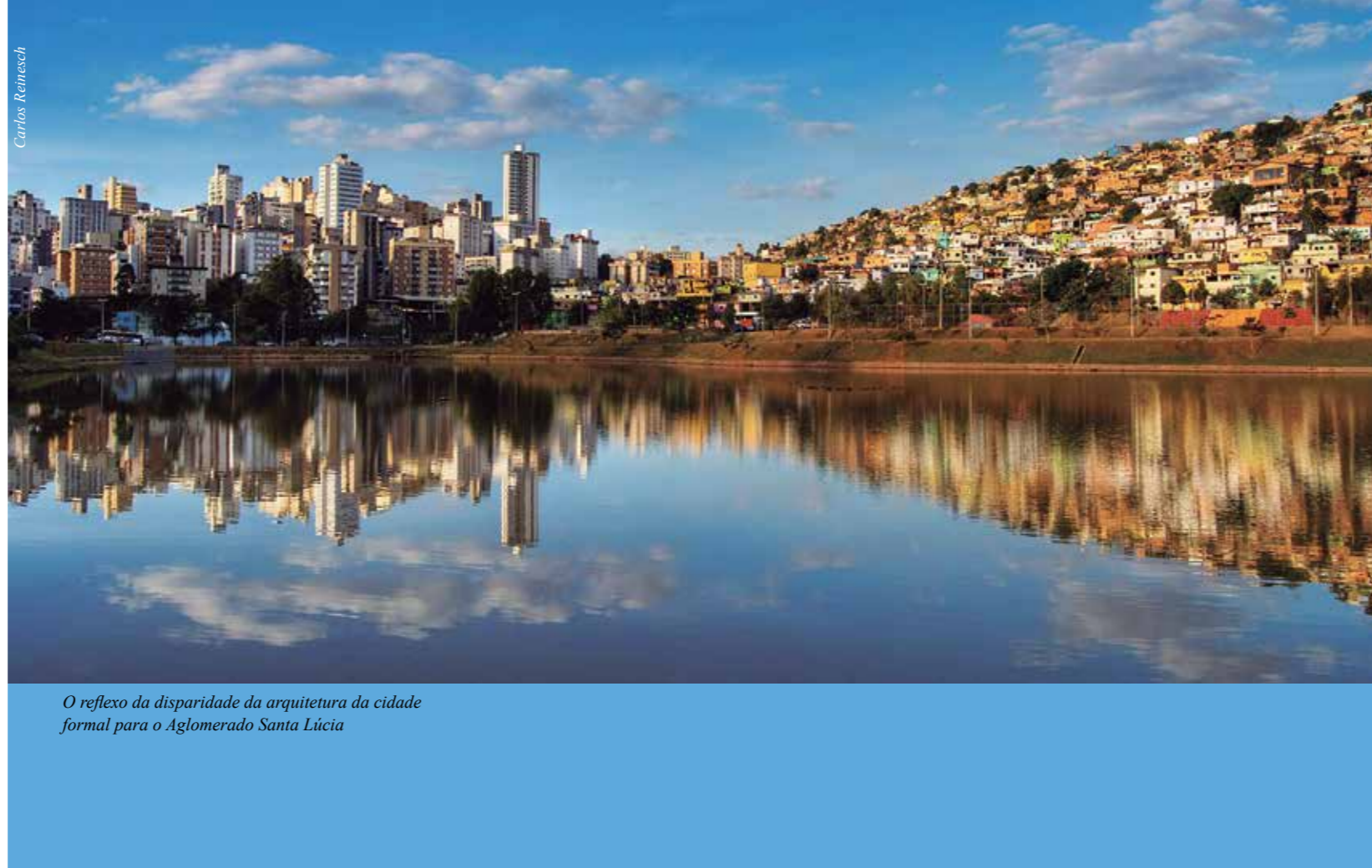
Configuração socioespacial e criminalidade

Ao ocupar o espaço e construir, o homem organiza e transforma não só o espaço, mas também as relações sociais. Esse processo, no qual são expressos os desejos e as necessidades humanas, reflete e também influencia as relações sociais, por meio das possibilidades e limitações que oferece às atividades humanas e às interações sociais, entre indivíduos e entre grupos. Para Hillier e Hanson (1984), o espaço possui uma lógica social, e a organização espacial é o meio pelo qual se estabelece padrões de relações, compostos essencialmente por limites e permeabilidades.

Ao definir limites, sejam eles físicos ou simbólicos, o homem define territórios para a organização das atividades, para se proteger, para ter privacidade e também para institucionalizar relações de poder; ao definir permeabilidades, seja por meio de caminhos, portas, janelas ou outros elementos de ligação entre espaços, o homem define possibilidades de comunicação, entre territórios e entre pessoas ou grupos que usam esses espaços. Os desejos de recolhimento e de comunicação se expressam na configuração dos assentamentos pela forma como os espaços públicos são organizados, do modo como as edificações dialogam entre si e com o espaço

Carlos Reimesch

O reflexo da disparidade da arquitetura da cidade formal para o Aglomerado Santa Lúcia



público e de como separam e articulam os domínios da vida privada e da vida das ruas e dos vizinhos.

Os limites e permeabilidades parecem ser conceitos-chave para o entendimento dos processos de segregação socioespacial, pois é por meio deles que se estabelecem territórios, territorialidades e também as possibilidades e intenções de isolamento e/ou de interações entre pessoas e grupos sociais.

Também o conceito de territorialidade, que implica não só no domínio de uma área por um grupo de pessoas, mas também às formas de controle exercido sobre essa área, é fundamental para avaliação das relações entre espaço e criminalidade, pois se relaciona às diferentes visões sobre a integração ou segregação socioespacial e às estratégias defensivas propostas por alguns autores.

Segundo Hall (2005), a territorialidade, “geralmente definida como um comportamento por meio do qual um organismo caracteristicamente reivindica a posse de uma área e a defende de membros de sua própria espécie” (p. 10), é um conceito fundamental para entender o comportamento dos animais e dos seres humanos, pois é ela que os mantém a uma distância adequada, possibilitando, por um lado, a privacidade e, por outro, a comunicação entre eles, permitindo a segurança do grupo e o desenvolvimento de uma série de reflexos e respostas automáticas associadas às características físicas do território. A territorialidade atua de diversas formas e com várias funções, e está também ligada à condição social, já que privilégios associados ao território podem alterar ou reforçar relacionamentos de dominância.

Para Sack³ citado por Valverde (2004), o território é “a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros” (p. 121) e a territorialidade está relacionada às estratégias espaciais usadas para a instituição desses territórios. Nessas estratégias estão presentes não só os limites aos contatos e interações entre espaços e pessoas ou grupos, mas também o controle físico ou simbólico do acesso à área e a comunicação desse controle.

As discussões acerca das relações entre espaço e criminalidade baseiam-se, em geral, na ideia da *vigilância natural*, que é aquela exercida, ainda que inconscientemente, pelas pessoas que usam o espaço. Partindo desse pressuposto, entende-se que a configuração do espaço influencia os padrões de criminalidade na medida em que oferece diferentes possibilidades e limitações à ocupação, ao movimento e às

interações sociais. Nessa perspectiva, a percepção de segurança é tão importante quanto a própria segurança, já que influi na intensidade do uso e da apropriação dos espaços. A partir desse ponto em comum, as discussões diferem quanto à visão acerca do meio urbano e também em relação à própria vigilância natural no que se refere à forma como ocorrem, seus alcances e o papel de habitantes e de estranhos.

Jacobs (2000) e Hillier (1996) defendem a vigilância natural com base em uma visão que aceita e valoriza as características próprias da grande cidade, como a diversidade e o movimento. Defendem um espaço urbano mais integrado, diverso e democrático, com territorialidades mais fluidas, nas quais habitantes e estranhos desempenham papéis complementares na inibição da criminalidade. O espaço público é tratado não só como local de movimento e de interações sociais, mas como o responsável pela integração de todo o espaço urbano, em seus níveis local e global. Diferentemente, Newman (1996) enfoca o desenho das edificações e sua relação imediata com o espaço público, considerando, principalmente, as territorialidades que se criam nos espaços privados e públicos e visando à segurança dos habitantes, o que se faz muitas vezes por meio de espaços introspectivos e da exclusão e estigmatização dos estranhos. Já o programa Prevenção do Crime Através do Desenho Ambiental – CPTED (HEIN; RAU, 2003) é voltado para soluções locais e propõe estratégias para alteração de variáveis situacionais, buscando reduzir as oportunidades pelo aumento do esforço e da percepção de risco pelo criminoso, a partir de uma perspectiva baseada nas teorias da decisão racional.

A discussão realizada por Jacobs (2000) é um marco na abordagem das relações entre espaço e segurança. Para a autora, a vida pública nas ruas e calçadas é fundamental para a segurança e são necessários três atributos principais para que esta ocorra: uma nítida separação entre espaços públicos e privados, para que fiquem claras quais as áreas precisam ser vigiadas; haver *olhos para a rua*, ou seja, observadores a partir das edificações lindeiras, com um pressuposto de apoio geral nos casos de adversidades, o que só se forma com o tempo e com os contatos públicos entre os vizinhos; e um trânsito ininterrupto de pessoas nas calçadas, o que, além de significar mais olhos, contribui para atrair mais pessoas para as ruas e a atenção dos que estão dentro das edificações. Para isso, defende a necessidade de um diálogo entre espaços públicos e privados e também que as ruas sejam sedutoras, com presença de estabelecimentos e lugares atrativos que deem motivos concretos para que as pessoas a olhem e usem, além

de uma combinação de usos que promova uma movimentação de diferentes pessoas em diferentes horários. Defende, ainda, sobreposição e interpenetração das “vizinhanças” e também a necessidade de possuírem particularidades que as tornem atrativas para pessoas de fora, de modo a formar um contínuo físico, social e econômico, que não só as estimule financeiramente, mas que também possibilite que as diversas pessoas e grupos a conheçam a ponto de se identificarem com elas.

Hillier e Hanson (1984), que propõem a *sintaxe espacial* para a análise da configuração espacial dos assentamentos, enfocam as interfaces que os espaços públicos promovem entre os níveis local e global e as relações entre habitantes e entre habitantes e estranhos. A *integração espacial*, que é a principal análise proposta, considera as relações de profundidade entre os espaços públicos e refere-se à sequência de espaços lineares conectados visualmente, que são necessariamente atravessados para se ir de um ponto a outro do espaço. Segundo Hillier (1996), quanto maior a profundidade do sistema ou dos espaços em relação ao sistema, menor é o *movimento natural* – que é a proporção de movimento em cada linha, determinada mais pela estrutura da malha ur-

bana do que pela presença de pontos de atração específicos – e, portanto, maior é a tendência de segregação de categorias sociais, tais como habitantes e estranhos. Já o *controle espacial*, que pode ser mais difuso ou centralizado, relaciona-se à existência ou não de caminhos alternativos entre os espaços. A evolução da sintaxe espacial levou a um maior foco no movimento e à ideia de comunidade virtual, entendida como o padrão de copresença, que é o padrão de encontros potenciais entre as pessoas, realizado pela influência do desenho espacial no movimento e em outros aspectos relacionados ao uso do espaço. As pesquisas de Hillier indicaram que onde há lacunas no movimento natural, há uma tendência de emergência de territorialidades, nas quais os usuários, geralmente sem serem contestados, passam a controlar o espaço, havendo também uma correlação entre essas lacunas e os padrões de pequenos crimes e vandalismo.

Essas discussões parecem fundamentais para o estudo da criminalidade nas favelas. Diferentemente dos enclaves fortificados, nas favelas não são necessários muros: a sua própria configuração espacial – com as interrupções nas linhas de movimento, as mudanças bruscas de escala, a difícil legibilidade do espaço e a própria paisagem – encarrega-se



Praça dos Pneus – obra conquistada pela comunidade, por meio do Orçamento Participativo

de seu isolamento. Embora não implantadas deliberadamente visando à exclusão, as características da configuração espacial das favelas muitas vezes passam a ser defendidas e reforçadas por grupos interessados na perpetuação dessas condições, como os ligados ao tráfico de drogas, conforme abordado por Fernandes (2006).

Configuração socioespacial e criminalidade em favelas em Belo Horizonte

Belo Horizonte é uma cidade marcada pela forte segregação socioespacial desde a sua fundação. Ao padrão de segregação centro-periferia – que persiste na capital mineira, em um processo de elitização dos espaços que descende do centro para a periferia (MENDONÇA, 2003) –, veio se sobrepor o padrão de enclaves fortificados, que começou a se disseminar nas periferias metropolitanas na década de 1980. Também as favelas começaram a se formar já no período de construção da cidade, quando se iniciou a preocupação com a segurança e a associação de parte da “desordem” aos dois aglomerados de cafuas existentes na época (BARRETO, 1996).

Embora muito consolidadas e com grandes avanços, como o reconhecimento dos direitos dos moradores e os investimentos públicos realizados, as favelas de Belo Horizonte ainda apresentam muitos problemas, entre eles a criminalidade violenta. De acordo com Beato e outros (2008), a maioria dos homicídios investigados em Belo Horizonte, no período de 1995 a 1999, envolveu o uso ou a venda de drogas, sendo a disputa por pontos de tráfico a causa de muitas mortes, principalmente de jovens. Nos testes para detecção de conglomerados, quase a totalidade das dez áreas que apresentaram um risco maior de homicídios correspondiam a favelas.

A despeito de toda a diversidade existente, as favelas apresentam uma série de peculiaridades socioespaciais decorrentes de seu processo de formação e de evolução, e também da condição de vida de seus habitantes. À exceção de algumas áreas onde a invasão foi organizada coletivamente, as favelas normalmente apresentam uma configuração espacial bastante orgânica e densa, com espaços pouco acessíveis. Por outro lado, os becos e as ruas, espaços públicos geralmente predominantes nas favelas, costumam apresentar grande vitalidade e ricas apropriações, que não se limitam ao movimento.

Em relação à segurança, a configuração espacial das favelas parece influir de algumas formas, seja positivamente, por meio de fatores como a vivacidade dos espaços públicos e o fomento aos encontros e ao convívio social, seja negativamente, ao inibir a presença de membros de outros grupos sociais, empobrecendo os padrões de copresença.

Espaço e criminalidade na Vila Santa Rosa

A Vila Santa Rosa é uma pequena favela de Belo Horizonte, inserida no Bairro São Francisco, na Região da Pampulha, próxima ao Anel Rodoviário e à Avenida Presidente Antônio Carlos, que lhe proporcionam uma ótima acessibilidade. Apesar da criminalidade na vila não ser elevada, se comparada a outras vilas da região, ela se caracteriza, principalmente, pelos crimes violentos.

O estudo realizado na vila pautou-se em dois aspectos considerados centrais nas abordagens relativas a espaço e criminalidade, sempre tendo em vista as possibilidades e

limitações para a vigilância natural e para o controle dos espaços: as condições de integração socioespacial da vila, internamente e em relação ao entorno, e a configuração dos espaços públicos da vila, considerando suas relações com os espaços privados, os campos visuais, as apropriações e os padrões de copresença. Foram feitos, basicamente, três tipos de investigação: entrevistas com habitantes da vila e de seu entorno para levantamento de dados sobre vitimização, relações com o espaço e com a vizinhança, e percepção de segurança, com uso de um questionário com perguntas abertas e fechadas e também de mapas⁴; estudos feitos a partir de mapas para avaliação da configuração espacial do assentamento e para os estudos de integração e controle espaciais, notadamente os mapas axiais propostos por Hillier e Hanson (1984); levantamentos de campo para observação da configuração espacial e das apropriações dos espaços públicos e privados e das relações entre eles.

A Vila, que teve sua ocupação iniciada em 1958, é bastante consolidada. À época do estudo, possuía uma população de 1.401 habitantes, com níveis de renda e de escolari-

dade em geral muito baixos (URBEL, 2008). Suas características espaciais são típicas de vilas e favelas, com um tecido orgânico, denso e de aspecto fragmentado, relações imediatas entre espaços públicos e edificações, e ricas apropriações dos espaços públicos. As relações de vizinhança mostraram-se, em geral, boas e próximas, com muitas relações de parentesco entre os moradores.

Já no entorno, o tecido urbano é geométrico e pouco denso, com ruas largas, lotes amplos, uma relação bem mais distante entre espaços públicos e edificações, grande diversificação quanto à ocupação e ao uso do solo, um caráter mais impessoal dos espaços públicos. Foi observada uma apropriação mais focada no movimento, além de relações de vizinhança mais distantes.

Os estudos mostraram que a vila era frequentada principalmente por seus habitantes, sendo rara a presença de estranhos, que basicamente se restringiam a prestadores de serviços públicos. Na vila, o tecido urbano complexo e denso e a limitação dos campos visuais dificultam a percepção de continuidades e a visualização de elementos referenciais, e, conseqüentemente, a construção da imagem e a orientação. Em seu interior, o movimento se faz quase que exclusivamente a pé, sendo o acesso veicular restrito a ruas estreitas e periféricas. Há pouquíssimo diálogo entre a ocupação da vila e do entorno, sendo a maior parte dos limites entre as duas áreas constituídas pelos fundos das edificações ou pelos muros cegos dos lotes do entorno. No caso da área situada no extremo sudeste da vila, apesar de parte da ocupação se voltar para o Anel Rodoviário, o grande desnível entre a vila e a rodovia acaba por isolar as duas áreas.

Para os habitantes da vila, constatou-se que os espaços do entorno faziam parte de seu cotidiano, eram conhecidos e possuíam identidade, e seu sentimento de temor em relação a eles era localizado. Para as pessoas do entorno, o espaço de seu cotidiano terminava nos limites da vila: a partir daí, tinha-se um espaço desconhecido. Perante as notícias sobre a criminalidade e a violência, os entrevistados do entorno generalizavam seu sentimento de insegurança e de desconfiança em relação à vila como um todo, contribuindo para estigmatizar o assentamento e seus moradores.

Quanto à criminalidade, as pesquisas apontaram para um perfil que consistia basicamente em atividades ligadas ao tráfico de drogas e em homicídios, estes ligados, em sua maioria, também ao tráfico. Foram relatados ainda outros crimes, como assaltos a estranhos no interior da vila e pequenos furtos, além de outros crimes ligados ao tráfico,

Praça Salãozinho, área de recreação e lazer na Vila Santa Rosa

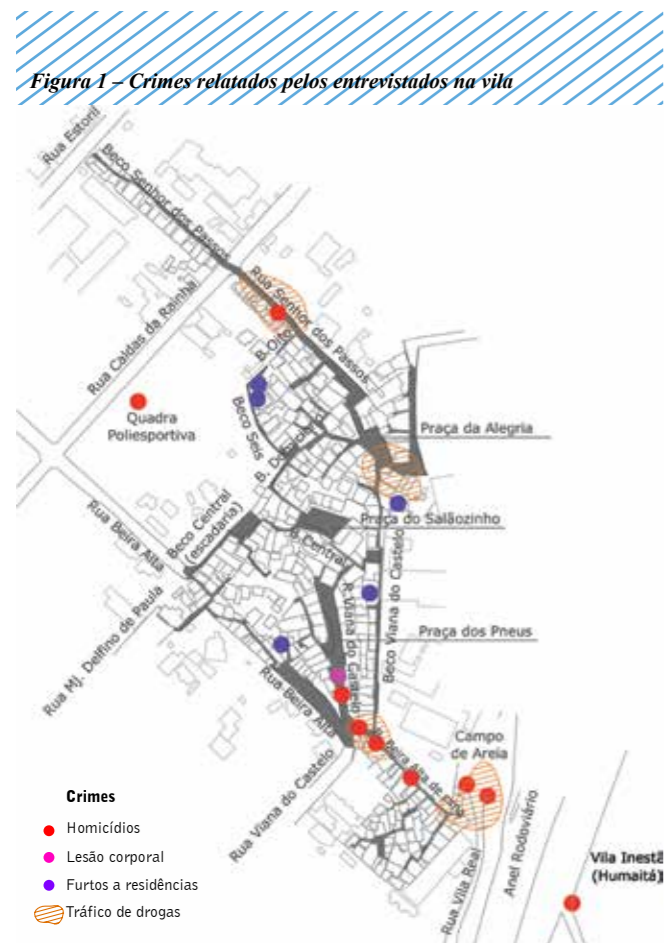


Ney Cristina Lima

como invasões de casas, agressões físicas e ameaças. Já no entorno, o perfil de criminalidade consistia basicamente em crimes como assaltos, furtos a residências e empresas, e roubos de carros, tendo havido o relato de apenas um homicídio.

Os entrevistados do entorno demonstraram maior percepção de segurança que os entrevistados da vila, havendo situações e locais específicos geradores de insegurança, como as áreas próximas às entradas da vila. Na vila, apesar da maior percepção de insegurança, muitos entrevistados afirmaram sentir-se seguros ou relativamente seguros por conhecerem as pessoas e por serem conhecidos, o que possibilitava o estabelecimento de regras de convivência com os rapazes do tráfico.

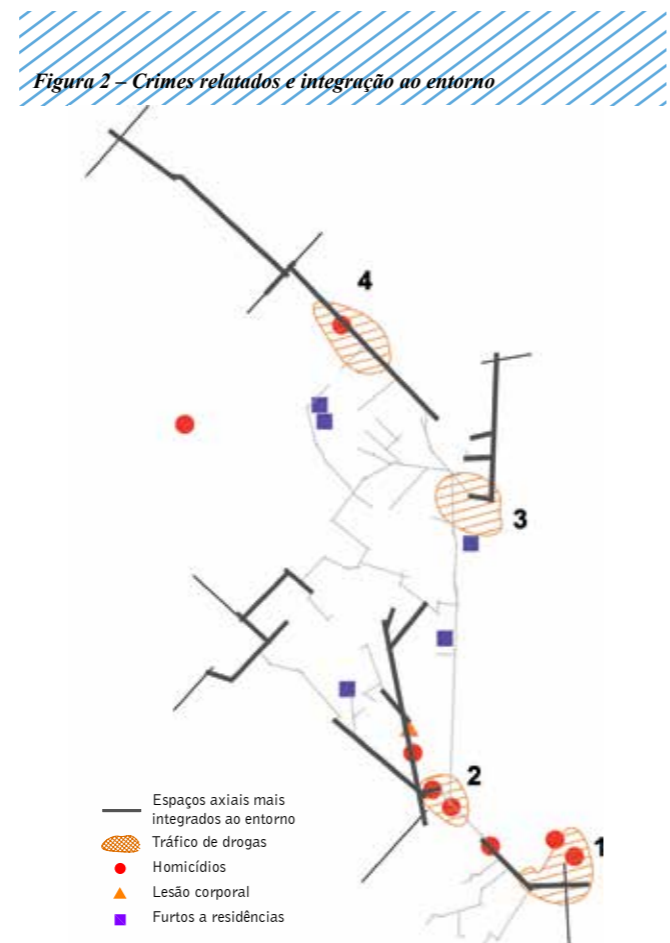
Considerando o local dos crimes na vila (FIG. 1), os homicídios e o tráfico de drogas apresentaram localizações bem definidas. Já os outros crimes, como os furtos, foram dispersos e com localizações divergentes em relação ao tráfico e aos homicídios; foram delitos ditos “de oportunidade”, que ocorreram na ausência de outras pessoas, não tendo sido observadas correlações com os atributos socioespaciais.



Os homicídios ocorreram em áreas com diferentes condições quanto à vigilância natural, sendo que muitos aconteceram sob o olhar dos moradores. A única correlação encontrada foi com a área onde o tráfico de drogas mostrou-se mais intenso.

Já em relação ao tráfico de drogas, as atividades se concentravam em quatro áreas e foram observadas algumas correlações com os atributos socioespaciais. Essas quatro áreas ficam próximas a entradas da vila e estão entre as mais integradas ao entorno, como pode ser observado no mapa axial mostrado na Figura 2, no qual foram destacados os espaços mais integrados ao entorno. No entanto, são espaços com lacunas no movimento natural da região em função de restrições espaciais, principalmente na porção Sudeste (áreas 1 e 2), onde as atividades são mais intensas e ostensivas, e onde ocorreu a maior parte dos homicídios relatados. Quanto à integração relativa interna, não foi verificado nenhum tipo de correlação.

Nas áreas 1 e 2, observou-se uma redução do potencial para a vigilância natural em direção à área 1, isolada em



relação à vila e ao entorno, com poucas edificações e menor apropriação dos espaços públicos. As duas áreas mostraram-se pobres quanto aos padrões de copresença – sobretudo a área 1, evitada mesmo pelos habitantes em função do tráfico e da violência – e estratégicas para o controle do espaço, pois, além de corresponderem a duas entradas da vila, permitem o controle de toda a porção Sudeste, que tem como único acesso o Beco Beira Alta, de cima. Além disso, apresentam grande desequilíbrio dos campos visuais, que são privilegiados para o exterior, sobretudo na área 1, e muito limitados para o interior da vila. Quanto aos laços sociais, essa porção foi onde as relações de vizinhança se mostraram mais próximas e as de parentesco mais frequentes.

Já nas áreas 3 e 4, localizadas na área limite de acesso veicular à vila, foi observado um maior potencial para a vigilância natural devido não só à intensa apropriação do espaço pelos habitantes, mas também à maior presença de estranhos. O controle do espaço é mais difuso, pois o acesso a essas áreas pode ser feito por outros locais, e os campos visuais são mais homogêneos em relação ao interior e ao exterior da vila. Quanto aos laços sociais, as relações se mostraram menos próximas ou frequentes que na porção Sudeste, porém, não distantes. Nas duas áreas, os padrões de criminalidade mostraram-se similares, consistindo apenas no tráfico de drogas, sendo diferente apenas o comportamento dos traficantes, que era mais explícito na área 4.

Conclusões

A pesquisa sobre as relações entre espaço e criminalidade na Vila Santa Rosa apontou para uma situação na qual a configuração socioespacial parece funcionar de maneira ambígua em relação aos diversos tipos de crime, inibindo alguns tipos – como os roubos e furtos – e favorecendo outros – como o tráfico de drogas, com forte influência da sua condição de segregação socioespacial.

Pensando na configuração espacial da vila pesquisada, típica de áreas de favelas, tem-se em geral uma situação bastante favorável à vigilância natural pelos habitantes. No entanto, ao ser pouco permeável, limita os padrões de copresença, empobrecendo as possibilidades de vigilância natural, já que exclui os estranhos, que poderiam lidar com certas situações com um maior distanciamento.

Um aspecto importante observado foi que o tráfico mais intenso e os homicídios coincidiram justamente com a área onde os laços sociais se mostraram mais fortes. Há que

se considerar, no entanto, que diferentemente das situações abordadas na literatura sobre espaço e segurança, nas favelas a ameaça não vem de fora. Além disso, em um ambiente onde muitos passam por privações de diversas ordens, parece natural que haja maior flexibilidade em relação às estratégias de sobrevivência. O problema parece ocorrer a partir do momento em que atividades como o tráfico de drogas assumem outra dimensão e começam a implicar em condutas pouco civilizadas e violentas, ameaçando então a coletividade. Após perdidos certos limites e instalada a tolerância em relação ao tráfico e às suas formas violentas de resolução de conflitos, a presença de moradores, todos conhecidos, deixa de funcionar como fator de inibição. As relações mais profundas de vizinhança, associada à ausência de estranhos, parece então tornar mais fácil o domínio do que em áreas onde o anonimato é maior.

Na vila pesquisada, o tipo de crime que apresentou maior correlação com atributos socioespaciais foi o tráfico de drogas. Os homicídios, por sua vez, não apresentaram correlação com atributos socioespaciais, mas sim com a atividade do tráfico, concentrando-se nas áreas onde este se mostrou mais intenso. Já os furtos foram raros e caracterizaram-se como “crimes de oportunidade”, não tendo sido observadas correlações com a configuração socioespacial.

As atividades do tráfico mostraram se beneficiar principalmente das áreas de fronteira, espaços bem integrados, porém, com lacunas do movimento natural, limiar do espaço complexo, pouco legível e pouco permeável da favela. Dessa forma, propiciam, simultaneamente, a abertura para a cidade – de onde vem fornecedores e consumidores –, a possibilidade de antever ameaças, o recolhimento e esconderijo – quando da repressão ou de outros conflitos.

Em um contexto no qual a condição de segregação socioespacial abre espaço para a delinquência dos moradores, particularmente dos jovens, e seu ingresso em uma vida de criminalidade e violência, também a configuração espacial parece contribuir para o tipo de criminalidade como o tráfico de drogas e a violência dele decorrente. Pouco legível, pouco permeável e desfavorável ao movimento natural e à presença de estranhos, o espaço das favelas parece propiciar a emergência de territorialidades e a reversão de atributos propícios ao controle social a favor dos grupos criminosos. 🏠

AUTORA

Vera Cristina de Sousa Lima – Arquiteta da Urbel e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua

na área de planejamento urbano de vilas, favelas e loteamentos irregulares de interesse social. E-mail: verac@pbh.gov.br

NOTAS

- 1) Artigo baseado na dissertação de mestrado concluída no ano de 2010.
- 2) Os autores entendem que todo assentamento constrói uma interface entre as partes fechadas e abertas do sistema espacial, numa sequência básica de três categorias de espaços que vão do local ao global, sendo o polo mais local o arranjo das edificações e o polo mais global um espaço contínuo, circundante, aberto e mais amplo, que contém o assentamento, cabendo aos espaços abertos públicos internos fazer a transição entre os dois polos. Esses dois polos corresponderiam a uma distinção sociológica essencial entre os dois tipos de pessoas que podem usar o sistema, sendo o polo mais local o domínio dos habitantes do assentamento e o mais global o domínio dos estranhos.
- 3) SACK, Robert. *The human territoriality – its theory and history*. Cambridge: Cambridge University, 1986.
- 4) Foram feitas entrevistas em 28 domicílios da vila e em 32 do entorno, com adoção de um critério de distribuição espacial, de modo a cobrir geograficamente as diversas áreas da vila e do entorno. No entorno, como o uso do solo é bastante diversificado, buscou-se ainda uma heterogeneidade quanto aos entrevistados por meio da distribuição da amostra entre áreas de usos distintos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BEATO, Cláudio et al. *Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte de 1995 a 1999*. Disponível em: <www.crisp.ufmg.br/tdbh.htm>. Acesso em: 02 ago. 2008.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34-Edusp, 2000.

CARDIA, Nancy. Violação de direitos: relações entre qualidade de vida, exposição à violência e capital social. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional, 2004. p. 325-356.

COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE – URBEL. Plano Global Específico da Vila Santa Rosa. Levantamento de Dados e Diagnóstico. Belo Horizonte: URBEL, 2008.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

FERNANDES, Edésio. Legalização de favelas em Belo Horizonte: um novo capítulo na história? In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 173-212.

HALL, Edward. *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HEIN, Andreas; RAU, Macarena. *Estudio comparado de políticas de prevención del crimen mediante el diseño ambiental CPTED*. [S.l.]: Fundación Paz Ciudadana, 2003. Disponível em: <http://www.cpted.cl/publicacion/f627ae-797aa9c0db4490d26a7a2 ddb5.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2009.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University, 1984.

HILLIER, Bill. *Space is the machine: a configurational theory of architecture*. Cambridge: Cambridge University, 1996.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAZTMAN, Ruben et al. *La ciudad fragmentada: mercado, território y marginalidad em Montevideo*. [Austin]: The University of Texas at Austin, [200-]. Disponível em: <http://www.prc.utexas.edu/urbancenter/documents>. Acesso em: 29 set. 2007.

LIMA, Vera Cristina de Sousa. *Espaço e criminalidade em favelas de Belo Horizonte*. Um estudo sob a ótica da segregação e do controle socioespaciais. 2010. (Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2003. p. 119-158.

NEWMAN, Oscar. *Creating defensible space*. Washington, DC: U.S. Department of Housing and Urban Development; Office of Policy Development and Research, 1996. Disponível em: <http://www.defensiblespace.com/book.htm>. Acesso em: 20 set. 2007.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência: o caso de São Paulo. In: FERNANDES, Edésio; VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p.111-129.

SACK, Robert. *The human territoriality – its theory and history*. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SOJA, Edward. The Carceral Archipelago: Governing Space in the Postmetropolis. In: *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Backwell, 2000. p 298-322.

VALVERDE, Rodrigo Ramos H. F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. *Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 15, p. 119-126, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/geousp15/artigo8.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2010.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan; Ed. UFRJ, 1994.



Núcleo Habitacional São João, empreendimento construído pelo Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra

Vander Brás

SISTEMAS DE SUPORTE AO PLANEJAMENTO (PSS) EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS CONSOLIDADOS: um balanço de sua aplicação em Belo Horizonte, Brasil¹

Gerson José de Mattos Freire
Fernanda Borges de Moraes
Sheyla Aguilar Santana
Andrea Scalon Afonso
Vera Lúcia Voll
Iracema Generoso de Abreu Bhering
Marcelio Felício Pereira
Lucas Saliba Santos

Resumo

Os assentamentos informais consolidados permeiam o tecido urbano brasileiro, o que representa um desafio para o planejamento urbano. Em Belo Horizonte, um em cada cinco habitantes neles vive. Em 2009, o município de Belo Horizonte realizou um diagnóstico desses assentamentos com o intuito, entre outros, de simular cenários de modo a dar suporte às intervenções conhecidas como Programa Vila Viva, que consiste em ações integradas de urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária. Tal diagnóstico permitiu, aos gestores públicos, a análise de alternativas para consolidar as políticas de inclusão social. A metodologia adotada fez uso de análise multicritério territorial e álgebra

de mapas para discutir possíveis cenários. Os resultados foram convertidos em um Sistema de Suporte ao Planejamento (PSS). Este trabalho apresenta um balanço da aplicação do PSS, comparando as previsões de 2009 com os resultados obtidos após cinco anos da aplicação das políticas no município (2014). Verificou-se, após a implantação das ações do Programa Vila Viva, melhoramentos substantivos no interior dos aglomerados e em seu entorno, ainda que com redução de áreas verdes ou de proteção, comparativamente. Por um lado, tal situação pode contribuir para o reconhecimento e melhoria da qualidade de vida da cidade informal, por outro, paira a ameaça de pressões especulativas sobre os assentamentos.

Introdução

As cidades requerem uma dose cada vez maior de inteligência na sua gestão. De acordo com a Divisão de População das Nações Unidas (2014), nos dias de hoje, em âmbito global, mais pessoas vivem em áreas urbanas do que em áreas rurais: 54% da população mundial residiam em áreas urbanas em 2014. Para 2050, as projeções são de que este número será de 66%. No Brasil, onde a densidade populacional por quilômetro quadrado aumentou de 6,4, em 1950, para 20,3, em 2000, as Nações Unidas acreditam que alcançará 27,6, em 2050, com 93% de sua população residindo em áreas urbanas.

Neste contexto de intensa urbanização, os assentamentos informais consolidados (AIC) representam um desafio para o planejamento. Atingidas pela segregação econômica e social, estas áreas possuem limites em geral bem definidos; seu universo contém a maior parcela de pessoas marginalizadas em situação de vulnerabilidade devido a pressões urbanas tais como o mercado da habitação e os conflitos pelo direito à cidade.

De acordo com a UN-HABITAT (2014), o termo “favela” é usado para referir-se a vários tipos de habitação, incluindo aquelas que poderiam ser melhoradas. Termos como “favela”, “assentamentos informais”, “construções ilegais” e “comunidade de baixa renda” são frequentemente ou alternadamente utilizados. A mesma fonte define um “núcleo familiar favelado” como um grupo de indivíduos que vivem sob o mesmo teto em uma área urbana que carece de um ou mais dos seguintes procedimentos: moradia estável, área de estar suficiente, o acesso à água tratada, acesso ao saneamento e posse segura (UN-HABITAT, 2014).

A existência de favelas no tecido urbano é um problema global, com ocorrências em maior ou menor grau em todos os continentes. Ainda de acordo com a UN-HABITAT, hoje, apesar das vantagens comparativas das cidades, áreas urbanas são mais desiguais do que as áreas rurais e centenas de milhões de pobres no mundo vivem em condições precárias. Em algumas cidades, a expansão urbana desordenada ou gestão inadequada levam à expansão rápida, poluição e degradação ambiental, em conjunto com padrões de produção e consumo insustentáveis.

Em suma, o crescimento rápido e desordenado da cidade é expresso, em suas piores condições, nos assentamentos informais, trazendo reflexos sobre a qualidade de vida local. Trata-se de um desafio para a gestão urbana que se articula, intrinsecamente, a outros, tais como segurança pública, gerenciamento dos sistemas de transporte e de trânsito, infraestrutura, controle de resíduos e preservação ambiental. Daí a necessidade de análises e ações sistêmicas, com vistas à melhoria dos padrões de qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável dos espaços urbanos.

Caragliu e outros (2009, p.70) acreditam que a cidade é inteligente quando seus investimentos em capital humano e social e infraestruturas de transporte e comunicação alimentam um crescimento econômico sustentável com qualidade de vida, com uma gestão sábia dos recursos naturais, por meio de uma governança participativa. Sauer (2012, p. 64) afirma que o conceito de cidade inteligente implica, ao mesmo tempo, a importância dos investimentos em infraestruturas de comunicação e transportes para melhorar a qualidade de vida e a capacidade competitiva das cidades, assim como o reconhecimento de que, a fim de alcançar tal inteligência, investimentos em capital humano e social são necessários. Para se tornarem inteligentes, as cidades precisam inovar tecnologicamente, fazendo uso dos potenciais de inovação dos seus cidadãos. Para isso, é necessário que a cidade se transforme num espaço que possa ser equitativamente compartilhado, com facilidades de acesso para toda a população.

Steinert e outros (2011, p. 94) consideram a visão de cidades inteligentes como uma oportunidade para repensar a forma como gerimos o crescimento, tanto em âmbito regional quanto local. Hall e outros (2000, p. 2) acrescentam que, na visão de longo prazo de Cidades Inteligentes, sistemas e estruturas irão monitorar suas próprias condições e realizar autorreparos, conforme necessário. O ambiente físico, ar, água e espaços verdes serão monitorados de forma contínua

para a qualidade ideal, criando, assim, um ambiente de vida e de trabalho melhorado, limpo, eficiente e seguro e que oferecerá estas vantagens no âmbito da utilização mais eficaz de todos os recursos.

A cidade é inteligente quando aloca esforços para reconhecer porções desfavorecidas do seu território que influenciam as áreas circundantes; quando toma medidas para garantir que a inclusão dessas porções em seu tecido e dinâmica, avaliando continuamente os resultados das políticas adotadas e propondo ajustes e correções. É também um sinal de inteligência, na gestão, o planejamento de sistemas de apoio compatíveis com as escalas locais. Steinert *et al* (2011, p. 88) sugerem que cidades inteligentes podem ser definidas pela mensuração de seu progresso relativo em uma série de categorias, incluindo a governança inteligente (processos democráticos e inclusão), pessoas inteligentes (educação), ambiente inteligente (sustentabilidade ambiental e mecanismos de minimização de consumo de energia), a mobilidade inteligente (transporte), economia inteligente (competitividade regional/global), e de bem-estar inteligente (cuidados de saúde, serviços sociais). Os autores argumentam que a inovação pode ser aplicada ao desenvolvimento de cidades mais inteligentes em todas essas dimensões citadas e de várias formas. Estas formas incluem, para a governança inteligente, conexões eficientes interligando as organizações governamentais e as administrações, eliminando os obstáculos à comunicação e colaboração, melhorando o acesso da comunidade aos serviços (socorristas, autoridades locais e organizações de serviços, etc.), melhorando o acesso global aos serviços governamentais ao cidadão e aumentando a eficiência dos processos organizacionais, entre outros.

Na gestão inteligente das cidades, os Sistemas de Suporte ao Planejamento (PSS) exigem um grau de reconhecimento do território que só se pode atingir por meio de investimentos sistemáticos na aquisição e gerenciamento de dados. Mais do que isso, estes sistemas devem ser, sempre que possível, realimentados com os resultados práticos de suas aplicações. Somente desta forma, ajustes, refinamentos ou necessidades de mudanças de estratégias ou abordagens podem ser evidenciadas.

O planejador urbano tem ao seu dispor uma variedade de ferramentas para subsidiar os processos de decisão. Contudo, sobretudo o monitoramento das ações implementadas ainda se mostra como o melhor caminho para a solução dos problemas oriundos da aplicação das ações e intervenções propostas, bem como seu aperfeiçoamento. Lee e outros

(2013, p. 5) apontam como critérios de análise de governança inteligente os seguintes: 1) liderança, 2) estratégia, 3) a presença de uma organização dedicada, 4) processos, 5) princípios e 6) avaliações de desempenho.

Assim, este artigo descreve a estratégia, os princípios e indicadores adotados em Belo Horizonte para intervenções em pontos críticos do arranjo territorial, que são os assentamentos informais consolidados. Sob os princípios do monitoramento mencionados anteriormente, destina-se também a verificar o nível de assertividade do diagnóstico realizado em 2009 e avaliar o potencial de irradiação, sobre a vizinhança, das ações levadas a termo em alguns desses assentamentos.

Contexto

Pode-se considerar que o fenômeno do surgimento de assentamentos informais em Belo Horizonte precedeu a construção da cidade (inaugurada em 1897), inicialmente com um caráter transitório nas suas edificações. Esses assentamentos se multiplicaram devido à falta de previsão de áreas para assentar os trabalhadores que vieram para a construção da nova capital e, também, pela necessidade desses trabalhadores se estabelecerem perto de seu local de trabalho.

Mais acentuadamente, entre os anos 1940 e 1950, quando o centro industrial da cidade vizinha, Contagem, foi implementado, e como um efeito do processo de urbanização brasileira em geral, tornou-se claro o caráter definitivo desses assentamentos. Suas edificações tornaram-se mais perenes e sólidas, mas representaram uma condição social degradada que permanece até os dias atuais. Esse fator, combinado com a especulação imobiliária e a falta de políticas adequadas para resolver o problema da exclusão da população de menor poder aquisitivo e, portanto, alijada do processo de ocupação na cidade formal, fez, por décadas, aumentar significativamente o número de assentamentos informais. No entanto, foi também nesse período que se inicia, paulatinamente, a institucionalização de processos de ordenamento do território e planejamento da ocupação urbana.

A princípio, as políticas não apresentavam uma visão ampla do processo e eram pautadas pelos princípios do higienismo e da organização funcional do espaço. Esta prática, reiterando processos de exclusão social, não produziu resultados satisfatórios, principalmente porque a busca por oportunidades de trabalho aliada à oferta de moradias para as populações de menor renda e à falta de infraestruturas de

transporte adequadas fizeram o número e a população de assentamentos informais crescerem.

Na década de 1980, a gestão da cidade passou a considerar os assentamentos informais como parte do tecido urbano, orientando as ações para a sua integração. Lei municipal (PBH, 1983) garantiu aos moradores de assentamentos informais seu direito à terra urbana. Este foi o primeiro passo em prol da melhoria da qualidade de vida nesses assentamentos. Quinze anos depois, num contexto em que mesmo com as políticas municipais consolidadas, um em cada cinco habitantes de Belo Horizonte vivia em assentamentos precários, foi criado o Programa Vila Viva.

O Programa consiste em uma ação integrada do desenvolvimento urbano, desenvolvimento social e regularização da propriedade nas favelas existentes, com o intuito de consolidar uma política de inclusão social, em ação coordenada com outros programas. O Programa busca produzir mudanças profundas na estrutura de ocupação e nas condições de habitação, por meio da implementação e melhoria de infraestruturas e da promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Os objetivos do Programa Vila Viva são: I) a redução de uma parcela do déficit habitacional; II) a melhoria e recuperação do estoque de habitações por meio de uma reestruturação física e ambiental dos assentamentos; III) o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos e IV) a melhoria das condições de vida dos habitantes. Essas metas foram incorporadas à Política Municipal

de Habitação de Belo Horizonte como uma forma de mitigar os problemas oriundos da ocupação informal, considerando uma população que não têm meios financeiros para comprar casas ou pagar aluguel, que vive em situação precária e está exposta a processos de especulação imobiliária que ocorrem dentro do próprio assentamento.

Alfonsín e Fernandes (2004, p. 2) argumentam que Seria ótimo se todas as favelas e assentamentos informais pudessem ser totalmente integradas da melhor maneira possível, com um máximo de infraestrutura urbana e qualidade de construção, de modo que hoje as áreas informais tivessem o mesmo padrão de áreas ocupadas regularmente. No entanto, a discussão de critérios técnicos não pode ser feita de forma isolada, devendo levar em conta a dimensão do problema, os recursos existentes (especialmente recursos financeiros e da disponibilidade de terra) e os direitos envolvidos.

Os autores postulam que não se pode deixar de reconhecer que as enormes distorções históricas da distribuição social da riqueza no Brasil deixaram a sua profunda marca na produção social do espaço urbano e a regularização dos assentamentos informais é o primeiro passo para o reconhecimento deste passivo socioambiental gigantesco.

A implementação do Programa Vila Viva contou, inicialmente, com recursos do Governo Federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, expandindo-se para outros assentamentos informais, com recursos do Banco Na-

cional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) e também do Governo Federal. Conforme dados da PBH, estes fundos representam 1,2 bilhões de reais e as intervenções beneficiam 35% das famílias que vivem atualmente em assentamentos informais, em Belo Horizonte.

A fim de definir os assentamentos informais por grau de instabilidade e, conseqüentemente, procurar estabelecer prioridades no planejamento das intervenções no Programa Vila Viva, desenvolveu-se, em 2009, um estudo utilizando geotecnologias como ferramenta de análise². Assim, a avaliação ambiental de cada assentamento foi elaborada a partir de uma metodologia que combina a análise multicritério e a álgebra de mapas para discutir possíveis cenários. O diagnóstico foi elaborado considerando-se os recursos bióticos, a infraestrutura física e os aspectos antrópicos, obedecendo-se a intervalos de classificação para caracterizar cada um dos assentamentos informais e, após a consolidação dessas abordagens, para caracterizá-los como um todo.

A partir da análise das variáveis, o diagnóstico propôs a aplicação de notas e fatores de ponderação, ou pesos. Os pesos foram calibrados por uma equipe multidisciplinar para representar a realidade avaliada, permitindo o estabelecimento de ações prioritárias nas intervenções. Os resultados foram convertidos em um Sistema de Apoio ao Planejamento, que foi adotado pelo município para pôr em prática as intervenções que tiveram lugar em assentamentos informais a partir de 2009. O PSS adotado é flexível para permitir a atualização constante dos dados setoriais. Os seus custos de manutenção e operação são baixos, uma vez que faz uso das informações coletadas regularmente por outros setores da administração municipal.

Além disso, os resultados também foram adotados na metodologia do programa de Orçamento Participativo (OP). Os investimentos do OP são utilizados para aumentar a oferta de escolas, centros de saúde, centros culturais, áreas de recreação, habitação e, acima de tudo, obras de infraestrutura que implicam o desenvolvimento urbano e social de todas as partes da cidade, especialmente nos subúrbios e vilas e favelas, contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Em seus 15 anos de existência, o OP recebeu vários prêmios de organizações internacionais, em reconhecimento da prática bem-sucedida e inovadora de participação popular, promovendo o fortalecimento do processo democrático (AFONSO; MAGALHÃES, 2013).

O OP considerou os assentamentos informais classificados como de máximo grau de prioridade de intervenção

e aqueles com grau máximo na elaboração de Planos Globais Específicos – que norteiam a intervenções em cada um dos assentamentos – na definição de prioridades para inclusão urbana e social. Estas áreas são aquelas com a maior concentração de pobreza e exclusão social e são consideradas prioritárias para a implementação de políticas públicas. No processo do OP, as demandas apresentadas pelas comunidades residentes nessas áreas recebem um peso adicional na escolha das intervenções. Vale ressaltar que os assentamentos que já tiveram intervenções pelo Programa Vila Viva deixam de ser considerados na definição das áreas prioritárias do OP.

O Programa Vila Viva difere de outras ações de governo em assentamentos informais, principalmente em dois aspectos: a extensão das melhorias propostas, que não se restringem a ajuda ocasional ou de emergência; e sua perenidade no tempo, necessária para alcançar os objetivos esperados. Nos últimos cinco anos, o Programa executou 50 km de vias e 110 km de redes de esgoto. Foram também instalados 190.000 m² de parques e áreas de lazer; e construídas cerca de 4.000 unidades habitacionais para o reassentamento de 7.900 famílias reassentadas, que também foram contempladas com 3.900 aquisições de casas e indenizações do valor da melhoria, erradicando 80% de situações de risco presentes nos assentamentos.

Além destas intervenções físicas, o programa promoveu iniciativas de inclusão social nos assentamentos, abrangendo programas de saúde e de educação ambiental e o monitoramento das famílias removidas, oferecendo qualificação profissional, geração de emprego e renda e organização comunitária.

Metodologia

O Programa Vila Viva, como mencionado, foi avaliado em 2009, por meio de um modelo espacial complexo. De acordo com Malczewski (1999), modelos espaciais podem ser considerados uma representação aceitável da realidade. O autor classifica tais modelos de acordo com sua origem de dados em simples, quando todos os dados pertencem a uma certa classe, ou complexos, ao representar a interação entre vários objetos ou classes de objetos.

Por se tratar de uma análise urbana de natureza complexa, foi necessário elencar uma série de variáveis relacionadas à disponibilidade e qualidade de atributos naturais e antrópicos. Por meio de Sistemas de Informações Geográficas (GIS), estas variáveis foram divididas em camadas e a

Unidades habitacionais do Programa Vila Viva no Taquaril, região leste da cidade



ocorrência de fenômenos foi espacializada. Para estas camadas foram atribuídos diferentes pesos e notas por meio de uma consulta multidisciplinar a especialistas. Em seguida, utilizou-se uma álgebra simples de mapas, obtendo-se a média ponderada em uma base matricial sobre a qual os dados foram convertidos. Assim, obteve-se uma representação do modelo complexo do espaço urbano estudado. A área de análise proposta estendeu-se por todo o município de Belo Horizonte. Para este propósito, as camadas de informação foram agrupadas e analisadas como se segue.

Os aspectos bióticos analisados foram: Hidrografia, incluindo rios, córregos, lagos e nascentes; Áreas de Proteção Permanente (APP) definidas como aquelas de impacto sobre os recursos hídricos; áreas com declividade superior a 30%; topos de morro e todas as demais previstas como de utilidade pública por lei ou em que é proibida a intervenção e a presença de cobertura vegetal e áreas verdes públicas. Foi incluída, na análise, a presença de Cobertura Vegetal – obtida por meio do mapeamento de áreas com cobertura vegetal expressiva ou rasteira, utilizando-se imagens WorldView® – e as áreas verdes, analisadas a partir de mapeamento cedido pela Prefeitura de Belo Horizonte, que indica áreas não parceladas, parques e outras zonas de Proteção Ambiental.

No que diz respeito aos aspectos físicos, os dados das zonas com processos de instabilidade do solo foram in-

cluídos na análise, assim como o mapeamento de tipologia e as características de erosão do solo.

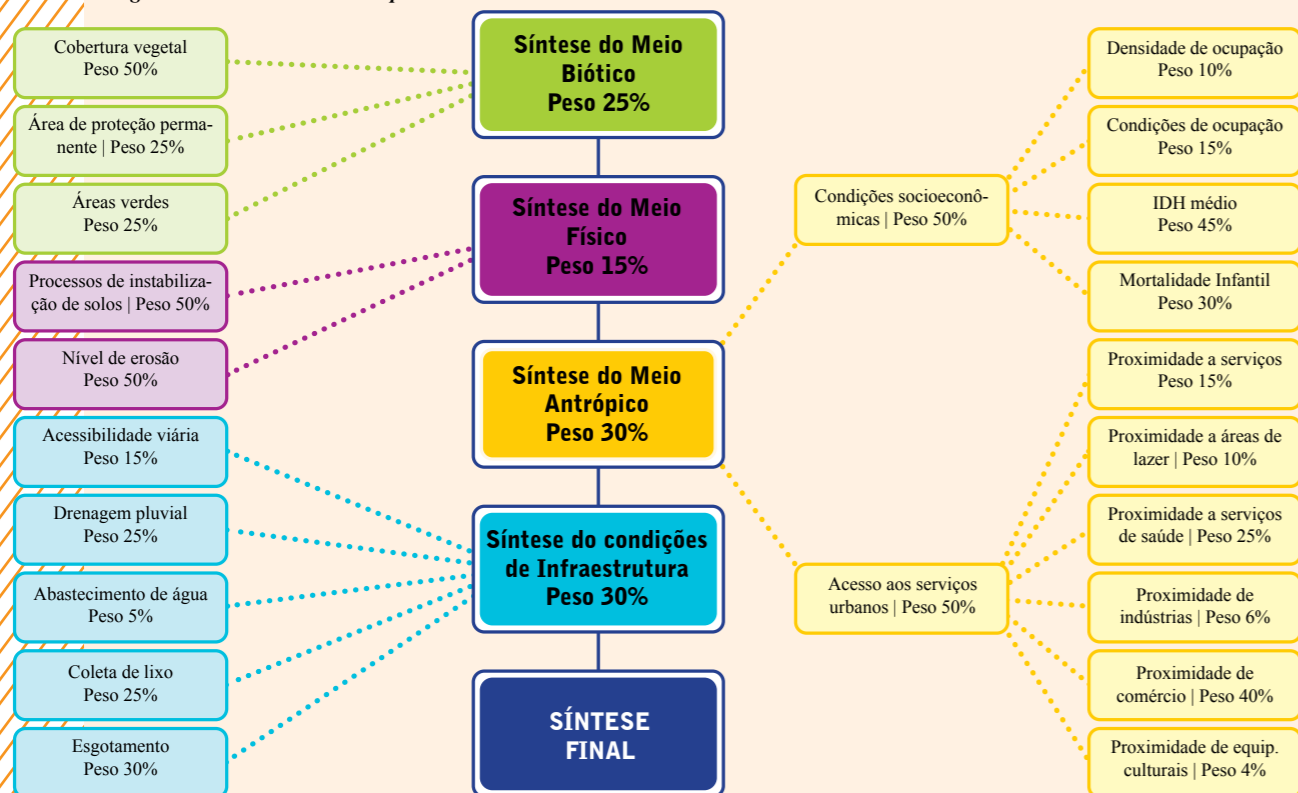
Em relação à infraestrutura, foram utilizados os mapeamentos das áreas atendidas pelos sistemas de esgotos, de abastecimento de água, coleta de lixo e acessibilidade viária.

Para os aspectos antrópicos, a caracterização socioeconômica foi realizada considerando regiões homogêneas (agrupamentos de setores censitários que têm condições similares e perfis de ocupação) e dados de tabelas associadas a estas unidades. A referência principal foi o trabalho realizado pela Fundação João Pinheiro (2013), que permitiu a inclusão de variáveis tais como densidade de ocupação, situação do domicílio, mortalidade infantil e Índice de Desenvolvimento Humano³.

Por fim, a análise dos serviços disponíveis levou em conta a facilidade de acesso da população aos serviços urbanos, incluídos os seguintes itens: Presença e localização de áreas de lazer, espaços para atividades culturais, estabelecimentos de serviços, lojas, clínicas e estabelecimentos industriais.

As variáveis foram reunidas em sínteses parciais, reunidas em uma síntese final. Assim, obteve-se uma árvore de decisão apoiada em pesos individuais, que é descrita na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Árvore de Decisão e pesos utilizados



Fonte: Autores

Resultados

Após cinco anos de intervenções, aspectos referentes às mesmas variáveis usadas em 2009 foram novamente levantados e agrupados em camadas, a fim de avaliar se a melhoria da qualidade urbana esperada realmente ocorreu. Por meio da plataforma de *software* de geoprocessamento ArcGIS⁴, os dados foram cruzados utilizando a mesma análise multicritérios e os mesmos pesos utilizados no estudo original, resultando em notas que permitiram a comparação de resultados entre os anos de 2009 e 2014. A comparação foi efetuada por meio de um procedimento de álgebra de mapas, com a subtração dos resultados de 2009 daqueles obtidos em 2014. Em seguida, foi realizada a análise intensiva das condições de aglomerados, a fim de detectar as razões para as mudanças observadas. A Figura 2 mostra os resultados para três aglomerados, selecionados entre aqueles em que as intervenções foram mais extensas: Aglomerado da Serra, Aglomerado Morro das Pedras e Aglomerado Várzea da Palma.

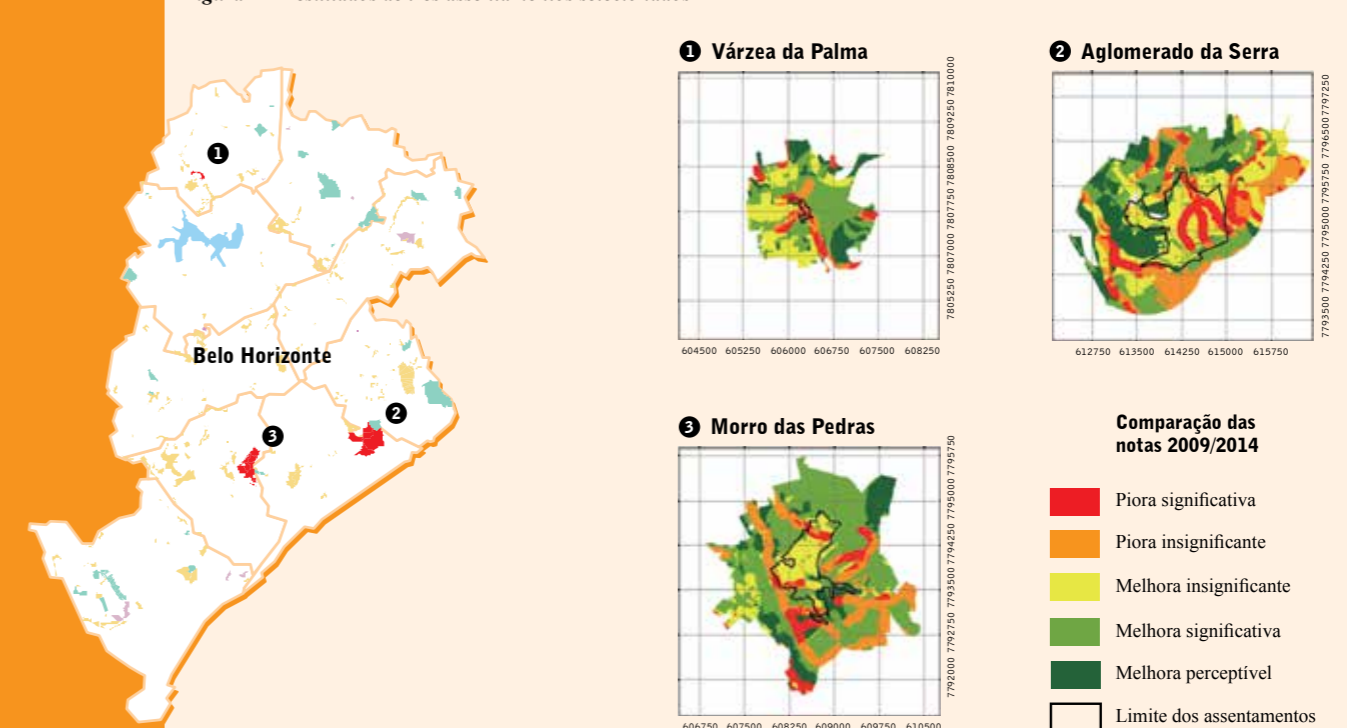
As principais alterações observadas no período em tela referem-se ao acesso aos serviços urbanos, em particular no que diz respeito à instalação de equipamentos públicos, tais como clínicas e postos de segurança, além das já referidas melhorias estruturais nos assentamentos e a introdução de infraestruturas e serviços, tais como drenagem, esgoto e

coleta de resíduos sólidos. A análise mostra que dentro de dois dos assentamentos predomina um pequeno aumento em notas obtidas.

Deve-se notar que a maioria das áreas no entorno dos assentamentos apresentou melhorias significativas e visíveis, indicando que as ações resultaram em efeitos de difusão na vizinhança imediata. Este fato também é um indicativo do avanço da cidade formal sobre o assentamento. Aos olhos da vizinhança, contudo, o assentamento continua precário; mas a percepção de que houve melhoria pode indicar o reconhecimento dos assentamentos, pela vizinhança formal, como uma área que, aos poucos, se integra ao restante da cidade.

Em todos os assentamentos analisados, houve uma deterioração das condições das Áreas de Proteção Permanente (APP), especialmente as áreas protegidas de cursos d'água, indicando a necessidade de enfatizar as ações de revitalização e de proteção. Nas áreas urbanas, estas condições são dependentes, entre outros aspectos, do número de ocupações ilegais nas APP e da tipologia de vegetação nelas presente. Visando investigar mais a fundo tal situação, uma vez que se sabe que, devido às ações do Programa, o número de ocupações irregulares nas APP diminuiu por meio do reassentamento de seus moradores, a análise se estendeu a outras mudanças temporais na cobertura vegetal.

Figura 2 – Resultados de três assentamentos selecionados



Fonte: Autores

Análise complementar de cobertura vegetal

O mapeamento e monitoramento da cobertura vegetal recebeu impulso considerável nas últimas décadas, com o advento do sensoriamento remoto e processamento digital de imagens. Os avanços na pesquisa, o uso de novos sensores de satélite e distribuição mais acessível para os usuários fazem das imagens de satélite um dos produtos de sensoriamento remoto mais usados na análise de cobertura da terra. Essas tecnologias têm contribuído para o mapeamento, monitoramento, supervisão e controle da cobertura vegetal de extensas áreas de superfície do planeta (Ponzoni, 2007). Fonseca (2000) enfatiza que o uso de imagens de sensoriamento remoto como fonte de informação para a produção de mapas é um importante indutor de inovações em GIS. Segundo o autor, o grande interesse em seu uso vem da temporalidade das informações, combinada com custos relativamente baixos. Uma vez que a atividade humana constantemente muda a paisagem, a interpretação de imagens de satélite é uma fonte indireta para determinar a dinâmica dos processos econômicos e expansão urbana.

A razão de bandas⁵ é uma das aplicações mais comuns em sensoriamento remoto. Utilizando-se esta técnica, pode-se reduzir o efeito do relevo na resposta espectral das imagens e usá-las para enfatizar as diferenças espectrais em um par de bandas, apresentando certas características da curva de assinatura espectral de alguns alvos (Mather, 2011). De acordo com Moreira (2004), na literatura encontram-se mais de cinquenta índices de vegetação, quase todos obtidos a partir das medições de refletância nas faixas de vermelho e infravermelho próximos do espectro eletromagnético. Os dois mais comumente usados, no entanto, são a razão simples (RVI) e o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI). O NDVI é calculado a partir dessas medições individuais utilizando-se a seguinte equação:

$$NDVI = \frac{(NIR - VIS)}{(NIR + VIS)}$$

VIS e NIR representam as medidas de reflectância espectrais adquiridas nas regiões do visível (vermelho) e do infravermelho próximo, respectivamente.

Para estudar o NDVI em áreas urbanas, os dados são normalmente extraídos de imagens Landsat (Wilson *et al.*, 2003). No entanto, no presente estudo foram utilizadas imagens de CCD (Charge Coupled Device) CBERS2 (China-

-Brazil Earth Resources Satellite), que são distribuídas gratuitamente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)⁶.

Para o cálculo do NDVI foi utilizado o *software* ERDAS IMAGINE (Intergraph Corporation, Huntsville, USAL). As bandas utilizadas foram 4 e 3, ou seja, aquelas da área vermelha e infravermelha do espectro, respectivamente. O objetivo foi identificar quais foram as mudanças na situação da vegetação no período 2000-2010, antes mesmo das ações do Programa Viva Vila.

A Figura 3 mostra a evolução nas áreas de vegetação arbórea e arbustiva. A categoria “outras classes” inclui informações sobre as áreas de expansão urbana, água e sombra⁷. Observa-se que houve uma significativa supressão de vegetação ao longo do período de dez anos.

Como o procedimento foi realizado usando imagens de baixa resolução espacial só é possível identificar dois tipos de vegetação (arbórea e arbustiva)⁸.

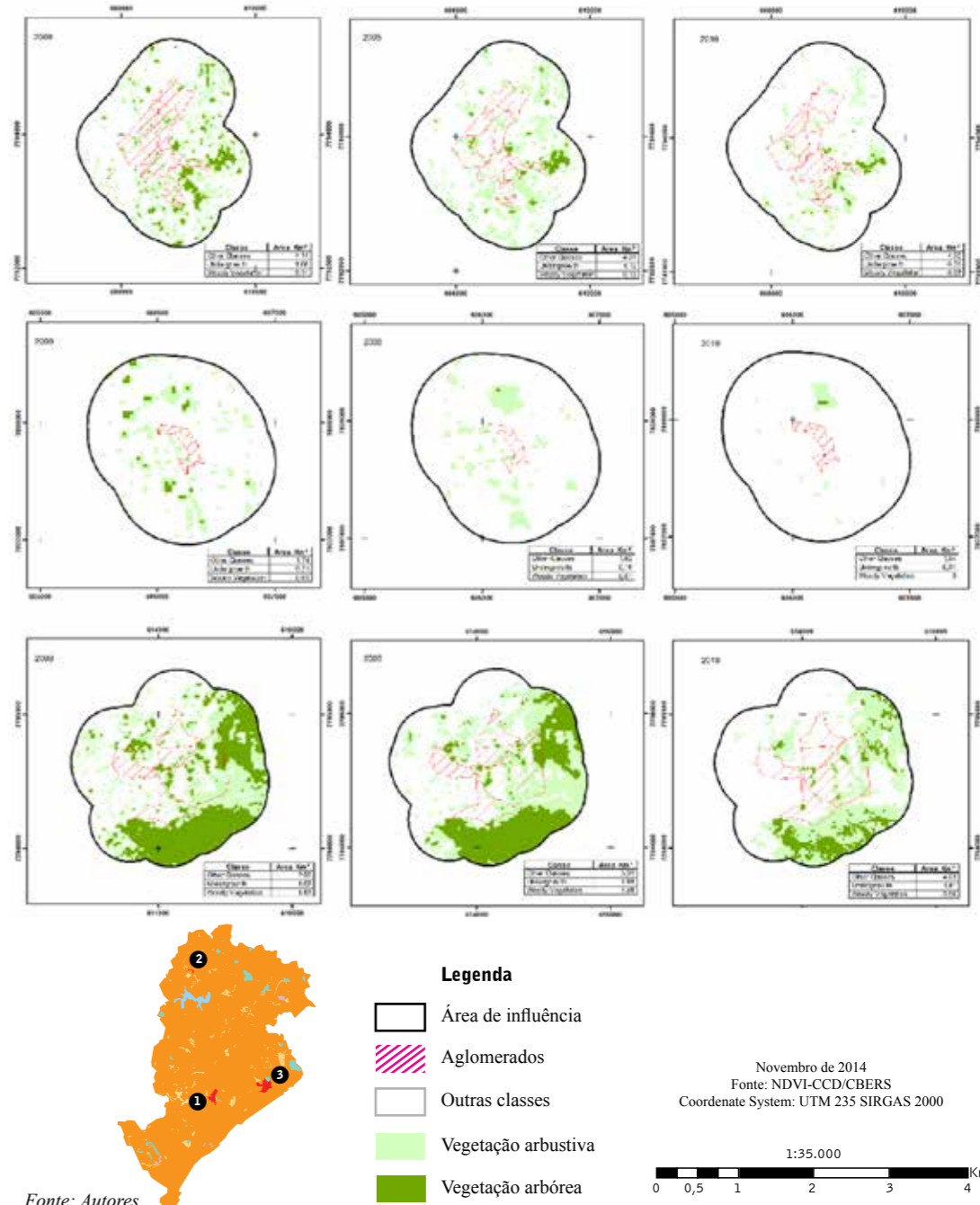
Vale ressaltar que as imagens CBERS, com 15 m de resolução espacial, só permitem a identificação de áreas que têm cobertura de vegetação em uma área de superfície superior a 225 m². Assim, a supressão de vegetação verificada deve ser averiguada por meio de análise de imagens de alta resolução para os arredores dos assentamentos, como discutido em Freire (2013).

Conclusões

A análise permitiu a detecção de pressões internas e externas para as imediações dos assentamentos precários apresentados. Os ganhos econômicos conjunturais do Brasil, nos últimos cinco anos, foram incluídos na análise, que combinou elementos variáveis tais como educação, renda e qualidade de vida.

O monitoramento das ações do Programa Vila Viva mostrou-se uma ferramenta útil para estabelecer prioridades, inclusive por propiciar nova utilidade a dados que estavam disponíveis, dispersos entre vários órgãos da administração municipal. Além disso, estabeleceu valores de referência para futuras ações, resultando no aumento da eficiência e da qualidade das intervenções. Consideramos a comparação dos resultados por meio de uma série temporal como uma resposta à sociedade, conferindo transparência à prestação de contas dos recursos aplicados. Entretanto, um diagnóstico aprofundado deve ser elaborado para verificar e comprovar os resultados aqui apresentados.

Figura 3 – Resultados de três assentamentos selecionados



Os assentamentos e a vizinhança dos assentamentos consolidados analisados foram claramente beneficiados pelas intervenções. A eliminação da informalidade no tecido urbano requer dois conjuntos de intervenções. Um deles é evitar a criação de novos assentamentos informais. O outro é corrigir as deficiências de assentamentos existentes, por meio de programas que forneçam o reconhecimento legal formal das comunidades, bem como introduza formas individuais de propriedade e posse legal ou outras formas de propriedade;

reduzir as lacunas nos serviços públicos e promover o crescimento e as oportunidades econômicas locais.

As ações de integração dos territórios dos assentamentos consolidados ocorrem por meio da implementação de infraestruturas, tais como vias de acesso, esgotos e mecanismos de drenagem de águas pluviais, etc. Estas, por sua vez, permitem a chegada de serviços como coleta regular de resíduos, segurança pública, atendimento domiciliar de saúde, resultando em melhoria na qualidade de vida local.

O diagnóstico deve estar atento à identificação da relação assentamento-vizinhança e de quais elementos (incluindo os simbólicos) são importantes para garantir a redução do nível de preconceito de parte a parte e promover a inclusão social.

O atrito entre o mercado formal e informal é evidente nas imediações dos assentamentos. Caso análises complementares indiquem que vizinhança “invadiu” a favela, será necessário aprofundar o reconhecimento das pressões econômicas em seu entorno, destacando-se a necessidade de identificação dos processos especulativos existentes para reduzir seus efeitos e garantir a identidade das comunidades.

Na avaliação dos resultados da evolução do assentamento e de sua vizinhança imediata foram percebidos, na presente análise, alguns resultados negativos relacionados à proteção de mananciais. Estes resultados negativos são fruto da metodologia e das imagens utilizadas que não demonstram os resultados efetivos das intervenções de remoção das áreas de preservação permanente (APP) e sua recuperação ambiental, por meio da despoluição dos recursos hídricos e da implantação de cobertura vegetal. As imagens não demonstram o ganho significativo de recuperação das APP em tão pouco tempo da intervenção finalizada. Ademais, é importante lembrar que o programa não atua na sua vizinhança, apenas nos assentamentos que integram a Política Municipal de Habitação. O trabalho poderá prosseguir com a validação em campo da percepção das populações que vivem nos assentamentos e seus arredores em relação a estas áreas, e do acompanhamento por meio de sensores remotos ou avaliações de campo.

Por fim, pode-se considerar o Programa Viva Vila como uma estratégia de cidade inteligente, uma vez que é uma estratégia formal e abrangente, revisada regularmente para alinhar-se às iniciativas estratégicas específicas de cidade (LEE *et al*, 2013, p. 5).

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à URBEL – Prefeitura de Belo Horizonte, à Fundação João Pinheiro e à Escola de Arquitetura da UFMG – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, pelo apoio na elaboração deste trabalho.

AUTORES

Gerson José de Mattos Freire – Engenheiro civil (PUC-MG, 1986). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (Escola de Arquitetura da UFMG, 2015). E-mail: gersonj@ufmg.br

Fernanda Borges de Moraes – Engenheira-arquiteta (Escola de Arquitetura/UFMG, 1988). Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP, 2006). Professora Associada. E-mail: fernanda.borges.moraes@gmail.com

Sheyla Aguilar Santana – Turismóloga (IGC-UFMG, 2005). Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFMG, 2014). Pesquisadora – Escola de Arquitetura da UFMG. E-mail: Shesantana@hotmail.com

Andrea Scalon Afonso – Arquiteta urbanista (Instituto Izabela Hendrix, 1999). Especialista em Planejamento Ambiental Urbano (PUC Minas, 2004). Especialista em Engenharia Sanitária e Meio Ambiente (Desa/UFMG, 2002). Especialista em Arquitetura Contemporânea: projeto e crítica (PUC Minas, 2000). Chefe da Divisão de Normatização e de Gestão Estratégica e de Processos da Urbel. E-mail: andrea.scalon@pbh.gov.br

Vera Lúcia Voll – Socióloga (FAFICH/UFMG). Mestra em Agronomia, Concentração e Sociologia Rural (ESALQ/USP). Pesquisadora em ciência e tecnologia da Fundação João Pinheiro em Belo Horizonte, Minas Gerais. E-mail: vera.l.voll@gmail.com

Iracema Generoso de Abreu Bhering – Engenheira-arquiteta (Escola de Arquitetura/UFMG, 1982). Mestra em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG, 2002). Professora Assistente. Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: irabhering@gmail.com

Marcílio Felício Pereira – Engenheiro Civil (PUC-MG, 1986). Mestre em Geotecnia (COPPE-UFRJ, 1989). Diretor – Aluvial Engenharia e Meio Ambiente. E-mail: mfpereira@aluvial.com.br

Lucas Saliba Santos – Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da UFMG. E-mail: lucassaliba@ufmg.br

NOTAS

1) Artigo apresentado na 14th International Conference on Computers in Urban Planning and Urban Management, Cambridge, MA USA, 10 jul. 2015, sob o título PSS in informal urban settlements: results of five years of implementation in Belo Horizonte, Brazil.

2) A Aluvial Engenharia e Meio Ambiente foi contratada para proceder à análise de impactos ambientais para licenciamento do Programa Viva Vila com o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte. A metodologia completa foi descrita por Moura e outros (2009).

3) O conceito de desenvolvimento humano, bem como a sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados, em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Sua popularidade como uma abordagem do desenvolvimento humano deveu-se à criação e adoção do IDH como uma medida do nível de desenvolvimento humano de um país, como uma alternativa ao produto interno bruto. O IDH também reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades individuais: as oportunidades de desfrutar uma vida longa e saudável (saúde), de acesso à educação (conhecimento) e de ser capaz de desfrutar de um padrão de vida decente (renda). O IDH adotado na discussão em tela consolida as informações do Censo Demográfico (IBGE) de 2010, publicado em maio de 2012 e atualizado em 2013.

4) ArcGis® é uma marca registrada de ESRI Inc., Redlands, CA – USA.

5) Em Processamento Digital de Imagens, a técnica consiste em dividir os valores de reflectância obtidos em cada uma das bandas (ou comprimentos de onda) recebidos pelos sensores. As bandas são selecionadas conforme estes comprimentos de onda e os resultados desejados. Para mais informações, vide Mather e Koch, 2011.

6) Imagens CBERS foram adquiridas, para o Aglomerado da Serra, Morro das Pedras e Aglomerado Várzea da Palma, nos anos de 2000, 2005 e 2010.

7) Os valores de reflectância para estas classes são específicos. Vide Mather e Koch, 2011.

8) A classe arbustiva é colocada com a classe arbórea quando existe a presença de vários arbustos próximos e na classe arbustiva quando existem arbustos isolados na paisagem.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. S.; MAGALHÃES, M. C. Programa Vila Viva: intervenção estrutural em assentamentos precários. *Revista UH*, Urbel, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/geel/docs/revista_uh_site>. Acesso em: 1º dez. 2014.

ALFONSIN, B. D. M.; FERNANDES, E. *Da igualdade e da diferença*. 2004 Disponível em: <http://nute.ufsc.br/moodle/biblioteca_virtual/admin/files/aula_73.pdf> Acesso em: 29 nov. 2014.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart cities in Europe. In: *Proceedings of 3rd Central European Conference in Regional Science*, Košice, 2009.

FONSECA, L. M. G. *Processamento digital de imagens*. INPE, 2000.

FREIRE, G. J. M. Reinsediamento degli spazi urbani di insediamenti precari (favelas) mediante il GIS. In: MINGUCCI, R.; MOURA, A.C.M. (Eds.). *Disegnarecon*, v. 6, n. 11, 2013 – GIS & Disegn urbano. Disponível em: <http://disegnarecon.unibo.it/article/view/3377> Acesso em: 15 nov. 2014.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Atlas de Estudos Econômicos e Sociais – Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Atlas Metropolitano*. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/> Acesso em: 28 nov. 2014.

HALL, R. E.; BOWERMAN, B.; BRAVERMAN, J.; TAYLOR, J.; TODOSOW, H.; VON WIMMERSPERG U. (2000) The Vision of a Smart City. In: 2ND INTERNATIONAL LIFE EXTENSION TECHNOLOGY WORKSHOP, França: Paris, 2000.

LEE, J. H. et al. *Towards an effective framework for building smart cities: Lessons from Seoul and San Francisco*. Technol. Fore-cast. Soc. Change, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.techfore.2013.08.033> Acesso em: 26 nov. 2014.

MALCZEWSKI, J. *GIS and multicriteria decision analysis*. John Wiley & Sons, New York, NY, United States, 1999.

MATHER, P.; KOCH, M. *Computer processing of remotely-sensed images: an introduction*. John Wiley & Sons, 2011.

MOREIRA, M. A.; CARDOSO, V.; FREITAS, R. M.; RUDORFF, B. F. Comparação da resposta espectral de alvos em imagens CBERS-2/CCD e LANDSAT-5/TM. In: *Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, São José dos Campos, SP: INPE, p. 1.027-1.034, 2004.

MOURA, A. C. M.; FREIRE, G. J. M.; OLIVEIRA, R. H.; SANTANA, S. A.; PEREIRA, M. F.; SOARES, A. M. E.; VOLL, V. L. Geoprocessamento no apoio a políticas do Programa Vila Viva em Belo Horizonte – MG: intervenções em assentamentos urbanos precários. *Revista da Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, Sociedade Brasileira de Cartografia*, p.177-178, 2009. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/view/350> Acesso em: 14 nov. 2014.

NAPHADE, M. et al. Smarter Cities and Their Innovation Challenges. *IEEE Computer Society*, v. 44, n. 6, p. 32-39, junho 2011.

PONZONI, F. J.; SHIMABUKURO, Y. E. *Sensoriamento remoto no estudo da vegetação*. São José dos Campos, SP: A. Silva Vieira, 2007.

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (1983). *Lei Municipal n. 3.532/83 – Cria o Programa Municipal de Regularização de Favelas – Profavela*.

SAUER, S. *Do Smart Cities Produce Smart Entrepreneurs? Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research*. Universidad de Talca – Chile Paper, v. 7, n. 3, p. 63-73, dezembro 2012. Disponível em: <www.jtaer.com>

STEINERT, K. W.; MAROM, R.; RICHARD, P.; VEIGA, G.; WITTERS, L. Making Cities Smart and Sustainable. In: *The Global Innovation Index 2011 - Accelerating Growth and Development*. S. Dutta, INSEAD, p. 87-95, 2011, France.

UNITED Nations. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2014) (1). *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights (ST/ESA/SER.A/352)*.

UNITED Nations. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2014) (2). *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, CD-ROM Edition*.

WILSON, J. S. et al. Evaluating environmental influences of zoning in urban ecosystems with remote sensing. *Remote Sensing of Environment*, v. 86, n.3, p. 303-321, 2003.



Arquivo Urbel

DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

a importância do fortalecimento dos Núcleos de Defesa Civil (Nudec) na redução do risco geológico em Belo Horizonte¹

Valdete Lima Bontempo
Luciana Nara Oliveira Moraes
Isabel Eustáquia Queiroz Volponi

Resumo

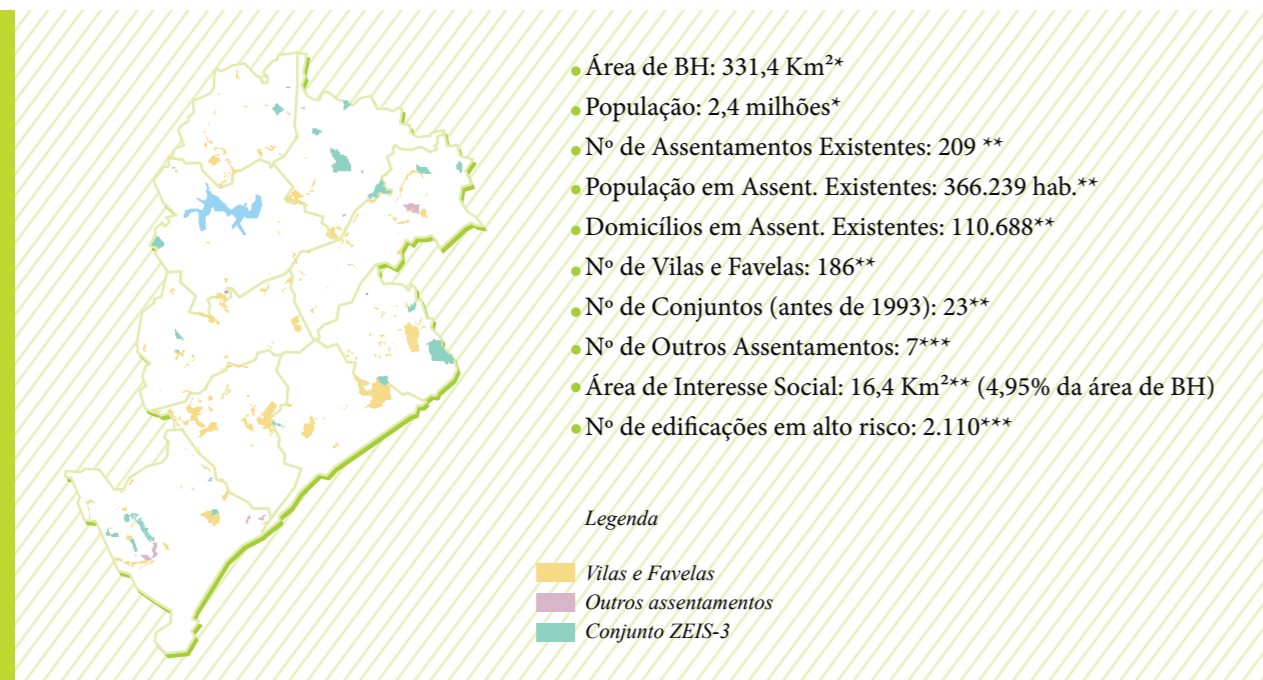
Este artigo apresenta uma análise da parceria entre a Prefeitura e os Núcleos de Defesa Civil (Nudec) de Belo Horizonte na prevenção das situações de risco geológico nas vilas e favelas dessa cidade. Aborda, mais especificamente, o Diagnóstico Participativo realizado com os integrantes desses núcleos e discute algumas propostas para o aperfeiçoamento do trabalho no âmbito do Programa Estrutural em Áreas de Risco (Pear). Ressalte-se que a parceria é uma contribuição rumo à sustentabilidade ambiental – um dos objetivos do milênio – tendo como meta a melhoria na qualidade de vida de moradores de assentamentos precários até 2020.

Introdução

Belo Horizonte tem atualmente 2.375.151 habitantes, sendo que 19% destes moram em vilas e favelas², conforme mostra a Figura 1. Nesses assentamentos precários, muitas são as situações de risco geológico que podem ocorrer devido a escorregamentos, quedas e rolamentos de blocos de rocha e solapamentos. Além disso, essas situações são frequentemente potencializadas por agentes tais como: cortes no terreno, aterros mal-executados, tubulações rompidas, lançamento de esgoto, deposição de lixo e entulho nas encostas e cursos d'água, podendo gerar acidentes com danos ao patrimônio ou até mesmo perda de vidas humanas.

Atividade de capacitação com os voluntários dos Núcleos de Defesa Civil

Figura 1 – Áreas de atuação da Urbel



Fonte: * IBGE/2010 | ** Diretoria de Planejamento/2010/Urbel | *** Diagnóstico Risco/2011/Urbel

Com o objetivo de tratar essas situações de risco geológico, a Prefeitura de Belo Horizonte criou, em 1994, o Programa Estrutural em Áreas de Risco (PEAR), com base no primeiro *Diagnóstico de Risco Geológico nas Vilas e Favelas*, realizado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel). Esse diagnóstico definiu o universo de edificações em distintas situações de risco geológico, o que culminou na implantação do atendimento à população específica, por meio de vistorias e intervenções necessárias para sanar esse tipo de risco.

O PEAR é um programa de assistência técnica que atua nos aspectos físico e social, prestando atendimento contínuo às famílias moradoras de áreas com situações de risco

geológico. Ele visa diagnosticar, prevenir, controlar e minimizar tais situações, estruturando e revitalizando essas áreas.

O Programa tem indicado avanços rumo à sustentabilidade ambiental – um dos objetivos do milênio³ – a partir do investimento na redução de situações de risco em assentamentos precários de Belo Horizonte. Trata-se especificamente de contribuir para se atingir a Meta 11, que define a melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de pessoas até 2020.

De acordo com a Urbel, órgão responsável pela execução do PEAR, o primeiro Diagnóstico de Risco Geológico mostrou que em 1994 eram quase 15.000 edificações em risco alto e muito alto, e o último, concluído em 2011, indicou a existência de 2.761 edificações (Figura 2).

Figura 2 – Evolução do número de edificações em risco geológico alto e muito alto

Regionais	Ano 1994	Ano 2004	Ano 2009	Ano 2011
Barreiro	801	798	652	418
Centro-sul	2.133	2.049	627	638
Leste	1.281	3.216	798	354
Norte	2.531	381	257	256
Nordeste	1.996	1.089	234	365
Noroeste	1.180	904	278	78
Oeste	1.180	1.261	765	320
Pampulha	694	223	27	207
Venda Nova	2.553	733	151	125
Total	14.349	10.654	3.789	2.761

Taxa de redução de risco por ano	
Ano	% / ano
1994 – 2004	2,58%
2004 – 2011	12,89%
2011 – 2012	13,57%

Fonte: Diagnóstico da situação de risco geológico das vilas, favelas e conjuntos habitacionais de Belo Horizonte/2011 – Urbel

Em aproximadamente 85% dos casos, o risco geológico é de escorregamento, sendo também encontrado casos de queda de blocos, solapamento e processos de inundação. As áreas com maior potencial de desenvolvimento de processos de risco no município estão situadas nas regionais Centro-Sul, Barreiro e Nordeste, com maior número de ocorrências incidindo nas regionais Centro-Sul e Leste.

Para tratar desses casos, o PEAR é instrumentalizado por meio de três planos de ação:

1. Plano de Atendimento Emergencial (PAE): tem como objetivo propiciar atendimento emergencial nas áreas de risco, no período chuvoso. Exemplos: a realização de vistorias e remoções que podem ser definitivas ou temporárias⁴. Estas últimas ocorrem quando existe a possibilidade de retorno da família com segurança, mediante a realização ou não de obras após o período chuvoso.

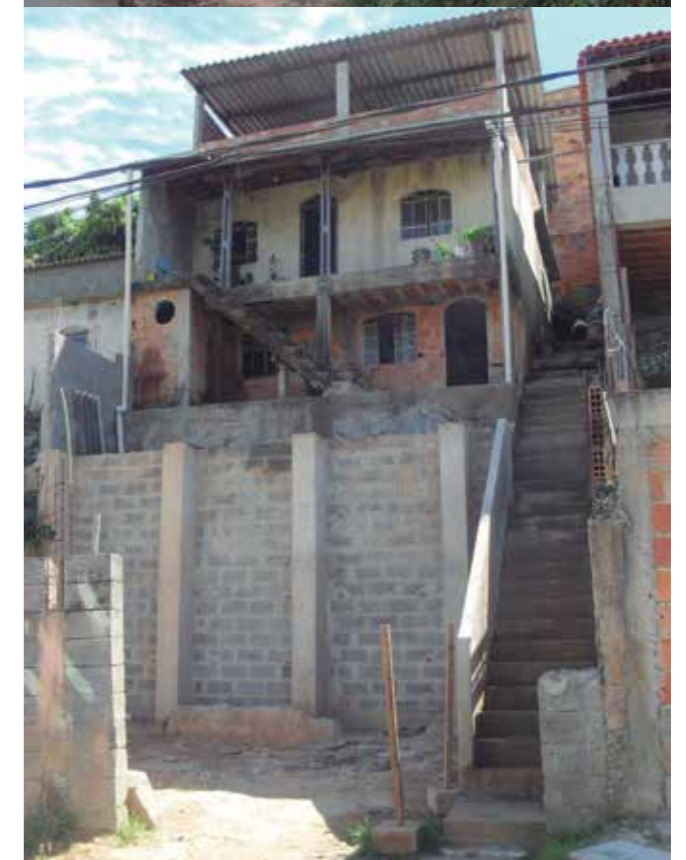
2. Plano de Mobilização Social (PMS): visa sensibilizar e orientar os moradores, lideranças comunitárias e voluntários dos Núdecs para atuar na prevenção de acidentes e garantir a manutenção das intervenções realizadas.

3. Plano de Obras (PO): tem como objetivo executar obras de pequeno e médio porte, pontuais e/ou estruturantes, conforme exemplo mostrado na Figura 2.

No PEAR, as vistorias para avaliação do grau de risco ocorrem rotineiramente. Entretanto, é no período chuvoso que se concentra a maioria das solicitações dos moradores das vilas e favelas. Elas são realizadas por geólogos e engenheiros civis, com o acompanhamento de técnicos sociais, tendo como unidade de análise a moradia da família solicitante para o parecer sobre a situação de risco.

Para maior agilidade das ações do PAE, as equipes multidisciplinares estão distribuídas em duas divisões operacionais da Diretoria de Manutenção e Áreas de Risco (DMR): uma na região leste e outra na região oeste da cidade⁵. Além dessas divisões, há quatro Centros de Referência em Áreas de Risco (Crear)⁶, os quais são pontos de apoio para as equipes nas vilas que apresentam muitas situações de risco alto, conforme indicações da Figura 3.

Nos casos de remoção, as famílias são acolhidas provisoriamente no Abrigo Municipal Granja de Freitas. Na remoção definitiva, a família tem o direito ao “Bolsa Moradia”⁷, cujo acesso ocorre somente após a demolição da moradia de origem. A seguir, essa família indica um imóvel que será vistoriado e aprovado com relação a quesitos de segurança e salubridade, passando a morar de aluguel, onde permanecerá até o seu reassentamento definitivo.



Antes e depois da obra de contenção de encosta no Conjunto Jardim Felicidade, realizada pelo PEAR/Urbel

Figura 3 – Localização das Divisões Operacionais da DMR e dos Crear em Belo Horizonte



Fonte: Urbel/Diretoria de Manutenção e Áreas de Risco

A instrumentalização e gestão do PEAR vêm sendo aprimoradas a cada ano, principalmente com as comunidades. Nesse sentido, um dos avanços a ser destacado refere-se à organização dos Nudec⁸ no contexto do PMS. Esses núcleos são formados por moradores e lideranças, com vistas a participarem de forma efetiva da política pública de atendimento às áreas de risco, realizando ações preventivas, além de orientar e prestar socorro mais imediato nas situações de calamidade e emergência.

Em Belo Horizonte, os primeiros Nudec foram formados em 1998, tendo como diretriz o uso de metodologias participativas e o foco na formação do voluntário como um agente multiplicador de informações nas vilas e favelas. Em 2003, em decorrência das graves ocorrências em áreas de risco em janeiro daquele ano, houve significativas alterações na política urbana do município, com um expressivo fomento ao trabalho preventivo e de monitoramento nessas áreas, constituindo-se a parceria Nudec/PBH em uma ferramenta importante na defesa da vida.

Desse modo, o Pear tem como um de seus princípios a *gestão compartilhada* das situações de risco geológico. Belo Horizonte conta atualmente com 415 voluntários, entre efetivos e convidados, agrupados em 47 núcleos, abrangendo um total de 54 comunidades, em todas as regiões da cidade.

Esses voluntários possuem um conhecimento profundo da realidade das vilas onde atuam, e entre as suas atribuições estão: a) monitoramento das moradias em áreas de

risco; b) solicitação e acompanhamento de vistorias técnicas e de abordagens a moradores; c) repasse de alertas de chuva aos moradores; d) mobilização comunitária em campanhas de educação ambiental; e) participação em reuniões de capacitação sobre o Pear e em eventos comunitários relacionados ao risco geológico, especialmente na “Operação Pente Fino”⁹; f) indicação de obras através do Partici-Pear¹⁰.

A parceria entre Nudec e PBH tem mostrado que a vulnerabilidade social e física dos moradores em áreas de risco geológico pode ser reduzida pelo fortalecimento de grupos comunitários para uma maior articulação política com o poder público, estabelecendo um diálogo no qual os desprivilegiados são efetivamente escutados e contribuem para a construção de assentamentos mais seguros.

Valorizando a experiência acumulada nesse trabalho conjunto, foi realizado, entre novembro de 2011 e março de 2012, o *Diagnóstico Participativo* com os voluntários, para: (1) avaliar os caminhos percorridos até o momento; (2) levantar propostas para a elaboração do “*Plano de Fortalecimento dos Núcleos*”. Tal plano contém as ações voltadas à capacitação continuada dos voluntários.

Essa avaliação do funcionamento dos Nudec, obtida a partir da experiência e do ponto de vista dos seus próprios integrantes, é uma demonstração clara do reconhecimento da valiosa contribuição do trabalho contínuo e conjunto e da capacidade dos voluntários em apontar os caminhos para a prevenção de risco em suas comunidades.

Diagnóstico participativo com os Nudec

No Diagnóstico Participativo, voluntários e técnicos da Urbel buscaram a construção coletiva de práticas que contribuam para a continuidade dos bons resultados do Pear. A socialização de experiências nesse processo foi muito rica. Os voluntários trouxeram relatos e propostas fundadas no trabalho diário de convivência com o risco geológico e no avanço já obtido, impulsionado pelo Pear.

Trata-se de um sistema que contribui para o empoderamento do Nudec, aqui entendido como o “processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas” (HOROCHOVSKY; MEIRELLES, 2007, p. 486). O empoderamento pode resultar, portanto, em uma participação

ativa de seus integrantes e na valorização das práticas e culturas locais na prevenção das situações de risco geológico.

Metodologia

O Diagnóstico Participativo partiu do pressuposto de que os Nudec são atores fundamentais na produção do conhecimento sobre a realidade das vilas em que atuam. Considerando-se que eles são moradores das áreas com situações de risco e que vivenciam essa realidade no dia a dia, então podem apresentar diretrizes relevantes no planejamento, execução e análise de ações preventivas nessas áreas.

Desse modo, os voluntários foram convidados a participar de reuniões realizadas por regional administrativa de Belo Horizonte, contando com os núcleos existentes em cada uma delas. O propósito foi a realização de uma análise geral dos pontos positivos e daqueles que são “dificultadores” no trabalho conjunto e contínuo, pautado na prevenção em face da situação de risco geológico. Em seguida, foram debatidas as propostas para a continuidade da parceria entre o Poder Público e os voluntários – as quais foram condensadas no que se denominou “Plano de Fortalecimento dos Nudec de Belo Horizonte”.

Avaliação da parceria Nudec/PBH

A análise dos dados coletados no Diagnóstico evidenciou que o ponto forte do trabalho preventivo nos assentamentos precários é esse vínculo de parceria entre a PBH e os Nudec. Observou-se que a boa comunicação entre os voluntários e o Poder Público tem resultado em melhorias para a comunidade e, de forma geral, foi ressaltado o bom desempenho do Pear na redução das situações de risco.

Destacou-se também a possibilidade de indicação de obras pelos próprios Nudec por meio do Partici-Pear, além da execução de obras de pequeno e médio porte, com a implantação ou qualificação da infraestrutura urbana existente no local, tendo como referência o olhar daqueles que moram nas áreas.

Constatou-se que grande parte dos voluntários se sente reconhecida em sua comunidade de atuação, e acredita que a participação popular é fundamental para a conquista de melhorias nas situações de risco geológico. No contexto do Pear, de forma geral, os voluntários evidenciam que a disponibilidade, a experiência e o conhecimento deles sobre suas áreas de atuação contribuem para o trabalho preventivo.

Entre as ações e atividades já desenvolvidas com os voluntários, a maioria dos participantes indicou a realização

de cursos de capacitação como sendo muito relevante. Também a realização da “Operação Pente Fino” e de reuniões com os núcleos, a entrega dos equipamentos de proteção individual (EPI) e o repasse de alerta de chuvas pela prefeitura foram citados pelos grupos.

Durante as reuniões regionais também foram discutidos os aspectos a serem aprimorados na parceria Nudec/PBH. Os participantes apontaram dificuldades tanto na relação com a comunidade quanto com o Poder Público no desenvolvimento do Pear. Entretanto, a questão que mais apareceu foi a falta de comunicação entre os próprios núcleos, seja entre membros de um mesmo núcleo ou de um núcleo com o outro. Percebeu-se, nesse caso, uma demanda por uma integração maior entre os voluntários, uma troca de experiências que contribua para o fortalecimento do Nudec enquanto grupo responsável pela interlocução política dos moradores em áreas de risco geológico.

Na relação com a comunidade, os voluntários consideraram que ainda há desconhecimento dos moradores sobre o que é o Nudec e quem são seus integrantes. Solicitaram, inclusive, que haja uma maior circulação de informações nas vilas e favelas e na imprensa em geral.

Voluntários dos Núcleos de Defesa Civil na Reunião de Diagnóstico Participativo, Regional Noroeste



Em uma avaliação mais ampla da relação com a prefeitura, os voluntários consideraram que falta uma maior integração e ações unificadas por parte do Poder Público. Já em relação ao Pear (e seu fluxo de atendimento), foi apontado como problemático certo descompasso entre as demandas dos voluntários, frequentemente urgentes, como, por exemplo, solicitação de vistorias e execução de obras, e sua efetiva possibilidade de atendimento por parte da Urbel/PBH.

Propostas para a continuidade do trabalho preventivo nas vilas e favelas

O Diagnóstico Participativo com os Nudec teve também o objetivo de planejar a continuidade do trabalho. Neste sentido, pôde-se constatar que os voluntários reconhecem a importância da capacitação continuada sobre o Pear para se integrarem ao Nudec, com o objetivo de garantir o conhecimento do programa e a atualização de informações a serem repassadas aos moradores. Sugeriram, entre outros temas, as atualizações do Diagnóstico de Risco Geológico, o Plano Diretor de Belo Horizonte, o Estatuto da Cidade e Orientações sobre Arquitetura e Engenharia Públicas. Ao mesmo tempo, eles indicaram a realização de visitas monitoradas aos projetos associados ao trabalho preventivo de risco. Ainda no sentido da capacitação dos voluntários, foi apresentada a proposta de realização de um “Seminário de Participação Popular” para o debate sobre a atuação do voluntário e as possibilidades de fortalecimento do trabalho dos Nudec. Também a articulação com outras políticas públicas setoriais existentes nas áreas de abrangência do Pear foi sugerida, tanto para o desenvolvimento de ações conjuntas quanto para a sensibilização de novos voluntários no processo de ampliação dos núcleos.

Sobre o desenvolvimento atual do Pear, os voluntários consideram importante a priorização daquelas solicitações realizadas pelos Nudec à Central de Atendimento da Urbel, garantindo o retorno do resultado da vistoria ao voluntário solicitante e, assim, facilitar o esclarecimento das dúvidas do morador nos encaminhamentos indicados pelos técnicos da prefeitura.

Resultados: definições do plano de fortalecimento do Nudec

A partir da avaliação da parceria Nudec/PBH e das propostas elaboradas em conjunto com os voluntários no processo do Diagnóstico Participativo, foram definidas ati-

vidades/ações que constituem o Plano de Fortalecimento dos Nudec. Ele condensa as prioridades na perspectiva de incremento dessa parceria, sendo composto por dois eixos de atuação: o desenvolvimento de uma agenda de ações/atividades de capacitação continuada para os voluntários e a organização da DMR para o atendimento das demandas apresentadas no Diagnóstico.

O plano se fundamenta, primeiramente, na valorização de cada Nudec como um agente multiplicador na sua comunidade e que, a partir do conhecimento da realidade local e do Pear, faz o elo entre a comunidade e o Poder Público.

O investimento, nesse caso, volta-se para a apropriação de conceitos do Pear e da Política Municipal de Habitação por parte do voluntário, pois o acesso à informação e a reflexão sobre a sua própria realidade, suas necessidades e potencialidades, permite-lhe elaborar as demandas da comunidade que ele representa e contribuir para a construção de propostas no âmbito dessa política pública.

É importante dizer que a participação popular no Nudec é também motivada pelos resultados e melhorias decorrentes da implantação do Pear, pois na medida em que o voluntário tem o retorno de seu investimento, constatando a melhoria das condições de vida dos moradores pelas obras e acolhimento das famílias que não podem permanecer nas áreas de risco muito alto e alto, favorece a credibilidade no

programa e fortalece a sua relação com a comunidade em que atua.

O Plano de Fortalecimento dos Nudec volta-se também para a intersetorialidade, entendendo o conceito como sendo a “articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas” (INOJOSA, 2001, p. 105). Nesse sentido, a DMR buscará a constante articulação com as políticas públicas setoriais nos territórios de atuação dos voluntários, potencializando as chances de redução das situações de vulnerabilidade das famílias em situação de risco geológico.

Posteriormente, com o avanço da integração do Pear com essas políticas setoriais, é importante a articulação no âmbito municipal, estabelecendo os caminhos dessa intersetorialidade para a prevenção de situações de risco, que poderá ser uma diretriz política adotada pelo município e definida em projetos e programas a serem desenvolvidos, principalmente, com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação.

As atividades/ações a serem desenvolvidas no Plano de Fortalecimento dos Nudec estão direcionadas tanto ao Nudec em geral quanto a núcleos específicos. Elas foram planejadas a partir de três linhas de atuação: a) atividades dire-

cionadas ao conhecimento do Pear (cursos, palestras, etc.); b) atividades de integração entre os voluntários (e respectivos núcleos) que estão condensadas no “Projeto Viver a Cidade” (visitas monitoradas a programas e projetos afins ao Pear e a espaços turísticos e históricos); c) atividades direcionadas ao empoderamento dos núcleos.

A proposição de atividades voltadas ao empoderamento (item c) parte do entendimento de que “*dar voz e vez*” contribui para a emancipação política do voluntário, propiciando uma interlocução constante com outras instâncias participativas formais e programas afins à política urbana do município.

A capacitação dos Nudec prevista no plano será um processo contínuo, que já foi iniciado, seguindo módulos compostos por temas que têm interface com a prevenção do risco geológico. Além disso, tem-se constatado a importância do investimento no desenvolvimento de habilidades e competências para o trabalho comunitário, valorizando a experiência das lideranças comunitárias como membro do Nudec e contribuindo para que possam decidir com mais autonomia sobre as questões coletivas.

Na valorização do papel do Nudec e busca por maior visibilidade de seu trabalho, entre outras atividades, serão realizadas palestras pelos próprios integrantes dos núcleos em escolas, centros de saúde, Cras, etc., com o apoio dos técnicos do Pear. Serão abordados os fatores que contribuem para o aumento e a redução de situações de risco, de acordo com as condições existentes em cada área.

Também tem-se investido na participação dos voluntários em atividades vinculadas às questões ambientais, citando-se como exemplos, as visitas monitoradas ao Aterro Sanitário de Belo Horizonte e à Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão do Onça (ETE-Onça). Elas visam à reflexão dos integrantes dos núcleos sobre o papel potencializador do lixo e do esgoto nas situações de risco.

É importante dizer que todas essas atividades são acompanhadas de uma avaliação por parte dos voluntários, para que se possa fortalecer a atuação dos mesmos em suas comunidades, facilitando o processo de organização do grupo para a conquista de seus objetivos.

Considerações finais

Na perspectiva de se avançar na melhoria das condições de vida nos assentamentos precários, a parceria entre a Prefeitura e os Nudec de Belo Horizonte, no contexto do



Visita orientada dos Nudec à Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão do Onça (ETE-Onça)

Pear, alcançou um bom desempenho, conforme constatado no processo de avaliação realizado durante o Diagnóstico Participativo. Percebeu-se que a capacidade dos voluntários para participar ativamente dos processos e programas voltados para as áreas de risco vem aumentando ao longo dos anos. Se, no início da parceria, as atividades dos voluntários estavam mais voltadas para a divulgação do Pear em suas áreas de atuação, hoje o leque dessas atividades foi muito ampliado, fortalecendo a gestão compartilhada das áreas de risco. Ficou evidente a grande capacidade dos voluntários para atuar tanto nas atividades de mobilização para a percepção do risco geológico quanto nas de prevenção de acidentes, especificamente, na proposição de obras de redução de risco. A partir dessa constatação, o Poder Público vem valorizando e buscando a consolidação dos núcleos em todas as regiões da cidade. 🏠

AUTORAS

Valdete Lima Bontempo – Mestre em Sociologia Urbana pela UFMG, Psicóloga pela PUC/MG, Analista social da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel/PBH). E-mail: valdete.bontempo@pbh.gov.br

Luciana Nara Oliveira Morais – Mestre em Psicologia do Desenvolvimento Humano pela UFMG, Psicóloga pela UFMG, Analista Social da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel/PBH). E-mail: luciana.nara@pbh.gov.br

Isabel Eustáquia Queiroz Volponi – Geóloga pela UFMG, Especialista em Geotécnica e Geologia Urbana pela UFMG, Diretora de Manutenção e Áreas de Risco da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel/PBH). E-mail: urbel.dmr@pbh.gov.br

NOTAS

- 1) Artigo publicado na 4ª edição da Revista do Observatório do Milênio em 2015.
- 2) Conforme dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 3) Os Objetivos do Milênio são um conjunto de metas pactuadas, em 2000, pelos governos dos 191 países-membros da ONU, tendo a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver. São eles: acabar com a fome e a miséria, oferecer educação básica de qualidade para todos, promover a igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde das gestantes, combater a Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer parcerias para o desenvolvimento.
- 4) O parecer de remoção temporária ou definitiva somente é emitido quando todas as opções de monitoramento foram esgotadas e a situação de risco não permite que a família permaneça no local com segurança.

5) A Divisão Operacional Leste atende os casos situados nas regionais Centro-Sul, Leste e Nordeste. Já a Divisão Operacional Oeste atende as regionais Barreiro, Norte, Nordeste, Noroeste, Oeste e Pampulha.

6) O Crear é um espaço físico dentro da vila, mantido com recursos da prefeitura, em que os moradores podem solicitar vistorias e ficar abrigados numa situação de emergência, especialmente nos fins de semana e feriados, até a realização de vistoria pela equipe técnica da Urbel.

7) De acordo com o Decreto 11.375, de 2 de julho de 2003, o Programa Bolsa-Moradia, executado pela Urbel, tem por finalidade assegurar a seus beneficiários o imediato assentamento em imóvel dotado de condições de habitabilidade, por meio de pagamento de aluguel às famílias removidas de áreas de risco geológico ou para a execução de obras públicas.

8) A constituição dos Nudec está prevista na Política Nacional de Defesa Civil, como um dos componentes da estrutura do Sistema Nacional de Defesa Civil e atua no âmbito dos municípios com as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil.

9) A “Operação Pente Fino” é uma atividade de mobilização comunitária nas áreas de risco geológico no período pré-chuva, que conta com a distribuição de material informativo, apresentações teatrais e, quando necessário, visitas porta a porta.

10) O Plano de Obras do Pear objetiva a execução de obras de pequeno e médio porte, para minimização das situações de risco geológico. Até o ano de 2007, tais obras eram executadas de acordo com as prioridades estabelecidas pela equipe técnica da Urbel e das Regionais. A partir de 2007, criou-se o Partici-Pear, possibilitando a indicação de obras pelos voluntários, que também passaram a acompanhar a execução e inauguração/entrega das obras à comunidade beneficiada.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. *Decreto n. 12.571 de 26 dezembro 2006*. Dispõe sobre o Programa Estrutural em Áreas de Risco – Pear, o Grupo Executivo de Áreas de Risco – Gear e o Grupo Executivo Regional de Áreas de Risco – Gear Regional. Belo Horizonte: Diário Oficial do Município.

BRASIL. *Decreto n. 5.376 de 17 fevereiro 2005*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil. Brasil: Diário Oficial da União.

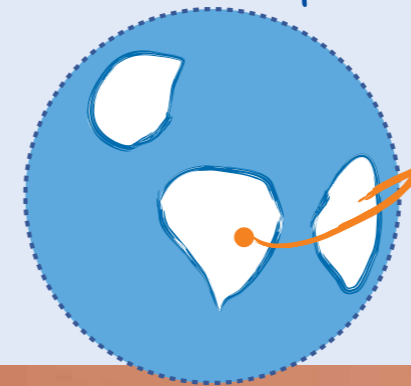
BRASIL. Ministério do Planejamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Garantir a Sustentabilidade Ambiental (Ipea). In: BRASIL. Ministério do Planejamento. Ipea. *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio*. 4º Relatório Nacional de Acompanhamento, Brasília, p. 121-151, 2010.

HOROCHOVSKY, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis, 2007.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. *Cadernos Fundap*, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

URBEL. *Diagnóstico da situação de risco geológico das vilas, favelas e conjuntos habitacionais de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2011.

Planejando intervenções para uma vila melhor



PGE
PLANO GLOBAL
ESPECÍFICO

O PGE norteia as intervenções nas vilas; com a participação da comunidade estabelece a ordem de prioridade das obras; evita desperdício de recursos públicos; auxilia na captação de recursos fora do município.

A Urbel já elaborou 68 Planos Globais Específicos, beneficiando 97 vilas e mais de 250 mil pessoas.



Regularização Fundiária

A conquista da moradia reconhecida pela cidade

por **JULIANA CAPOBIANCO** | Fotos **VANDER BRÁS**
Colaboração: **ANA CRISTINA VIEIRA** e **MARIA LÚCIA VELOSO**

Moradores do Conjunto Juliana celebram a conquista do título de propriedade

Ele é patriarca de uma família com dois filhos, quatro netos e outras cinco crianças que ele e sua esposa cuidam diariamente e apelidaram de “netinhos”. Além disso, seu João Batista Coleta, de 65 anos, é considerado um artista. Durante um ano e oito meses ele e alguns moradores do Conjunto Paulo VI, orientados por um trabalho coletivo realizado pela Política de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte - que atua com trabalho de fortalecimento dos vínculos comunitários entre famílias em situações de vulnerabilidade social - fizeram a reestruturação da Capela Nossa Senhora do Rosário, localizada na região do Conjunto. O local foi cuidadosamente coberto com cacos de azulejos que interpretam as histórias de vida e trajetórias de cada morador. O trabalho artístico realizado na capela e as histórias de vida dos moradores foram registrados nos livros *Rosário de Todas as Cores* e *A Arte na Construção do Espaço de Vivência*. A rua onde mora também foi honradamente registrada no nome de seu pai, Francisco Isaias Coleta, homenagem feita pelo então prefeito da cidade de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara.

Contudo, mesmo diante de tantas histórias, o que ele se orgulha mesmo é de ter conquistado o sonho da sua casa ser reconhecida e legalizada pela Prefeitura de Belo Horizonte. João Batista Coleta, natural de Tarumirim, região da Zona da Mata, é liderança comunitária do Conjunto Paulo VI e voluntário do Núcleo de Defesa Civil (Nudec) há mais de vinte anos. Iniciou a luta pelo direito à propriedade em 1987, após ingressar no Movimento dos Sem Teto. Ele orgulha-se em dizer que entre as 2.600 famílias que lutaram pela moradia e se enquadravam nos critérios de atendimento pelo município,



João Batista e Maria Niula Coleta, moradores do Conjunto Paulo VI

apenas 487 persistiram e aguardaram o auxílio. “Muitas pessoas não valorizaram a conquista, pois tinham outros meios de moradia”, contou Coleta. Cada beneficiário recebeu o direito de construir em uma área de 150 metros e recebeu material para a edificação de dois cômodos e um banheiro. Na década de 1980, o atendimento por meio de autoconstrução era utilizado como forma de garantir moradia para a po-

pulação de baixa renda por apresentar características econômicas necessárias para solucionar o problema de habitação popular. Foi nesse terreno que Coleta construiu a casa onde mora e, mais tarde, conquistou o documento de propriedade do imóvel, por meio do Programa de Regularização Fundiária da Prefeitura de Belo Horizonte. A infraestrutura básica do conjunto – água encanada, energia elétrica e rede de es-

goto, os equipamentos de saúde, educação e transporte foram implantados por iniciativa da Prefeitura e por meio da conquista da comunidade no Orçamento Participativo.

Programa de Regularização Fundiária

Em Belo Horizonte, a regularização fundiária é realizada por meio de um conjunto de medidas urbanísticas, jurídicas e sociais, que visam a regularização de assentamentos informais ou irregulares, ocupados predominantemente por população de baixa renda, e a titulação de seus ocupantes, garantindo, assim, o direito social à moradia e a integração à cidade.

A Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), por meio da Diretoria de Regularização, é responsável por promover a regularização em áreas da cidade consideradas Zonas de Especial Interesse Social (Zeis-1 e Zeis-3), regularizar as unidades habitacionais construídas pela Prefeitura no âmbito da Política Municipal de Habitação (em Zeis e Aeis-1) e a regularização dos loteamentos irregulares (Aeis-2).

A implementação de ações de regularização fundiária nas vilas e conjuntos se desenvolve de forma estrutural e integrada àquelas de caráter urbanístico e de promoção social. Sempre de acordo com as diretrizes do Programa Municipal de Regularização de Favelas (Profavela), da Lei Municipal nº 8.137/2000 e do Plano Global Específico da vila, caso este exista, obedecendo os limites legais.

A regularização dessas áreas é realizada após a urbanização, em assentamentos com sistemas viários

consolidados, infraestrutura instalada, acesso direto dos moradores a todos os lotes, integração com as vias de circulação do entorno e erradicação de áreas de risco.

Todo o processo possui acompanhamento social de técnicos da Urbel e a participação da população, por meio de assembleias, reuniões com Grupo de Referência – lideranças locais e moradores representantes da comunidade –, plantões para resoluções de pendências, acordos familiares e atendimentos individuais.

De acordo com a Supervisora de Regularização de Conjuntos Habitacionais da Urbel, Ana Cristina Martins, a regularização fundiária traz inúmeros benefícios para a cidade e para os moradores. “Além do morador se tornar proprietário legal do imóvel em que reside, ele passa a ter acesso a financiamento bancário ou crédito no comércio, conquista um endereço oficial reconhecido pela cidade, e tem o seu imóvel valorizado”, disse. O processo de regularização fundiária também

possibilita a integração dos assentamentos à cidade, oficializa a denominação de logradouros públicos e facilita a implantação ou ampliação dos serviços públicos em regiões carentes.

Regularização de vilas (Zeis 1) e conjuntos (Zeis 3)

Desde 1985, ano em que foi instituída a Lei do Profavela, 40 comunidades foram regularizadas com a aprovação de mais de 19 mil lotes e emissão de 14 mil escrituras, beneficiando cerca de 28 mil domicílios. Atualmente, a Urbel desenvolve o trabalho em oito comunidades: Vila Califórnia, na região Noroeste, Conjuntos Habitacionais Jatobá I (Vila Santa Rita), Jatobá II (Vila Pinho), Jatobá III (Castanheiras), Jatobá IV (Vila Maria), e área de propriedade particular da Vila Corumbiara, no Barreiro, e Vilas Nossa Senhora de Fátima e Marçola, localizadas no Aglomerado da Serra, região Centro-Sul.

Confira as definições das áreas de atuação da Urbel

Zeis-1: regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda onde existe interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e a sua integração à cidade.

Zeis-3: regiões edificadas em que a Prefeitura tenha implantado conjuntos habitacionais de interesse social.

Aeis-1: áreas destinadas à produção de moradias, compostas de áreas vazias, edificações existentes e edificações subutilizadas ou não utilizadas.

Aeis-2: áreas destinadas à regularização fundiária e à legalização de loteamentos irregulares ocupados, predominantemente, por população de baixa renda.

Confira o passo a passo do processo de regularização em vilas e favelas (Zeis-1) e conjuntos (Zeis-3)

1 | Identificação da Propriedade

A caracterização da situação fundiária é realizada para que se conheça a propriedade formal da área em que se localiza o assentamento, seu domínio e as eventuais ações judiciais que o envolvem.

Área de propriedade do Município

Em áreas de propriedade do município, a regularização é feita por meio da aprovação, registro do parcelamento do solo e transferência direta da propriedade para os moradores por meio da outorga de escritura de compra e venda.

Áreas de propriedade particular

Em áreas de propriedade particular, o município tem utilizado o instrumento de Auto de Demarcação Urbanística, conforme estabelecido na Lei nº 11.977 de julho de 2009, que trata do programa Minha Casa Minha Vida e da regularização fundiária de assentamentos. O procedimento também é conhecido como usucapião administrativo.

2 | Levantamento topográfico planimétrico

O levantamento topográfico tem como objetivo coletar e representar todas as informações físicas e urbanísticas relativas ao assentamento, além de identificar os espaços públicos e privados.

3 | Cadastro socioeconômico

A aplicação do cadastro oficial de ocupantes em todos os domicílios é realizada com o intuito de identificar e qualificar os ocupantes, levantar dados sobre o uso dos lotes bem como dados socioeconômicos dos moradores.

4 | Laudo geológico-geotécnico dos lotes

O laudo é realizado por técnicos especializados para a identificação dos lotes passíveis de regularização fundiária. Aqueles classificados como não regularizáveis são caracterizados no parcelamento como áreas de preservação. Já os lotes com indícios pontuais de risco passíveis de eliminação são parcelados, porém a titulação fica suspensa até que a situação de risco seja corrigida, por meio de obra ou outra ação indicada.

5 | Estudos urbanísticos

Os estudos urbanísticos têm como base o levantamento topográfico, cadastro dos ocupantes, laudo de risco, instrumentos de planejamento existentes, obras previstas, laudos ambientais, laudos de concessionárias de serviços, projetos viários prioritários, além de estudos de verificação e adequações à legislação vigente.

6 | Elaboração e aprovação da planta de parcelamento

A planta de parcelamento é elaborada para aprovação na Prefeitura, com o objetivo de incluir o assentamento no cadastro municipal, oficializar o sistema viário existente e os lotes com suas respectivas áreas e endereços. As plantas são analisadas e aprovadas pela Secretaria Municipal. São estabelecidas também normas de uso e ocupação do solo para os lotes aprovados, por meio de decretos, com o objetivo de criar padrões urbanísticos específicos para cada área regularizada.

7 | Registro em cartório

As plantas de parcelamento são encaminhadas ao Cartório de Registro de Imóveis onde o parcelamento é registrado e são abertas matrículas individualizadas para cada um dos lotes.



8 | Titulação para os moradores

O passo final é a titulação dos moradores. Trata-se da emissão da escritura de compra e venda, em que o município transfere a propriedade dos lotes aprovados para os moradores beneficiados. As transferências têm um valor simbólico de R\$30,00 e os recursos obtidos são recolhidos para o Fundo Municipal de Habitação. O morador titulado é responsável por encaminhar a escritura ao Cartório de Registros da região. O registro de imóveis objeto de regularização fundiária é realizado de forma gratuita.



“Quando fui avisada que ia receber meu apartamento fiquei dias sem dormir, sonhando com ele”

Rogéria Kelly Gleice da Silva, 38 anos, mãe solteira, não imaginava que sua vida pudesse realmente mudar e ela alcançar o sonho da casa própria. Rogéria e seus dois filhos foram uma das 48 famílias que receberam, em 2015, o documento de titulação do Residencial Camomila, localizado na região do Barreiro. O empreendimento foi construído pela Prefeitura de Belo Horizonte para atender 48 famílias inscritas no Programa Orçamento Participativo de Habitação, ou retiradas de áreas de risco, que foram reassentadas conforme definição da resolução do Conselho Municipal de Habitação. Segundo ela, foram anos de luta e desafios, vivendo de favor em locais precários. “Já passei fome, mas nunca saí pedindo dinheiro na rua porque eu sempre pensei nos meus filhos”, falou. Rogéria conta que todos os domingos enquanto vendia bebidas na praça, seus filhos Natan e Larissa, hoje com 23 e 19 anos, catavam latinhas nas ruas. Atualmente ela trabalha como auxiliar de serviços gerais, seu filho no ramo alimentí-

cio e a caçula, Larissa, é estudante. Uma história feliz para uma família que não esperava por um destino com tranquilidade e a segurança da casa própria. Foram 15 anos aguardando atendimento por meio do Núcleo de Moradia do Bethânia. Os núcleos, cadastrados na Urbel, têm participação efetiva nas decisões do Conselho Municipal de Habitação, além de indicar famílias que atendem aos critérios da Política Habitacional do Município. A beneficiária foi atendida por estar enquadrada nesses critérios. “Quando fui avisada que ia receber meu apartamento fiquei dias sem dormir, sonhando com ele”, contou. Hoje a família orgulha-se da vida que tem e da tranquilidade que é viver em um local sem ter a preocupação de pagar o aluguel no final do mês. “Já chorei muito e tolerei muito porque eu tinha a certeza que um dia eu iria conquistar a vida que eu tenho hoje.” Quando recebeu o documento do imóvel seus filhos disseram: “Mãe, será que é verdade?”, disse Kelly orgulhosa.

Regularização de Conjuntos Habitacionais edificados pelo Município

Os conjuntos habitacionais de interesse social foram implantados pelo município a partir de 1993, no âmbito dos programas habitacionais tais como: Alvorada, Habitar Brasil, Orçamento Participativo da Habitação (OPH), Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), Crédito Solidário, Orçamento Participativo, Vila Viva, Drenurbs, entre outros. São conjuntos inseridos em áreas de interesse social (Aeis-1) ou construídos dentro de vilas (Zeis) para reassentamento de famílias oriundas de áreas de risco, desabrigadas ou removidas em decorrência de

obras, conforme as resoluções do Conselho Municipal de Habitação.

Assim como nas vilas (Zeis-1), o trabalho de regularização das unidades habitacionais de interesse social exige um conjunto de ações que consiste na regularização urbanística e jurídica do solo e a legalização das construções.

O processo é iniciado com a regularização dos lotes. A área onde o conjunto foi implantado deve ser aprovada e ter registro em nome do município. Para os casos de terrenos não parcelados, a regularização do solo segue, em linhas gerais, o processo descrito na regularização do solo em Zeis.

Em seguida, é efetuada a aprovação do projeto arquitetônico das edificações na Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana e conce-

deida a Certidão de Baixa do Conjunto Habitacional. Já na terceira etapa é realizado o registro do conjunto no Cartório de Registro de Imóveis competente com a abertura das matrículas individuais das unidades habitacionais.

Até abril de 2016, foram regularizados 36 conjuntos habitacionais, somando mais de 4.500 unidades habitacionais: AR-04 (Pedras Preciosas no Aglomerado do Morro das Pedras), Araguaia, Araguaia-Milionários, Bem-te-Vi I e II, Berlim, Camomila, Castelo II, CDI-Jatobá, Comanches, Deuslene, Diamante I e II, Diamante Negro, França, Goiânia, Granja de Freitas I, II e III, Granja Rua do Grupo, Ipês, Juliana, Lagoa, Laranjeiras, Mangueiras, Marrocos, México, Serrano, Via Expressa I e II, Vila Alpes II, Vila Régia, Vista Alegre, Vitória, Vitória-Milionários e Zurick. Atualmente, 23 conjuntos encontram-se em processo de regularização. Dos conjuntos habitacionais regularizados, 29 encontram-se titulados e outros sete estão em processo de titulação.

Titulação e interveniência em Vilas e Conjuntos Habitacionais

A titulação dos lotes e das unidades habitacionais consiste na transferência da propriedade aos moradores por meio da emissão de escrituras ou da celebração de contratos de financiamento e registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Os títulos são emitidos a partir do cadastro oficial dos ocupantes. É necessária a indicação da família quanto aos titulares da escritura ou contrato de financiamento, além da apresentação de toda a documentação.



Evento de entrega de documentos de propriedade para moradores de 11 conjuntos habitacionais

Os imóveis que apresentam pendência documental ou de acordos entre moradores tem a titulação suspensa até que a pendência seja sanada e comprovada. Nos casos onde há conflito sobre a titularidade da posse, a Urbel oferece orientação social e jurídica.

É importante salientar que as transferências dos imóveis – vendas, doações ou permutas –, só poderão ser realizadas com a interveniência do município, em conformidade com normas e critérios definidos nas resoluções do Conselho Municipal de Habitação. Segundo Ana Cristina, o interessado deve apresentar a documentação que comprove a transferência do imóvel. A documentação é analisada e, havendo deferimento da solicitação, o adquirente é incluído no Banco de Dados de Beneficiários da Política Municipal de Habitação. “O objetivo da interveniência é garantir que as áreas de interesse social onde houve intervenção do município, subsídio na construção dos apartamentos, aplicação de critérios especiais de uso e ocupação do solo permaneçam destinadas à população de baixa renda”, concluiu.

Regularização de loteamentos irregulares (Aeis-2)

A Urbel assumiu recentemente a atribuição de promover a regularização jurídica dos loteamentos irregulares do município, ocupados por população de baixa renda e caracterizados como Aeis-2. A Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (Smaru), promove por meio da Lei nº 9074/2005 a regularização urbanística dos loteamentos, efetuando a aprovação das plantas de parcelamento. A partir de 2015, a Urbel está aplicando nas áreas aprovadas os dispositivos da Lei nº 11.977/2009, que estabelece critérios para regularização fundiária de interesse social em áreas de propriedade particular ou pública e institui especialmente a inovação do usucapião administrativo.

A regularização jurídica dos loteamentos irregulares é constituída pelas seguintes etapas: elaboração e encaminhamento aos Cartórios de Registro de Imóveis do auto de demarca-

ção urbanística, efetuação do registro da planta de parcelamento aprovada e emissão dos títulos de legitimação de posse aos moradores.

Áreas em andamento:

Denominação	Nº de lotes
Cinquentenário (Parque Marajó)	37
Urucuia (Solar do Barreiro)	140
Urucuia (Vargem Grande)	46
Araguaia (Flávio Marques Lisboa)	24
Miramar (Santa Cruz)	49
Cassange	134
Tupi	43
Jatobá (Mangueiras)	41
Araguaia (Bonsucesso)	68
Nova York (Jardim dos Comerciantes)	44
Trevo	32
Vista do Sol	812
Resplendor	19
Diamante	147
Mantiqueira (Cerâmica Sul América)	42
Lindeia	58
Total de lotes	1736



Funcionário da Urbel verifica documentos para assinatura do título de propriedade

Histórico da Regularização Fundiária em BH

A legislação da regularização fundiária no Brasil está relacionada ao rápido crescimento da população, marcado pela expansão da malha urbana ao longo de suas periferias. Esse processo ocorreu, na maioria dos casos, de forma inadequada em áreas impróprias para moradia e predominantemente em cidades com mais de 20 mil habitantes. Só nas vilas de Belo Horizonte, existem mais de 360 mil moradores, o equivalente a 15% da população total da cidade.

Nas décadas de 1970 e 1980, os programas de regularização foram iniciativas de apenas algumas prefeituras como Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Diadema, e tiveram como foco garantir a moradia das populações carentes nos locais onde se encontravam naturalmente em condições melhores, e que tivessem seus direitos reconhecidos. A cidade de Belo Horizonte foi uma das pioneiras no Brasil, atendendo algumas das reivindicações de lideranças comunitárias e movimentos sociais que tinham uma participação ativa na sociedade. Segundo a Chefe da Divisão de Regularização Fundiária da Urbel, Maria Lúcia Veloso, foram momentos de insegurança para as pessoas que viviam em áreas irregulares, já que era grande o fluxo de remoções. “Como a prática era a remoção das favelas, existia um movimento muito forte buscando uma legislação que pudesse reconhecer as habitações localizadas em vilas e favelas”, contou. Ela afirma, ainda, que até 1993 a prática promovia a regularização desvinculada da urbanização.

No final da década de 1970, por falta de ações do Poder Público

direcionadas à habitação popular, os movimentos de luta por moradia foram reforçados, o que influenciou e pressionou na criação de uma lei específica para atender as famílias que viviam em áreas de vulnerabilidade social. A aprovação da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, possibilitou que cada município criasse uma legislação específica para urbanização de loteamentos, estabelecendo uma área e dimensões mínimas de lotes, fazendo duas exceções – loteamentos para edificação de conjuntos habitacionais de interesse social e urbanização específica realizada pelo Poder Público.

A primeira legislação específica para urbanização e regularização em Belo Horizonte foi criada por meio da Lei nº 3995/1985 definida como a Lei do Profavela – Programa Municipal de Regularização de Favelas. “O objetivo foi possibilitar a regularização fundiária dos assentamentos informais. Além do tratamento urbanístico e jurídico, promovia a integração dessas áreas ao mapa da cidade formal”, explicou Maria Lúcia Veloso. O documento contribuía também para a elevação dos padrões de qualidade de vida e o acesso dessa parcela da população aos diversos serviços públicos e privados e à propriedade da terra.

A partir desse ano, o município passou a garantir a destinação de recursos para atender especificamente as áreas de interesse social, preservando as características da ocupação espontânea e, também, o trabalho exercido com a participação da comunidade nas decisões. A nova diretriz definiu a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – Urbel, como gestora dessa nova política.

A primeira vila a receber a regularização fundiária, foi a Vila Oeste, em dezembro de 1986. Na época, foram

emitidas 176 escrituras e 99% das áreas estudadas foram identificadas como residenciais. Localizada na região noroeste e próxima a grandes avenidas, seus habitantes têm garantido o acesso às diversas regiões da área metropolitana. O presidente do Clube de Idosos Amigos da Vila Oeste, José Luiz de Andrade, mora há 40 anos no local e conta que as mudanças foram significativas para o reconhecimento da vila e para o surgimento do comércio na região. “Não tínhamos comércio, não havia acesso para a passagem de linhas de ônibus e os becos eram irregulares. Hoje a vila continua a agregar a população que ajudou a criar a comunidade”, pontuou.

O trabalho de regularização fundiária alcançou um número ainda maior de famílias beneficiadas nos anos seguintes com a conquista de instrumentos inovadores, que enfatizava a importância de um modelo de gestão democrática das cidades. A primeira vitória no campo legislativo surgiu com a Constituição Federal em 1988, por meio da inclusão dos artigos 182 e 183 que tratam da Política Urbana.

Em 1994, o município introduziu o Sistema Municipal de Habitação e a Política Municipal de Habitação que fortaleceram ainda mais os investimentos para as áreas de interesse social. O Plano Diretor (Lei nº 7.165/1996 e a Lei nº 7.166) também estabelece novas normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano. As áreas de interesse social foram classificadas como Zeis-1, Zeis-2 e Zeis-3. E foi a partir do ano 2000, com a regulamentação das Zeis-1 e 3 (Lei Municipal nº 8.137, Capítulo VI), que instituiu-se a necessidade de elaboração do Plano Global Específico para cada área.

No ano seguinte, foi aprovada a Lei Federal nº 10.257/2001 do Estatuto da Cidade que estabeleceu diretri-

zes para o planejamento e gestão das cidades. Destaca-se a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas construtivas, a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e a gestão democrática com a participação popular.

De acordo com Maria Lúcia Veloso, o Estatuto da Cidade representa considerável avanço no que diz respeito aos instrumentos urbanísticos de controle e intervenção do Poder Público no mercado de terras – visando a minimizar a especulação imobiliária – como o IPTU progressivo no tempo, a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, os direitos de superfície e de preempção. “Parte dos instrumentos mencionados já foram ab-

sorvidos pela legislação urbanística de Belo Horizonte, restando assim, como desafio, a sua completa implementação e efetiva aplicação”, completou.

Em 7 de julho de 2009, foi sancionada a Lei Federal nº 11.977 sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Um de seus capítulos trata da regularização fundiária de interesse social e específico, com a possibilidade de utilização de novo instrumento – o auto de demarcação urbanística – que visa demarcar o imóvel, com a finalidade de identificar seus ocupantes e qualificar a natureza e o tempo das respectivas posses. Tal instrumento possibilita a regularização em áreas de domínio privado e público.

A última revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo ocorreu em 2010 (Lei nº 9.959) e atualizou as normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das Zeis, além de regulamentar as disposições sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Aeis.

Embora a Prefeitura de Belo Horizonte tenha conquistado todos esses avanços, os desafios ainda permanecem. Uma das propostas, já aprovada na 4ª Conferência de Política Urbana, é o reconhecimento de loteamentos privados irregulares como áreas de interesse social. Esses locais demandam proteção pública e estratégias para que seja possível ampliar a regularização fundiária no município.

Antigos moradores mantêm os vínculos afetivos na Vila Oeste





À espera do título

Seu Silvano Donato, 55 anos, e sua família aguardam a conclusão do processo de regularização fundiária do apartamento onde vivem. Eles foram reassentados no Conjunto Habitacional, na Vila Califórnia, região noroeste da cidade. O empreendimento foi construído pelo Programa Vila Viva, em 2009, e beneficiou mais de 1.500 famílias. Várias delas viviam em situações de risco geológico ou em áreas insalubres. Segundo seu Donato, como ele gosta de ser chamado, durante vinte anos ele morou no Beco das Violas, em condições precárias. O esgoto era a céu aberto, o que causava transbordamento dos córregos. “Atravessávamos por pinguelas. Hoje moramos num local com dignidade e somos respeitados. O ônibus passa exatamente na frente da nossa casa, as correspondências chegam no dia certinho e as ruas são bem iluminadas. Temos até área comercial muito mais volumosa do que em outros

bairros”, disse orgulhoso. Além de eliminar as áreas de risco e encostas, foram realizadas obras de abertura de ruas, canalização do Córrego Taiobas, com abertura de trecho da Avenida Avaí. Hoje a família vive em um apartamento digno, com dois quartos, estacionamento e área de convivência. “Eu tinha vergonha de convidar amigos para ir à minha casa porque o lixo e mau cheiro do córrego eram constantes”. Seu Donato é presidente da Associação Vila Califórnia e faz parte do Grupo de Referência da vila. Ele é um representante assíduo nas reuniões com os técnicos da Urbel e transmite as informações e o encaminhamento dos procedimentos para os vizinhos. “O nosso processo de regularização está quase finalizado. A titulação do imóvel vai nos trazer a segurança de sermos os legítimos proprietários do imóvel”, concluiu. 🏠



PROGRAMA BOLSA MORADIA

Abrigamento digno e seguro

As famílias removidas por causa do risco, obras públicas ou calamidade têm abrigo seguro e com privacidade garantida; isto impede o retorno delas para as áreas de risco e possibilita que a rotina familiar seja retomada de forma mais rápida.

São beneficiadas, em média, 2.400 famílias por mês com o auxílio aluguel da Prefeitura.

PONTOS DE VISTA

OBRAS DE REVITALIZAÇÃO NAS BACIAS DOS CÓRREGOS PAMPULHA, CACHOEIRINHA E ONÇA

O intenso período de chuvas que vem ocorrendo nas grandes cidades tem causado muitos estragos para os cidadãos. Podemos destacar alguns pontos críticos que exigem prioridade nas ações de prevenção e solução de problemas.

Em Belo Horizonte, os moradores e comerciantes que passam todos os dias pela Avenida Cristiano Machado, principal via de acesso à região norte da cidade, por onde circulam cerca de 135 mil veículos por dia, conhecem bem as dificuldades enfrentadas no período chuvoso causadas pelo

transbordamento das águas dos canais dos ribeirões Pampulha e Onça e do Córrego Cachoeirinha.

Visando sanar os problemas de alagamentos na região e promover a melhoria na qualidade de vida das famílias que vivem às margens ribeirinhas, a Prefeitura de Belo Horizonte iniciará no primeiro semestre de 2017, obras de revitalização nas bacias, reduzindo em 98% os riscos de inundações, além de garantir habitação segura para as famílias que moram na região.



Yander Brás

As casas localizadas às margens do Ribeirão serão removidas e famílias serão reassentadas em moradias seguras

“...beneficiará diretamente uma população de cerca de 145.000 habitantes”

Belo Horizonte, como a maioria das grandes cidades brasileiras, vem experimentando os efeitos negativos da expansão urbana acelerada, o que vem agravando o risco de inundações frequentes, com prejuízos econômicos, financeiros e, principalmente, sociais. Nesse contexto, ao longo dos anos, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), preocupada em mitigar as inundações, vem executando várias intervenções, totalizando investimentos de R\$ 1,33 bilhões (recém-concluídas e em execução), além de cerca de R\$ 1,09 bilhões captados para novos empreendimentos.

As inundações ocorridas nos últimos anos na Avenida Cristiano Machado e entorno têm como principal causa, além de insuficiência no sistema de macrodrenagem, as fortes chuvas que caíram no Município, especialmente nessa região. Com isso, a capacidade de escoamento das águas dos canais dos ribeirões Pampulha e Onça, e do Córrego Cachoeirinha foram superadas, extravasando para as áreas marginais.

Com base nos estudos de “Consolidação do Diagnóstico das Enchentes das Bacias do Córrego Cachoeirinha e dos Ribeirões Pampulha e do Onça”, a PBH elaborou projetos e captou R\$ 442 milhões junto ao Governo Federal. As intervenções previstas contemplam adequação hidráulica dos canais, retirada de cerca de 1.300 famílias vulneráveis a inundações e implantação de parque linear margeando o Ribeirão do Onça, na região do bairro Ribeiro de Abreu. O empreendimento beneficiará diretamente uma população de cerca de 145.000 habitantes, reduzindo os prejuízos e transtornos causados com o alagamento e interdição da Avenida Cristiano Machado.

É importante destacar que a Administração Municipal tem buscado antecipar etapas, identificando demandas prioritárias a partir de instrumentos importantes de gestão e planejamento, como o Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte.

Josué Valadão

Foi Secretário de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte. Durante sua gestão, acompanhou o andamento do projeto.



“Meu grande sonho é ver alguém com uma varinha de bambu na mão pegando lambari no Onça”

Vejo este empreendimento como um caminho, pois todas as ações do COMUPRA têm sido assim, convergem a outro tipo de ação. Para se ter um rio saudável, não é só obra, tem que resolver questões como moradia, saúde, educação. A criação de uma relação de pertencimento na comunidade é o que contribuirá para uma situação futura de um rio saudável, uma cachoeira limpa.

Muitos podem pensar que vai ser uma perda, mas é um ganho. Nós nunca tivemos uma proposta como esta e, como exemplo, quero citar uma pessoa que morava na beira do rio há 35 anos, Dona Maria da Conceição. Ela vivia lá sozinha, com medo de dormir e vir a inundação. Recentemente ela foi para o Bolsa Moradia. Comprou fogão, geladeira e, hoje, ela dorme tranquila. Está feliz. Tanta gente falava que era impossível, mas nós conseguimos, fizemos valer nosso voto.

Temos aqui um presente de Deus: são 3 cachoeiras, 9 praias e 21 corredeiras. Hoje, a forma como nos relacionamos com o “Onça” é equivocada e sem planejamento e o transformou em problema, mas ele com certeza é a solução para esta região e toda a bacia.

A comunidade precisa ser atraída para o projeto do Parque do Onça para acreditar nele. Destaco que o Projeto “conceitual” do Parque do Onça foi desenvolvido numa parceria do Comupra com a Prefeitura de BH, por meio da Smapu (Secretaria Adjunta Municipal de Planejamento Urbano), o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e a comunidade. O Projeto recebeu menção honrosa no Concurso do Banco de Desenvolvimento da América Latina, ficando em 7º lugar, entre 127 concorrentes de 14 países. Não há como melhorar a vida de um rio, se não melhorar a vida de quem mora às margens dele, e acredito que o projeto vai fazer isto. Meu grande sonho é ver alguém com uma varinha de bambu na mão pegando lambari no “Onça” novamente.

Itamar de Paula Santos

Membro do COMUPRA (Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu)





Jornal de Brasília

O Ribeirão do Onça também será tratado para implantação do Parque Linear


“Importante que venha associado a programas de recuperação ambiental e controle do uso do solo”

Historicamente nossas cidades voltaram as costas para os cursos d’água, seja suprimindo-os da paisagem urbana através da canalização e implantação de avenidas sanitárias, seja negligenciando a necessidade de cuidados com a qualidade de suas águas, com a integridade de suas nascentes e com o uso adequado do solo em suas margens e na totalidade de suas bacias de contribuição.

Belo Horizonte, planejada e implantada segundo princípios positivistas que preconizavam o domínio da natureza pela técnica, apresentou, desde sua origem, soluções estruturais de drenagem urbana e saneamento que passaram a ser questionadas.

Por outro lado, mais recentemente, o Município tem tido papel inovador no contexto nacional pela adoção de soluções integradas de manejo e gestão das águas urbanas, como ilustram as primeiras intervenções do programa Drenurbs (2007-2010), através das quais problemas de inun-

dação, circulação viária, habitação, saneamento básico, áreas verdes e uso do solo são tratados de forma conjunta e com ampla participação das comunidades beneficiárias.

O projeto do Parque Linear do Onça parece ter sido concebido segundo esses princípios, garantindo que as soluções de drenagem e saneamento promovam também a conectividade das áreas verdes, o uso social das áreas livres, a ampliação dos modos de circulação e a criação de oportunidades para geração de renda e desenvolvimento comunitário. Importante que venha associado a programas de recuperação ambiental e controle do uso do solo na bacia como um todo e ao reassentamento das famílias removidas das áreas de risco em áreas próximas, reduzindo rupturas de laços funcionais e afetivos preexistentes e permitindo que venham usufruir das benfeitorias propostas. 

Rogério Palhares Z. de Araújo
Arquiteto, Mestre em Planejamento Urbano, Doutor em Geografia e professor adjunto do Departamento de Urbanismo da UFMG.

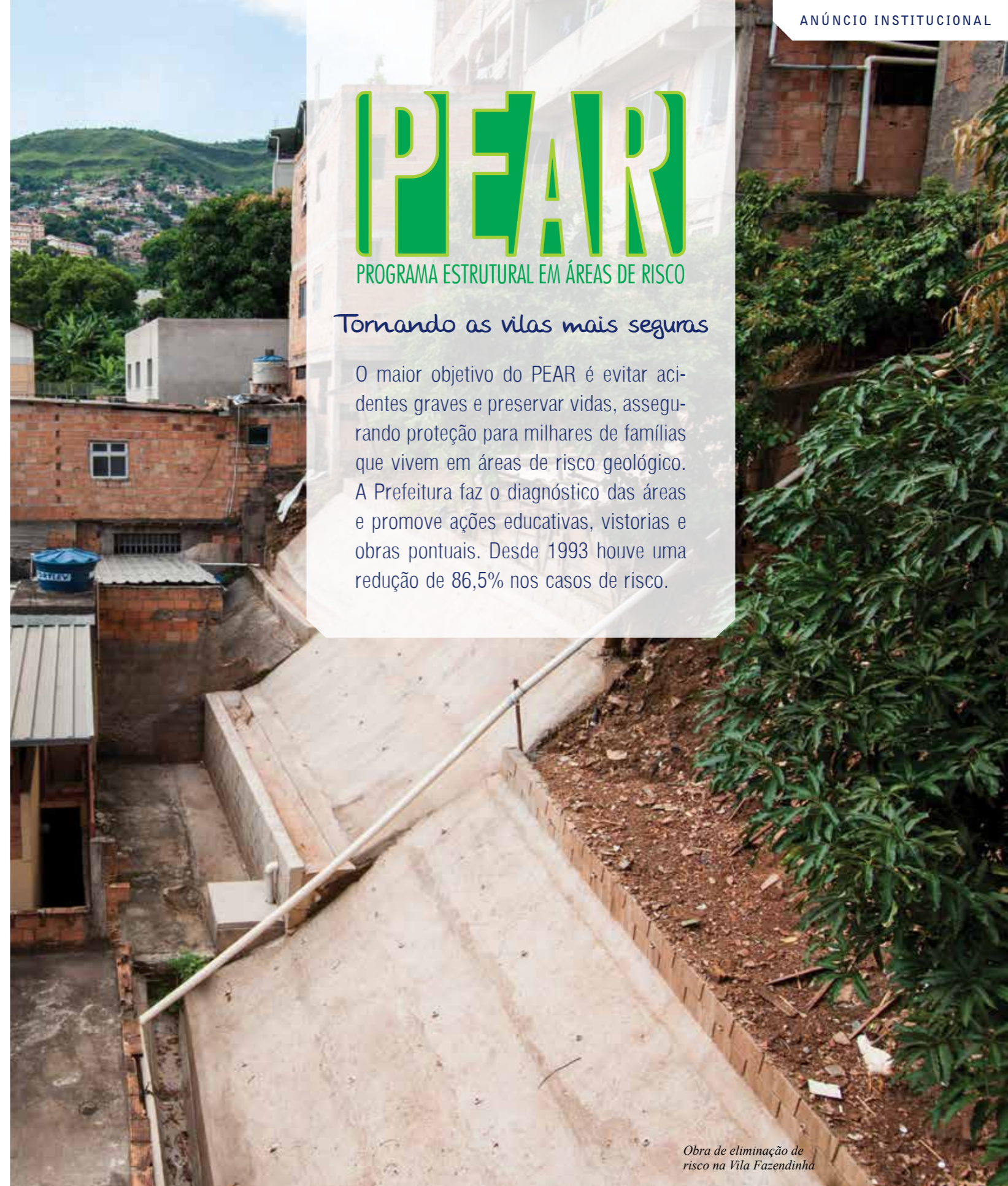


PEAR

PROGRAMA ESTRUTURAL EM ÁREAS DE RISCO

Tomando as vilas mais seguras

O maior objetivo do PEAR é evitar acidentes graves e preservar vidas, assegurando proteção para milhares de famílias que vivem em áreas de risco geológico. A Prefeitura faz o diagnóstico das áreas e promove ações educativas, vistorias e obras pontuais. Desde 1993 houve uma redução de 86,5% nos casos de risco.



Obra de eliminação de risco na Vila Fazendinha

Coronel Alexandre Lucas

“A DEFESA CIVIL SOMOS TODOS NÓS”



Roger Victor

Alexandre Lucas Alves é Coronel de Reserva da Polícia Militar de Minas Gerais, Pós-Graduado em Gestão Estratégica de Segurança Pública pela Fundação João Pinheiro, foi Secretário Executivo de Defesa Civil de Minas Gerais, é membro do Conselho Nacional de Defesa Civil, foi membro da delegação brasileira que atuou no desastre do Haiti, é palestrante de Gestão de Riscos de Desastres em Congressos Nacionais e Internacionais. Atualmente exerce o cargo de Coordenador Municipal de Defesa Civil, na Prefeitura de Belo Horizonte. Alexandre Lucas possui uma rica bagagem em prevenção de desastres naturais. Atuou em áreas atingidas pelas enchentes em Santa Catarina e na gestão e recuperação do desastre do rompimento da Barragem de Cocal do Norte, no Piauí. Além disso, já representou a cidade de Belo Horizonte na conquista do prêmio Sasakawa, na Suíça.

Revista UH – A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Belo Horizonte (Comdec) faz parte do Sistema Municipal de Defesa Civil. Quais os órgãos que também fazem parte desse sistema?

Alexandre Lucas – A Lei Federal nº12.608 de 2012, estabelece a Defesa Civil como um sistema e unifica todos os órgãos do Governo Federal, Estadual, Municipal e conta com a ajuda da população e de empresas da iniciativa privada. São áreas interligadas com um objetivo a ser cumprido, cada qual com a sua vocação. Um exemplo dessa integração é o problema que estamos vivendo com a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. A Secretaria de Segurança Alimentar é um importante órgão que tem nos apoiado com fornecimento de marmitex para que os agentes permaneçam mais tempo na rua fazendo a vistoria nos imóveis. No período das enchentes eles nos apoiam com a distribuição de alimentos para as pessoas

que foram afetadas. A iniciativa privada também tem colaborado muito para o sistema. Estamos trabalhando em conjunto com as imobiliárias para que elas façam um trabalho dentro dos imóveis fechados para evitar a reprodução do mosquito transmissor da dengue. Se os corretores, em cada visita, derem descarga e fechar os ralos, já estão contribuindo. No risco construtivo temos parceria com a Associação Brasileira de Mecânica dos Solos (ABMS), Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícia de Engenharia de Minas Gerais (Ibape), e Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (Abece), para que esses engenheiros nos ajudem na análise de risco. Todos têm um papel importante, e é isso que precisamos. Fazer com que cada pessoa entenda que ela faz parte do Sistema Municipal de Defesa Civil.

Entre os meses de outubro a março, a Comdec atua em conjunto com as áreas de Saúde, Segurança, Meio Am-

biente, Assistência Social e Habitação nas questões relacionadas a desastres naturais em função das chuvas. Como funciona a atuação desse grupo?

O Grupo Executivo de Área de Risco (Gear) é a materialização e operacionalização do Sistema Municipal de Defesa Civil. As reuniões acontecem semanalmente, até o final do período chuvoso. Todos os gestores da Prefeitura, que têm uma vocação primária na gestão de riscos e desastres decorrente das chuvas, desenvolvem ações e intervenções emergenciais para serem realizadas. Esse grupo atua em duas frentes: avalia os estragos que a chuva causou na semana anterior, a partir de informações fornecidas pelo grupo, e recebe a previsão das chuvas para a semana seguinte. As pessoas expõem as demandas dos desastres e socializam os recursos de respostas. Essa reunião permite a funcionalidade permanente do sistema, socializa os problemas da cidade e solidariza os recursos disponíveis para

a solução dos problemas. O Centro de Operações da Prefeitura (COP), também tem atuação fundamental no Gear. O COP é um centro estratégico onde a maioria dos órgãos do executivo trabalha de forma integrada monitorando as áreas da cidade fazendo um balanço sistemático de prevenção, preparação e recuperação desses locais.

Desde 2003 não há mortes em Belo Horizonte provocadas por deslizamentos de terra, que ocorriam, principalmente, nas vilas e favelas da cidade. Isso se deve, em grande parte, às obras do Programa Estrutural em Áreas de Risco (Pear) e ao Programa Vila Viva, que vêm tratando as áreas de risco geológico. Quais os desafios que a Prefeitura ainda enfrenta nessas áreas?

O trabalho que a Urbel faz nas áreas de risco geológico em vilas e favelas tem dado um resultado fantástico. É consolidado como uma política pública, algo permanente e que é importante ser mantido. É também premiado, fez parte das ações que encantaram a Organização das Nações Unidas (ONU) com o prêmio Sasakawa, em 2013. Belo Horizonte conquistou o prêmio pelo conjunto de ações para reduzir os riscos de desastres naturais. As ações realizadas pela Urbel com o Programa Estrutural em Áreas de Rico (Pear), com os Núcleos de Defesa Civil (Nudec) e com os Núcleos de Alerta de Chuva (NAC) reforçam as medidas de proteção. A Prefeitura tem um grande desafio que é manter as áreas de risco tratadas sem novas invasões. A Urbel e a Defesa Civil têm removido edificações localizadas em áreas de risco, mas por falta de ação do próprio Poder Público, outras pessoas reocupam gerando muitos gastos. Depois que as invasões

ocorrem, existe uma demanda judicial que demora a atuar, criando um círculo vicioso. Esse é o grande desafio que o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário têm que se debruçar, sob pena de perdermos todo o trabalho de gestão de risco que temos feito nos últimos anos.

Infelizmente, mortes causadas por alagamentos e inundações ainda são frequentes na cidade. Como a população pode colaborar para evitar desastres?

Belo Horizonte tem registrado cerca de uma morte por ano causada pelas enchentes. Temos ainda 80 pontos de alagamentos, mas é um número que desejamos zerar. Se compararmos com outras cidades, estamos relativamente bem. Além das obras que são realizadas, a população pode colaborar, por exemplo, não jogando lixo nas ruas, porque o lixo entope as estruturas de drenagem e provoca os alagamentos. A população deve ter, também, comportamentos de autoproteção. É o que o Japão prega como primeiro grande objetivo da sua cultura de prevenção. O cidadão deve evitar transitar em locais com alagamento ou inundação, não tentar atravessar enxurradas ou correntezas. Todas as mortes registradas no período chuvoso foram de pessoas que insistiram em passar por esses locais.

Existem canais de alerta para a população quando a chuva pode provocar alguma situação perigosa? Quais os canais utilizados? Como o cidadão é envolvido nas ações de prevenção?

Belo Horizonte segue as orientações da ONU. Ela recomenda que os sistemas de alerta precoce são fundamentais. A Prefeitura desenvolveu, em 2009, um sistema de monitoramento espalhado por toda a cidade e em parceria com

o Governo Estadual e Federal implantou, também, radares de sistema aeronáutico. O tempo é monitorado e são emitidos alertas de chuva para riscos de inundação e deslizamentos. Durante 24 horas do dia, a Defesa Civil emite alertas para as pessoas que moram em áreas de risco. Além disso, contamos com a ajuda de alguns representantes da comunidade para transmitir os alertas de chuva para a população. Esse treinamento e essa ligação com o Poder Público são fundamentais para que eles recebam em tempo oportuno a indicação de que haverá uma ameaça de chuva. A partir daí os moradores adotam medidas de autoproteção e de proteção comunitária. Os alertas são emitidos por meio de telefones, SMS, redes sociais e pela imprensa.

Após o fim do período das chuvas, como a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil se prepara para o próximo período chuvoso? Existem instrumentos de planejamento utilizados pra isso?

A Defesa Civil tem cinco fases: a prevenção, a mitigação, a preparação, a resposta e a recuperação. A prevenção e mitigação são realizadas durante todo o ano, onde as áreas de risco são monitoradas e são apontadas ações para mitigar os riscos. No período que antecede as chuvas, preparamos as pessoas, refazemos os planos de contingência, temos que comprar e equipar os órgãos públicos com os materiais necessários. A resposta é o atendimento imediato a ocorrência e a recuperação é o reestabelecimento da área afetada.

A Terceira Conferência Mundial para a Redução de Riscos e Desastres, realizada em 2015 na cidade de Sendai, no Japão, contou com a participação

Equipe da Defesa Civil realiza vistoria no bairro Buritys



Roger Victor

de líderes e ministros de mais de 150 países e serviu de base para tomadas de decisões e estratégias para prevenção de desastres causados por impacto dos fenômenos naturais. O que foi visto na conferência e aprimorado pelo município de Belo Horizonte?

O Marco de Sendai é uma nova visão da gestão de riscos e desastres no mundo e que, neste último encontro, teve um novo olhar para as cidades e para os pequenos desastres. O mundo entendeu que não são somente os tsunamis, terremotos, grandes desastres naturais que têm que ser considerados. Os desastres pontuais que ocorrem nas cidades também são importantes e têm de ser tratados. Esse documento recomenda também a participação do setor privado nas ações de redução dos riscos de desastres e é o que Belo Horizonte tem procurado fazer, envolvendo as empresas do setor privado.

Em 2015 a Delegação de Medellín, visitou Belo Horizonte a fim conhecer as boas ações realizadas pelo municí-

pio. O que o Senhor considera de destaque na visita e nas diferenças dos dois países?

Foi uma troca de experiências patrocinada pela ONU. Eles tomaram conhecimento de todas as ações que Belo Horizonte realiza e que foram premiadas, e nós tivemos conhecimento das ações realizadas por eles e que também foram premiadas pela ONU. A convergência das duas cidades é a visão sistêmica. A visão de que todo mundo tem que participar. Como exemplo, um importante órgão para o Sistema de Defesa Civil é a imprensa. Ela é fundamental, pois quando abre espaço para emitir os alertas, interrompendo as suas programações, ela está dando uma grande contribuição para salvar vidas. Isso é o setor privado participando da gestão de riscos e desastres na cidade. É uma conquista e o cumprimento daquilo que o Marco de Sandai determina, e é isso que Medellín e Belo Horizonte estão fazendo. Apenas a tecnologia e a metodologia são diferentes. Por exemplo, eles ficaram encantados com a metodo-

logia do Gear, que hoje é conhecida e valorizada por muitos países.

As mudanças climáticas e as ocorrências de desastres naturais estão a cada ano mais constantes. Qual o maior desafio do município para evitar mais tragédias?

É muito importante mostrar para as pessoas que o Poder Público não é responsável por tudo, e a autoproteção tem de ser feita em conjunto. Precisamos nos conscientizar que existem desastres no mundo inteiro. As pessoas me perguntam todos os anos se Belo Horizonte está preparada. Está sim, mas os desastres podem ocorrer. Temos um passivo histórico de urbanização sem planejamento, de ocupação sem planejamento, de impermeabilização do solo, de adensamento urbano que vem de cem anos. Essa geração tem que conviver e fazer a sua parte para sanar esse passivo. 🏠



GIRO URBANO

1 A Urbel, por meio do Trabalho Técnico Social de Acompanhamento Pós Morar, promoveu, em dezembro, uma reunião com as famílias reassentados pelo Vila Viva Várzea da Palma, na Quadra 35, para apresentar o Programa Mediação de Conflitos, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Defesa Social. A atividade teve o objetivo de auxiliar na resolução de situações conflituosas que podem surgir durante a adaptação dos moradores à nova vida e estimular a boa convivência entre eles.

2 Moradores, comerciantes, representantes de grupos culturais participaram do 1º Seminário de Apresentação do Circuito Social Santa Lúcia no aglomerado. A proposta do Programa Vila Viva, tem por objetivo promover o fortalecimento da economia local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade através da promoção do turismo no Aglomerado Santa Lúcia. Além disso, o projeto é também uma estratégia de identificação, catalogação e preservação dos conhecimentos e tradições existentes no Aglomerado.

3 A área comum dos apartamentos do Vila Viva São José serviu de palco para a peça de teatro "A Lenda do Reino que não Sabia", apresentada pela Companhia Estação Teatral. Mais de 70 crianças prestigiaram o espetáculo que, de forma descontraída, reforçou a importância da prevenção de doenças como dengue, zika e chikungunya ao contar a história da luta de um rei e seu povo para acabar de vez com a poluição, o lixo e os danos causados ao meio ambiente. A atividade foi realizada pela Urbel, com o objetivo de fortalecer as ações já desenvolvidas pelo município para combater os focos do mosquito *Aedes aegypti* na região.

4 Mais de 300 famílias receberam, no mês de abril, suas novas moradias construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida. O Residencial Pinheiros, localizado na região do Barreiro, é destinado aos inscritos no programa, com renda familiar de até R\$ 1.600,00 (faixa 1). Alguns beneficiários foram escolhidos por sorteio e outros foram transferidos de áreas de risco. Os apartamentos do Residencial são divididos em 15 blocos, cada um com 20 unidades de dois quartos. Desde 2009, a Prefeitura entregou cerca de 12.500 moradias, sendo aproximadamente 5 mil construídas por meio do programa Minha Casa Minha Vida.

6 Técnicos da Urbel apresentaram aos moradores do Morro das Pedras as intervenções previstas para a 2ª etapa do Vila Viva no Aglomerado. Além da implantação de novas vias, alargamento e adequações de vias existentes, a nova fase inclui a construção da Vila Olímpica, uma estrutura de alta qualidade para atividades de esporte e lazer na própria comunidade. O novo espaço está sendo construído com tecnologia avançada e vai oferecer aos moradores praças, vestiários e espaços multiusos, arquibancada, academia a céu aberto, quadra poliesportiva, pista de atletismo e estacionamento.



Fotos: Arquivo Urbel

ARTE

que brata das pedras

por JULIANA MOTA | Fotos: VANDER BRÁS

Almoço com a família, passeio no parque, churrasco com os amigos, ou uma ida ao clube. Prováveis programas de domingo para as tradicionais famílias mineiras, que não sabiam que bem perto, logo ali no Aglomerado Morro das Pedras, na parte oeste da cidade, aquele dia quente poderia ser diferente e não menos divertido. É que a data era especial para o Centro de Educação e Cultura Flor do Cascalho, onde coordenadores, frequentadores, convidados e comunidade local se encontrariam para participar de um evento de comemoração das atividades desenvolvidas durante o ano.

As atrações eram bastante diversificadas, um tipo de festa que vira e mexe acontece por lá: Roda de Capoeira, Mantra Yoga com os devotos Hare Krishna, show de lançamento do CD Patti e os Mauzões, um lanche gentilmente feito por alguém da comunidade, tudo em um clima de harmonia contagiante e com uma sensação de pertencimento que não há como negar.

O local é uma das frentes de trabalho da Associação Cultural Eu Sou Angoleiro, presidida há mais de 20 anos pelo mestre João Bosco Alves da Silva, mais conhecido como “Seu João”, que fortaleceu a cultura afro-brasileira com ensinamentos e divulgação da Capoeira Angola. O projeto cresceu e outros núcleos surgiram, como O Flor do Cascalho, 13 anos atrás. E não faltam motivos para celebrar. A casa oferece aulas de capoeira de raiz, dança afro, percussão, ioga e sessões de acupuntura popular, o que atrai mais de cem pessoas toda semana. Contudo, quem passa pela Rua Marco

Antônio, 250, sede do Centro Cultural no “Morro do Cascalho”, não imagina que lá está o novo xodó do lugar: o Estúdio Escola de Cultura Popular.

Estúdio Escola: portas abertas para a música do Morro, da Cidade e do Mundo

O coordenador da casa, Júlio de Souza, lembra que o projeto teve início a partir de uma demanda reprimida dos artistas populares. “A ideia surgiu com a galera da música, jovens que frequentavam a casa gravaram um CD para o mestre Negaozão, mas bem artesanal mesmo. Pouco tempo depois, ele morreu. Aí pensamos: os mestres estão morrendo, a gente assistindo e não tem nem como registrar o trabalho deles. Então, o Eugênio de Castro, músico e também coordenador da Casa, resolveu puxar o projeto e levá-lo adiante”, disse.

Contudo, eles sabiam que para construir e colocar em prática um projeto social como esse seria impor-

tante o envolvimento de diversas pessoas dentro e fora da comunidade. “A sociedade como um todo tinha que se envolver e se ver também responsável pra gente trabalhar junto, pra fazer junto. A proposta era cada vez mais entender bem a cena cultural periférica, aquela que normalmente não teria condição de aparecer bem estruturada e nem de se mostrar mais profissional”, explicou Eugênio.

O plano acabou dando mais do que certo e hoje o Escola Estúdio possui uma estrutura que não fica devendo nada em relação aos grandes estúdios. O projeto foi feito por ninguém menos que Renato Cipriano, renomado engenheiro de som, um mineiro que elaborou estúdios para artistas nacionais, como Ivete Sangalo e Frejat, e também internacionais como Alicia Keys, Phill Collins e Bruce Springsteen. Ele comprou a ideia e decidiu espontaneamente colaborar, assim como todos os outros envolvidos. Foram três anos até que tudo ficasse pronto no primeiro





semestre de 2015. E valeu a pena. Todas as paredes são duplas, o tratamento acústico é excelente e os painéis difusores foram feitos com madeira de primeira, doadas por uma grande empresa do ramo. Quem pôs a mão na massa foi o pedreiro Afonso Osmar, uma das lideranças da comunidade.

A obra foi realizada com recursos próprios e os equipamentos comprados com o auxílio das Leis Municipal e Estadual de Incentivo à Cultura. Agora, o novo estúdio de BH quer cumprir seus principais objetivos, como registrar a obra de artistas populares e da comunidade, realizar gravações de outras obras comercialmente para manutenção do espaço e também formar jovens profissionais de gravação. “Queremos ajudar a periferia e os mestres populares que ainda não foram reconhecidos, trabalhar o lado comercial para que o artista do asfalto chegue aqui e encontre um preço mais acessível e ainda ensinar um ofício para a nossa juventude”, explicou Júlio de Souza. Esse é o caso de Henrique Silva Cardoso, nascido e criado no Morro das Pedras, que começou como aluno e já virou assistente de gravação. “Eu já tinha feito várias atividades na casa, como capoeira por exemplo. Aí eu ia lá pra fora, atrás do estúdio e ficava só observando. Até que eu resolvi participar do projeto e aprender mesmo com o Eugênio e outros produtores”, lembrou o jovem.

O aprendiz, que sempre se mostrou interessado, em cinco ou seis



De cima para baixo: Roda de capoeira de Angola durante evento de fim de ano. Revestimentos e tratamento acústico se destacam no estúdio. Grupo de Hare Krishna se apresenta na área externa do Centro Cultural. Patti e sua banda no quarto multiuso da casa.

meses já estava gravando. Desde pequeno ele está mergulhado no mundo da música, com influências de sambistas como o Seu Domingos do Cavaco, “velho” conhecido na comunidade. Tocou um pouco de violão, cavaquinho e hoje canta, compõe e toca pandeiro no grupo Mistura Fina. Ao ser perguntado sobre os talentos do Aglomerado, ele afirma com convicção: “Tem gente boa demais aqui no Morro. A produção musical é expressiva mesmo”, afirmou Henrique.


Além de pessoas como o Henrique, que fez do novo estúdio uma escola, e também dos antigos mestres, o local já está fazendo parte da história de artistas de outras partes da cidade, como da cantora Patrícia Rodrigues. Vocalista da banda Back to Black, cover da saudosa Amy Winehouse, ela acreditou tanto no projeto que fez questão de gravar “Patti e os Mauzões”, seu primeiro CD, no Flor do Cascalho, e o lançamento da obra aconteceu justamente naquele evento de domingo, bem diferente dos programas convencionais, em que ela e sua banda realizaram um show para os frequentadores da casa, com influências de soul, jazz, blues e uma pitada de música mineira. “O Eugênio de Souza foi a pessoa que me introduziu no Estúdio Escola, na idealização do projeto, na comunidade e eu abracei essa causa e fiz questão que meu disco fosse gravado aqui. É uma satisfação imensa a gente concluir esse trabalho, usufruindo de um espaço que possui esse cunho cultural. E todos nós temos muitas expectativas de que ele cumpra um papel social, traga uma sustentabilidade e que circulem muitos outros artistas por aqui”, disse Patti.

O coordenador Eugênio concorda, quando diz que o espaço cumpre essa função de resgatar os artistas

da comunidade. “Nesse momento a gente entende que esse é um estúdio social, que é realmente de todos. No Brasil, parece que são apenas dois: esse que é aqui no Morro e o do Ilê Aiyê na Bahia”, lembrou. Não deixa de ser “sorte” ou privilégio, melhor dizendo, a cidade de Belo Horizonte ter um estúdio que tem esse objetivo claro de registrar os mestres populares, para que eles possam deixar um legado, uma obra estruturada e mais consistente como merecem. Em breve será lançada uma coletânea com gravações de artistas que são referência ou já se tornaram lendas na periferia como os sambistas Mestre Conga e Dona Anelisa e o rapper Mano Coti. Domingos Felipe dos Santos, mais conhecido como Seu Domingos do Cavaco, é outro nome de peso que foi convidado para participar do CD e não vê a hora de iniciar as gravações. São trinta anos de estrada tocando e compondo o que ele chama de samba de raiz. “Nasci e me criei no Morro e sempre aproveitei as minhas músicas para falar sobre as coisas da comunidade. Temos pessoas talentosas, nos mais variados estilos musicais. Só precisamos de oportunidade pra mostrar o nosso som. Sem dúvida, vai ser muito interessante e muito bom ter a chance de gravar essa coletânea junto com outros artistas daqui”, disse empolgado Seu Domingos do Cavaco.

E não são apenas brasileiros que estão usufruindo desse espaço para eternizar suas obras. Músicos da Colômbia, do México, do Chile, do Uruguai e da Argentina se hospedaram no aglomerado durante duas semanas e aproveitaram para fazer o registro de suas composições no Estúdio Escola e todas as faixas foram gravadas por jovens da própria comunidade. “Não podemos esquecer que dentro da nos-

sa proposta está o aprendizado e com essas gravações já temos uma galera que está se familiarizando com o software, com o jeito de produzir. Gravar não é só chegar lá e aprender a apertar um botão”, afirmou Eugênio. Leonardo Laporte, produtor musical do CD “Patti e os Mauzões”, sabe muito bem o que é elaborar um CD, principalmente o quanto é importante a escolha de um estúdio que ofereça a estrutura necessária para um trabalho de qualidade. “Foi uma experiência muito interessante fazer as gravações num lugar como o Estúdio Escola. Desde o início fomos recebidos com muito carinho e só temos a agradecer. A infraestrutura é de primeira e gostamos muito do resultado final”, avaliou o produtor.

Aprender um ofício que se pode levar por toda a vida é apenas um dos benefícios oferecidos pelo Estúdio Escola Flor do Cascalho à comunidade. As possibilidades vão além das notas, dos timbres e das melodias reproduzidas por cada música eternizada. Elas são parte de um conjunto de mudanças que já vêm acontecendo no Aglomerado. Seu Domingos do Cavaco, aquele músico antigo e famoso na comunidade, observou de perto as melhorias que foram chegando por lá, inclusive a criação do Centro de Educação e Cultura Flor do Cascalho e seu novo Estúdio Escola. Segundo ele, projetos culturais e sociais muito bem-sucedidos. “Com certeza vai dar certo. Eu sempre acompanhei a batalha dos meninos e sei que eles deram um duro danado e têm muito amor pelo que fazem”, completou. E num momento de entusiasmo, o mestre sambista afirma: “Estamos na mesma sintonia. A gente entra com a música e eles entram com a vontade. Quando é assim, tão verdadeiro, não tem como dar errado”, arrematou. 

BACANA DA MENTE

por JULIANA MOTA | Foto: VANDER BRÁS

Não é à toa que dizem que a arte pode transformar a realidade das pessoas. E quem conhece a história do artista plástico e professor Ivo Lima sabe que ela pode ir além, ao dar um ressignificado para o mundo e um verdadeiro sentido para a vida. Tudo começou no ano de 1994, em Matias Lobato, interior de Minas, quando ele sofreu um surto psiquiátrico e teve que vir para a Capital em busca de ajuda. Ao chegar, foi encaminhado para o Instituto Raul Soares, onde funcionava o Centro de Convivência Artur Bispo, com atividades terapêuticas de integração, como as oficinas de arte, que também faziam parte do tratamento. Foi aí que surgiu a paixão pela cerâmica, que em breve se tornaria um ofício para que ele pudesse encontrar o seu caminho e ser tratado com mais dignidade.

“De repente, estava sem noção das coisas, sem me lembrar de nada e totalmente infantilizado. Alguns médicos achavam que eu não teria recuperação nenhuma e outras pessoas diziam maldosamente que eu não prestaria pra nada, nem pra varrer uma rua se precisasse. Graças a Deus fui melhorando aos poucos e nunca mais tive uma crise como aquela. Eu tenho muito carinho, muito amor por todos que me acolheram e me ajudaram a ficar bacana da mente”, disse Ivo.

Durante sua trajetória, ele nunca deixou de acreditar em Deus, e talvez a fé o tenha ajudado a encontrar alguns anjos pelo caminho para mostrar a melhor direção a seguir. Em 1995, conheceu o primeiro querubim: Esmeralda Fernandes do Vale, uma experiente artista plástica que gostou tanto das peças que viu no Centro de Convivência que acabou convidando o rapaz para trabalhar em seu ateliê. “Foi ela que me ensinou arte sacra, uma senhorinha que pegava nas minhas mãos trêmulas pelo efeito dos medicamentos e me guiava. Sou muito grato a Deus, pois sei que aquelas mãos na verdade eram dele”, contou.

Outro anjo apareceu dois anos depois: Rosalina Teixeira, psicóloga e psicanalista, fundadora do projeto Arte da Saúde. Ela ficou tão encantada pelo trabalho de Ivo que requisitou o jovem para dar aulas de arte em cerâmica no Centro de Vivência Agroecológica (Cevae) Taquaril, onde ele está até hoje, todas as terças e quintas. “Há quase vinte anos ensino crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com problemas de comportamento e dificuldade de aprendizado. É muito gratificante ouvir os agradecimentos de alguns pais dizendo como seus filhos melhoraram em casa. E pensar que muitos desses alunos ainda se tornaram

professores de arte”, conta. Além das aulas no Cevae, Ivo já deu cursos para adultos em escolas como Padre Machado e Centro Loyola e, paralelamente, sempre cria peças para exposições no Palácio das Artes e em algumas feiras da Capital.

Desde que veio para a “cidade grande” com alguns familiares, Ivo criou raízes no Taquaril. A mãe pagou aluguel durante anos, até ser beneficiada pela Prefeitura, em 2001, com uma moradia no Conjunto Granja de Freitas. Quando Ivo conheceu Gislene, com quem se casou e tem três filhas, decidiu continuar morando no Taquaril. Após 15 anos de união, os dois se separaram, mas continuam pertencendo à mesma comunidade. “Conheci minha ex mulher aqui, nos apaixonamos e enfrentamos muitos preconceitos, porque ninguém concordava com o casamento. Sofri muito na época, mas sabia o que queria. Ficar comigo todos esses anos e ainda me dar três filhas foi uma grande prova de amor. E tudo que aconteceu comigo foi no mesmo lugar”, lembra.

O artista plástico é usuário do Centro de Saúde do Taquaril e segue a vida sabendo que o acompanhamento psiquiátrico e medicamentoso serão sempre necessários para ficar “bacana da mente”, mas tem a certeza de que a arte fez dele um indivíduo que encon-

trou seu lugar ao sol. “Eu tomo os remédios direitinho, porque o sofrimento mental é muito triste e eu estou sempre em busca da felicidade”, conta.

No caso de Ivo, a alegria de ter conseguido um ofício caminha de mãos dadas com a gratidão. “Nunca me esquecerei da ajuda e do carinho recebidos nas horas em que mais precisei. Obrigado à saudosa Dona Esmeralda, à Rosalina Martins, ao Cevae Taquaril, ao Centro de Convivência Artur Bispo e ao Centro de Saúde Granja de Freitas por tudo”, agradeceu. E ao ser perguntado se ainda tem um grande sonho na vida, ele disse que quer muito ter um cantinho pra morar e chamar de seu e, emocionado, encerra a entrevista cantarolando: Ter uma casinha branca de varanda / Um quintal e uma janela / Para ver o sol nascer”.

“E pode ser no Taquaril mesmo”, concluiu sorrindo. 🏠



PARA LER PARA LER

MINHA CASA...
E A CIDADE?

AValiação DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA
EM SEIS ESTADOS BRASILEIROS

ORGANIZADORES:
Caio Santo Amore
Lúcia Zanin Shimbo
Maria Beatriz Cruz Rufino

**Minha Casa... E a cidade?**

Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo e Maria Beatriz Cruz Rufino
Editora Letra Capital, 2015

A obra faz uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros e apresenta um balanço dos cinco anos do maior programa nacional de habitação do país. A publicação retrata um olhar crítico, analisando as fases do programa, a qualidade construtiva e arquitetônica, os impactos urbanísticos e sociais dos empreendimentos e os efeitos sobre a vida das famílias beneficiadas.

Além da versão impressa, o livro pode ser acessado no endereço:
http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf

**Planejamento Habitacional: Notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação**

Rosana Denaldi
Editora Annablume, 2013

No âmbito do projeto, a autora buscou identificar como os municípios abordaram o tema da precariedade em seu Plano Local de Habitação e Interesse Social – PHLIS. Especial ênfase foi dada às metodologias adotadas na identificação e caracterização da precariedade habitacional e no mapeamento de áreas vazias aptas para ocupação com Habitações de Interesse Social - HIS. As informações coletadas da leitura desses Planos permitiram delinear um panorama geral do conteúdo dos PHLIS da Região Metropolitana de São Paulo e produzir material para capacitação de técnicos e gestores.

MARILIA AMORIM

**O PESQUISADOR
E SEU OUTRO**
Bakhtin
nas Ciências Humanas**O Pesquisador e seu outro
Bakhtin Nas Ciências Humanas**

Marília Amorim
Editora Musa, 2001

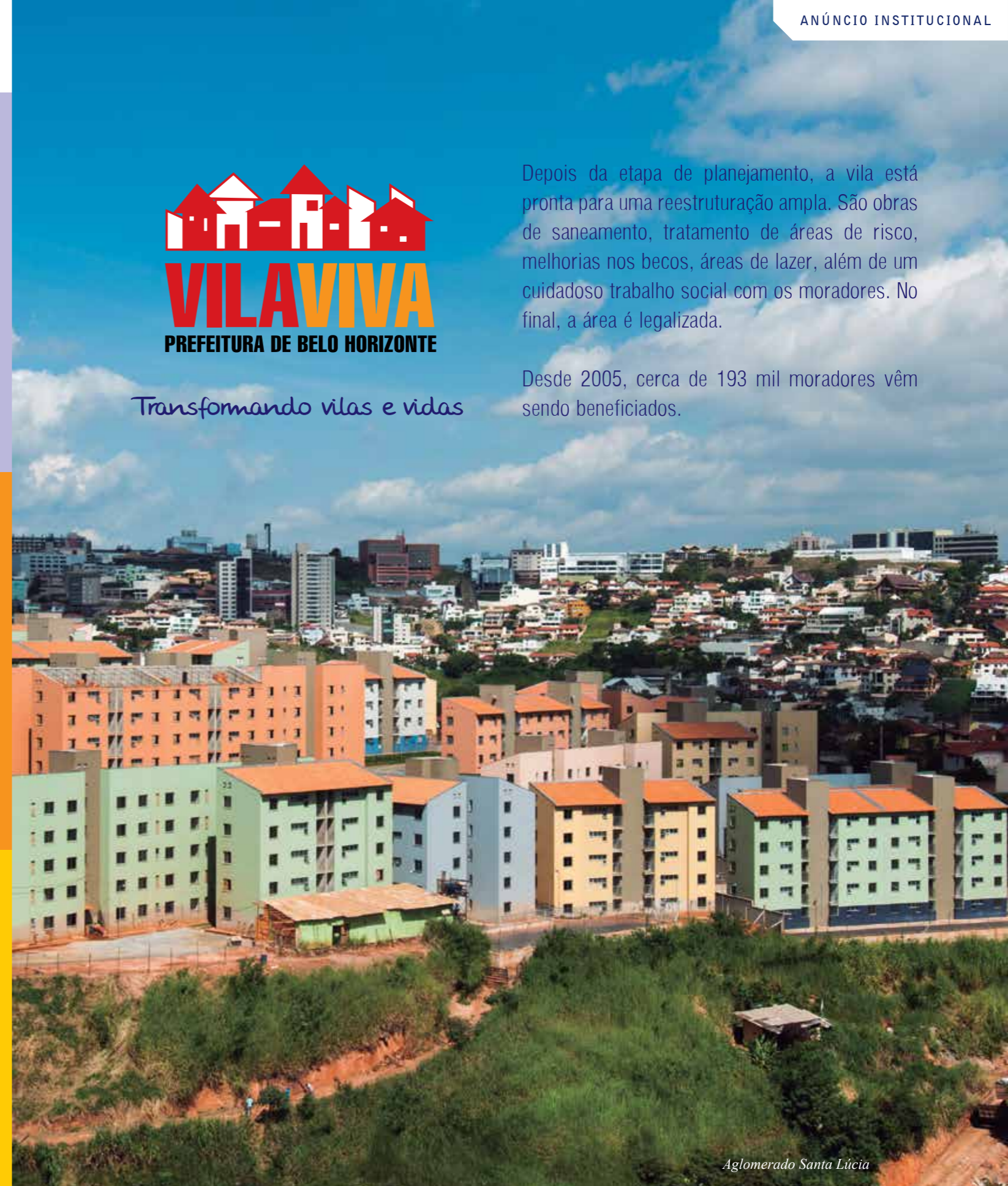
Em suas pesquisas ou em sua prática, o profissional em Ciências Humanas e Sociais está sempre às voltas com um outro – o aluno para o pedagogo, o informante para o antropólogo, o paciente para o clínico e assim por diante. Partindo de uma perspectiva enunciativa e poli-fônica, a autora do livro pretende oferecer uma alternativa tanto às abordagens positivistas e objetivistas quanto ao relativismo e subjetivismo dos enfoques contemporâneos, inspirados na ideologia do pensador russo Mikhail Bakhtin.



Transformando vilas e vidas

Depois da etapa de planejamento, a vila está pronta para uma reestruturação ampla. São obras de saneamento, tratamento de áreas de risco, melhorias nos becos, áreas de lazer, além de um cuidadoso trabalho social com os moradores. No final, a área é legalizada.

Desde 2005, cerca de 193 mil moradores vêm sendo beneficiados.



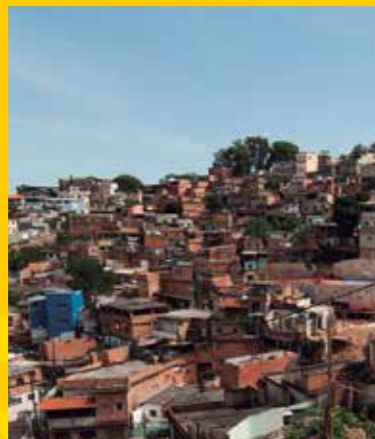
Aglomerado Santa Lúcia

VILAS DO AGLOMERADO DA SERRA

Com uma população de aproximadamente 37 mil habitantes, o Aglomerado da Serra é considerado o maior aglomerado da capital mineira. Situado na região Centro-Sul de Belo Horizonte, na encosta da Serra do Curral, faz limite com os terrenos da Fundação Benjamin Guimarães (Hospital da Baleia), Parque das Mangabeiras e com os bairros Paraíso, Santa Efigênia, São Lucas e Serra. As primeiras ocupações foram registradas na década de 1920 e hoje o Aglomerado se divide em seis vilas:

Nossa Senhora da Conceição

Surgiu em 1920. Os primeiros moradores vieram do interior mineiro. Cerca de 6 mil pessoas habitam o local.



Santana do Cafezal

Surgiu a partir de 1975 com a expansão da vila Nossa Senhora da Conceição para morro adjacente. Cerca de 4 mil pessoas habitam o local.

Nossa Senhora Aparecida

Surgiu em 1940. É considerada uma das ocupações mais antigas do aglomerado da Serra. Atualmente mais de 4 mil pessoas habitam o local.



Nossa Senhora de Fátima

Surgiu em 1976 e seus primeiros assentamentos ocorreram na área da Primeira Água. Quase 10 mil pessoas habitam o local.

Marçola

Surgiu em 1960 e os primeiros habitantes, em sua maioria, vieram do interior do estado. Atualmente quase 7 mil pessoas habitam o local.

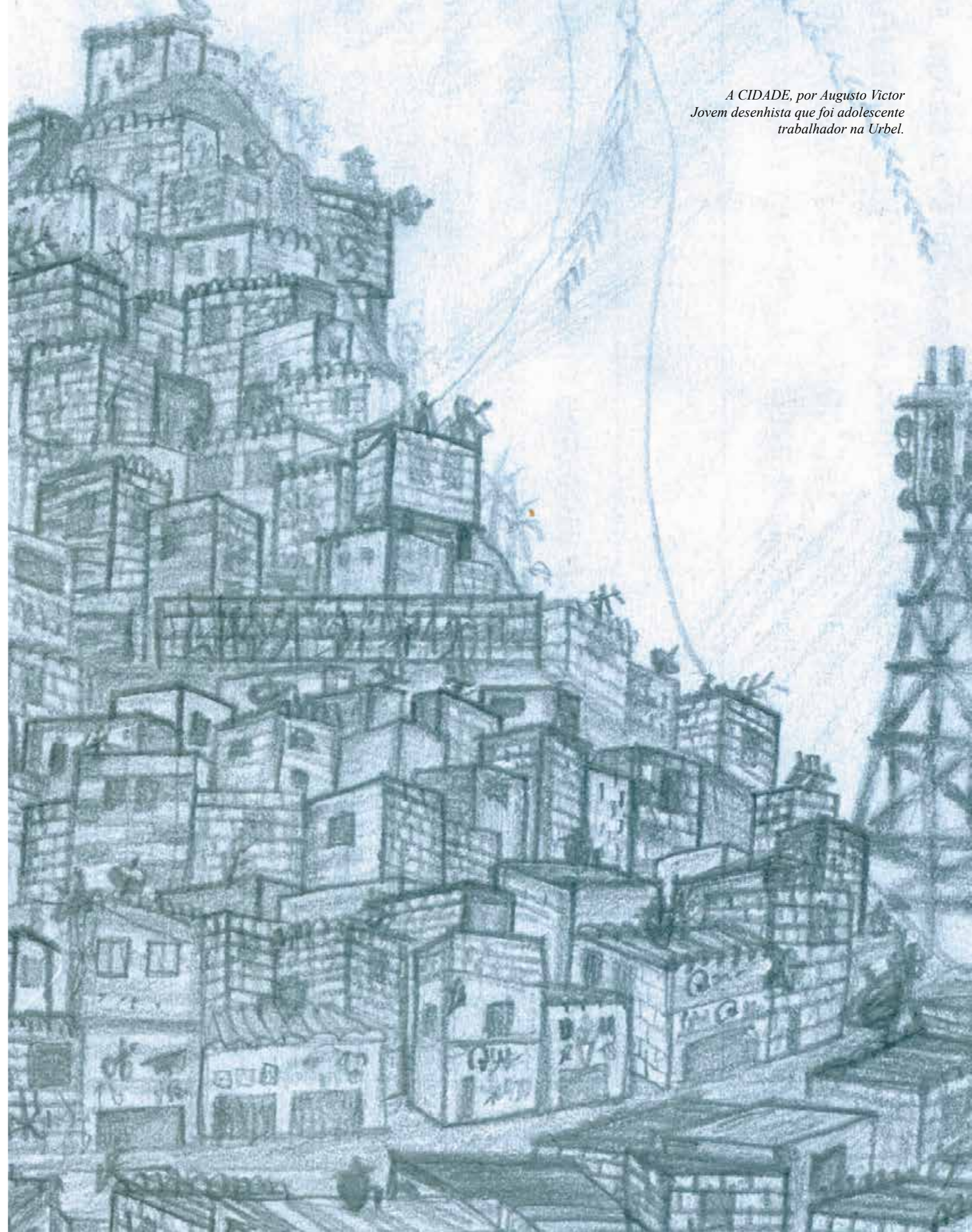


Novo São Lucas

Surgiu em 1990. É considerada a ocupação mais recente do Aglomerado. Atualmente mais de 3 mil pessoas habitam o local.

Fotos: Vander Brás

*A CIDADE, por Augusto Victor
Jovem desenhista que foi adolescente
trabalhador na Urbel.*





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**